


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP
Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa
DINTER UNESP/UFMA/CEFET

ROSÉLIS DE JESUS BARBOSA CÂMARA

**PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: olhares transversos sobre
sustentabilidade e turismo**



Araraquara – SP

2010

ROSÉLIS DE JESUS BARBOSA CÂMARA

**PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: olhares transversos sobre
sustentabilidade e turismo**

Tese apresentada ao Conselho, Departamento, Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento discursivo e textual

Orientadora: Profª Drª Eva Ucy M. Sá Soto.

Araraquara – SP

2010

ROSÉLIS DE JESUS BARBOSA CÂMARA

PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: olhares transversos sobre sustentabilidade e turismo

Tese apresentada ao Conselho, Departamento, Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^a Dr^a Eva Ucy Miranda Sá Soto

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Araraquara/SP

Membro Titular: Prof^a Dr^a Maria do Rosário V. Gregolin

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Araraquara/SP

Membro Titular: Prof^a Dr^a Vanice Maria Oliveira Sargentini

Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Prof^a Dr^a Mônica da Silva Cruz

Universidade Federal do Maranhão

Membro Titular: Prof^a Dr^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de reconhecer aqueles que são indispensáveis de citar, referenciar e mais do que tudo: agradecer! Agradecer pelas contribuições, agradecer por se fazerem presentes ao longo desse percurso me ajudando, de alguma forma, nessa caminhada, palmilhando comigo (ao meu lado ou não) em direção a essa conquista.

Primeiramente agradeço a Deus, por tudo!

Meus sinceros agradecimentos à prof^a Dr^a Ucy Sotto, por ter aceito orientar esta tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP, por me apresentarem múltiplas faces da linguagem humana e pela diversidade de discussões que me proporcionaram um conhecimento multidisciplinar.

À CAPES, pela bolsa parcial de estudos, que auxiliou no desenvolvimento financeiro desta pesquisa.

À Coordenadora Operacional do Programa de Pós-Graduação, professora Dr^a Marcia Manir Miguel Feitosa, pela sua dedicação e empenho ao projeto do DINTER.

De forma especial, quero agradecer o carinho e a atenção da professora Dr^a Maria do Rosário Gregolin, agradecer também por todo o ensinamento ao longo do doutorado.

Agradeço a professora Dr^a Vanice Sargentini, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação.

À professora Dr^a Ivone Lucena que, sempre atenciosa, me deu excelentes dicas durante o II Seminário do DINTER.

À Rita Torres que, com competência, cuidou da nossa vida acadêmica na UNESP.

Aos colegas do DINTER, que participaram comigo deste trajeto e compartilharam alegrias e angústias do trabalho e de suas vidas.

De maneira especial, meus mais sinceros agradecimentos à professora Dr^a Conceição Belfort, por ter aberto os caminhos do DINTER e depois ter me ajudado a percorrê-los.

Também de forma muito especial agradeço às professoras Dr^{as} Mônica Cruz e Ilza Cutrim que, através do convite para ingressar no Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso – GPELD, ajudaram, de maneira decisiva, esta turismóloga que resolveu enveredar pelos caminhos da Análise do Discurso.

Às amigas Klautenys e Andréa, com quem divido angústias e dificuldades, alegrias e tristezas dessa trajetória e de muitas outras compartilhadas ao longo dessa existência.

Aos amigos de ontem e aos de hoje; aos que estão longe e aos que nunca se distanciaram, os meus mais sinceros agradecimentos.

À minha mãe, que com sua tranquilidade e companheirismo teve fundamental importância também nessa etapa da minha vida. Obrigada, mãe!

Ao Arnaldo, meu esposo, companheiro, agradeço pela caminhada ao meu lado e pelo apoio incondicional sem o qual não teria me lançado nessa empreitada.

Às minhas filhas Giovana e Izadora – razão maior de minha existência – que ao chegarem mudaram tudo em minha volta e que com suas vidas pequeninas me dão força para seguir adiante.

Aos meus irmãos Francisco, Rosália, Fábio e JR, pela amizade e por serem bons companheiros de caminhada nesta vida.

À minha tia Dezinha, minha mestra eterna, pelo carinho e incentivo e à minha madrinha Nilza, por estar sempre presente em minha vida.

Meus sinceros agradecimentos a todos que se fizeram presente ao longo desse percurso e que me ajudaram nessa caminhada palmilhando comigo (ao meu lado ou não) em direção a essa conquista.

“O Sal da Terra

Anda!

*Quero te dizer nenhum segredo
Falo nesse chão, da nossa casa
Bem que tá na hora de arrumar...
Tempo!*

*Quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo
Prá banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver...*

A paz na Terra, amor

O pé na terra

A paz na Terra, amor

O sal da...

Terra!

*És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta!*

*Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã...
Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Prá melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois...*

Deixa nascer, o amor

Deixa fluir, o amor

Deixa crescer, o amor

Deixa viver, o amor

O sal da terra”.

(Beto Guedes/Ronaldo Bastos)

RESUMO

Análise da dispersão de discursos e regularidades que instauram a noção de sustentabilidade no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Tomam-se como ponto de partida vários discursos, formulados por distintos sujeitos, a partir de mecanismos discursivos, manobras linguísticas, enunciativas e textuais, buscando a emergência de eventos que concorreram para a fabricação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como principal atrativo turístico natural do Estado. Investiga-se o processo de construção do discurso sobre sustentabilidade para essa área. O *corpus* apresenta-se em textos de natureza diversa e de maneira heterogênea, configurado em dois eixos: um eixo centrado em documentos oficiais: a) o Plano de Manejo, que determina os usos do Parque, e propagandas do governo; e outro eixo constituído por documentos não oficiais, representados por propagandas, *sites*, matérias jornalísticas sobre o Parque. A pesquisa ora apresentada está delineada em quatro capítulos e norteia-se pelos postulados da Análise do Discurso (AD), de base foucaultiana, na direção que é dada no Brasil por meio de pesquisadores como Gregolin (2004), Sargentini e Navarro-Barbosa (2004) e pelos trabalhos desenvolvidos por um grupo de pesquisadores que têm direcionado suas pesquisas para as identidades maranhenses (CARVALHO, 2009; CRUZ, 2005; SANTOS, 2002). A AD, enquanto empreendimento teórico, tem entre suas várias tarefas entender como o homem produz sentido e como tais sentidos ganham materialidade, são constituídos e circulam em determinado momento. A pesquisa apresenta uma discussão sobre Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade tomando como base o entendimento da trajetória da história do turismo enquanto prática de consumo na sociedade contemporânea. Discute de que modo a noção de sustentabilidade é articulada às noções de desenvolvimento e progresso.

Palavras-chave: Turismo. Discurso. Sustentabilidade. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

ABSTACT

Analysis of the dispersion of speeches and regularities that establish the notion of sustainability in “Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”. Several speeches made by different subjects, originated from discursive mechanisms, linguistic maneuvers and textual enunciation were taken as a starting point in order to seek events that contributed to make “Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses” the main natural tourist attraction of the state. The process of constructing the discourse on sustainability in this area is investigated. The corpus is presented through texts of various nature and heterogeneously configured into two axes: one axis is centered in official documents: a) the management plan, an official document that determines the uses of the park, and advertisements from the government; and the other axis consists on unofficial documents represented by general advertisements, websites and news reports about the park. The research presented here is outlined in four chapters and is guided by the principles of the Discourse Analysis (DA), based on Foucault, in the direction that it is given in Brazil by researchers such as Gregolin (2004), and Navarro-Sargentini Barbosa (2004) and the work of a group of researchers who have directed their research to the identities of Maranhão (CARVALHO, 2009; CRUZ, 2005; SANTOS, 2002). The DA, as a theoretical enterprise, has among its many tasks the understanding of how the human beings ‘produce’ sense, how this sense can come true, how it is formed and how it circulates in a given moment. This research presents a discussion on tourism, sustainable development and building upon the understanding of the trajectory of the history of tourism as a practice of consumption in contemporary society. It also discusses how the notion of sustainability is articulated to the notions of development and progress.

Keywords: Tourism. Speech. Sustainability. “Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Enunciado sobre sacolas plásticas	33
Figura 2	Revolução Industrial – imagens.....	80
Figura 3	Categorias de Unidades de Conservação Federais	89
Figura 4	Cartografia do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	91
Figura 5	Cenas da novela Da Cor do Pecado gravada no Parque dos Lençóis	101
Figura 6	Cenas da Novela Da Cor do Pecado	101
Figura 7	Cena da Novela da Cor do Pecado, gravada no Parque dos Lençóis.....	102
Figura 8	Cena da novela O Clone, gravada no Parque dos Lençóis	103
Figura 9	Lençóis Maranhenses – Maravilha natural do Brasil.....	134
Figura 10	Lagoas naturais do Parque dos Lençóis Maranhenses.....	139
Figura 11	Catálogo “Maranhão. Quem conhece se apaixona”.....	140
Figura 12	Caderno “Roteiros do Maranhão”	143
Figura 13	Lençóis Maranhenses: mar de dunas	146
Figura 14	Parque dos Lençóis Maranhenses	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Recorte do Relatório de Brundtland	73
Quadro 2	Carta Verde da Terra.....	76
Quadro 3	Princípios Carta Verde da Terra	77
Quadro 4	Anúncio de pacotes turísticos	82
Quadro 5	Ministério do Turismo – o papel da atividade para o desenvolvimento sustentável	84
Quadro 6	Texto sobre o Parque dos Lençóis Maranhense.....	86
Quadro 7	Distinção das categorias de Unidades de Conservação	89
Quadro 8	Trecho introdutório do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	108
Quadro 9	Contexto federal do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	112
Quadro 10	Histórico e antecedentes legais do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	113
Quadro 11	Visão da comunidade do entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses sobre a unidade de conservação.....	114
Quadro 12	Planos e empreendimentos existentes na área de influência do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	115
Quadro 13	Objetivos específicos do manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	117
Quadro 14	Ações de manejo por áreas de atuação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	119
Quadro 15	Ações de Manejo – área interna do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	120
Quadro 16	Placa Interpretativa 9 do Projeto Interpretação Ambiental.....	122
Quadro 17	Placa Interpretativa 2 do Projeto Interpretação Ambiental.....	123
Quadro 18	Pólo Parque dos Lençóis.....	144
Quadro 19	Parque Nacional dos Lençóis – <i>site</i> Mochila Brasil	152
Quadro 20	Reportagem sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	153
Quadro 21	Posição crítica em relação ao tratamento dado ao Parque.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	- Análise de Discurso
AIE	- Aparelhos Ideológicos do Estado
ARE	- Aparelhos Repressores do Estado
CEFET-MA	- Centro Federal Tecnológico do Maranhão
CMMAD	- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DINTER	- Programa de Doutorado Interinstitucional
EHESS	- École de Hautes Études em Sciences Sociales
FDs	- Formações Discursivas
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBM	- International Business Machines
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MTUR	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial de Turismo
ONGs	- Organizações Não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLM	- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEAD	- Seminário de Estudos em Análise do Discurso
SNUC	- Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UCs	- Unidades de Conservação
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UICN	- União Internacional para a Conservação da Natureza
UIPN	- União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	- Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – PELAS TRILHAS DO DISCURSO	21
1.1 A Sustentabilidade nos contornos do discurso	21
1.2 A Análise do Discurso Francesa: fundações e fundamentos	24
1.3 Como se formam os discursos: a genealogia de Foucault	31
1.4 Sujeitos do discurso e formação discursiva	36
1.5 Turismo na atualidade: biopolíticas	44
CAPÍTULO II - TURISMO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	52
2.1 A atividade turística: primeiros caminhos	52
2.2 Prometeu e Fausto: visões de progresso na modernidade	59
2.3 Desenvolvimento sustentável: a ascensão de um discurso	69
2.4 Turismo e natureza: é possível um equilíbrio?	78
2.5 A criação de áreas naturais protegidas	84
CAPÍTULO III – ENTRE A NATUREZA E AS PRÁTICAS DE TURISMO: dispersão e regularidade	92
3.1 Dispersão e regularidade	92
3.2 A emergência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	96
3.3 O enunciado, o arquivo e o método arqueológico	103
3.3.1 O Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: enunciados, sujeitos e história	105
CAPÍTULO IV – O PARQUE DOS LENÇÓIS E A SUSTENTABILIDADE: olhares transversos	125
4.1 Propagandas do governo estadual	125
4.2 Discurso, diálogos e memórias	128
4.2.1 (Re)significações do espaço maranhense	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

Escrever esta tese levou-nos a refletir sobre o caminho percorrido até aqui. Olhando para trás, vimos quão importante foi esse percurso e a decisão de nele nos arriscar. Ingressamos no Doutorado através de um convênio firmado entre a instituição da qual faço parte, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Centro Federal Tecnológico do Maranhão (CEFET-MA) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, por meio do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER). A proposta norteadora do programa foi viabilizar a formação de recursos humanos qualificados para os quadros das instituições conveniadas no Maranhão, com o intuito de fortalecer o Ensino e a Pesquisa nessas instituições.

Por se tratar de um Doutorado na área de Linguística e Língua Portuguesa, pensamos que não teríamos o perfil para concorrer a uma vaga, pois nossa graduação é em Turismo. Entretanto, ao averiguarmos o projeto com atenção, observamos que havia uma linha de pesquisa intitulada “Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais” que evidenciava o diálogo interdisciplinar, na qual poderíamos inserir o nosso projeto. Seria possível, portanto, estabelecermos relações entre os estudos linguísticos e temas da nossa área de formação, como a análise de elementos textuais e discursivos de propagandas turísticas, do discurso do patrimônio natural e cultural, do discurso sobre meio ambiente, entre outros.

Passamos então a vislumbrar a possibilidade de participarmos do processo seletivo, porém, ao mesmo tempo, a dúvida nos acometia, pois enveredarmos por esse caminho representaria a imposição de grandes desafios para nossa vida, naquele momento. Um Doutorado exige muita dedicação, muito estudo, muitas renúncias e isso tudo se tornaria ainda mais laborioso por se tratar de uma área de conhecimento totalmente nova para nós – a Linguística. Pensamos muitas vezes em não participar da seleção. Contudo, fomos muito encorajadas por pessoas queridas em nossa volta: esposo, colegas e amigos. Aceitamos o desafio e arriscamo-nos a entrar na ordem instigante e perigosa do discurso.

Com a aprovação no processo seletivo, iniciamos um trajeto por caminhos desconhecidos, repleto de instabilidades. Um ponto bastante favorável nesse percurso foi o fato de as disciplinas serem ministradas na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís/MA, por professores da UNESP de Araraquara. Todas as disciplinas cursadas foram de grande importância. Embora de caráter abrangente, elas traziam em seu contexto um eixo norteador pautado nas múltiplas faces da linguagem humana. A variedade de discussões

proporcionou-nos um conhecimento multidisciplinar, ampliou nosso olhar em relação à funcionalidade da linguagem humana, principalmente por pertencermos a uma área de conhecimento em que ainda são insipientes as abordagens relacionadas à importância da linguagem nas relações sociais, sejam elas quais forem.

Destacamos a disciplina “Análise do Discurso: diálogos entre as teorias linguísticas e a História”, uma das mais norteadoras para nós. No percurso dessa matéria começamos a repensar nosso projeto, a revermos o *corpus* da pesquisa e a identificarmos outros autores que seriam úteis na elaboração da tese. As discussões sobre as bases epistemológicas da Análise do Discurso, em seu desenvolvimento teórico-metodológico, da década de sessenta aos dias atuais, pautadas, sobretudo, nas leituras de trabalhos de Michael Foucault e Michael Pêcheux, além da leitura de textos de autores brasileiros que desenvolvem seus trabalhos a partir dessas propostas, fizeram-nos perceber o caráter inter e transdisciplinar desse campo do saber e a possibilidade de diálogo dele com outras áreas do conhecimento.

Interpeladas por esses discursos, passamos a moldar nossa pesquisa, que tem como foco a sustentabilidade nos discursos sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Essa proposta surgiu a partir de disciplinas que ministramos no Curso de Turismo, voltadas para a delicada e estreita relação entre turismo e o meio ambiente.

Nessas disciplinas eram constantes as discussões em torno da resignificação espacial pelos discursos que instauram a ideia de preservação, quer do patrimônio histórico material, quer do imaterial ou mesmo do patrimônio natural, o qual se tornou, nos últimos anos, alvo de amplo interesse social. Mas esse debate há muito tempo deixou de ser objeto apenas de áreas específicas, passando a figurar na pauta de discussão da nossa sociedade por meio de abordagens que transitam do conhecimento técnico e científico às posturas ideológicas.

Esse assunto dissemina-se em nossa sociedade e é interpretado como um divisor de águas na busca de uma melhor qualidade de vida. Porém, muitas vezes tais discussões são sedimentadas em ideias muito gerais, oriundas do senso comum. Afinal, o que quer dizer bem-estar ou mesmo uma vida de qualidade em uma sociedade em que o consumo a direciona? Como preservar, no âmbito da sociedade atual se o comando é consumir por meio de constantes produções de necessidades? Emerge, dessas questões, a temática da sustentabilidade, que irrompe, principalmente, com a emergência da Modernidade, com o desenvolvimento de uma sociedade voltada para a produção em grande escala. Essa discussão, no entanto, tem suas raízes assentadas em períodos longínquos. Mitos como o de

Prometeu ainda na Grécia antiga, e autores como Goethe, no século XIX, já refletiam, de alguma forma, sobre a capacidade de exploração da humanidade.

É nesse contexto que o Turismo inscreve-se. Sua relação com a natureza é vinculada, dentre outras questões, às econômicas, pois para a atividade turística, o ambiente natural representa uma fonte de negócios, daí a importância de propagar o discurso de preservação, de conservação e de sustentabilidade. Mas como fazer uso do ambiente natural sem degradá-lo? O fato é que o equilíbrio dessa relação encontra ainda fortes dificuldades na prática, no cotidiano da atividade turística, sobretudo quando essa atividade é praticada em áreas naturais protegidas, como é o caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (abreviadamente Parque dos Lençóis).

O Parque dos Lençóis tornou-se, nas últimas décadas, um dos grandes alvos do turismo, no Maranhão. Criado em 1981, esse local só despontou turisticamente a partir da década de 90, por meio de uma cadeia de significação formada por discursos que primam pela construção de várias identidades locais. Para acelerar essa emergência, os prolíferos meios de comunicação, associados a uma trama de poderes, encarregaram-se da divulgação do lugar e fizeram-no eclodir no cenário midiático nacional e internacional como uma grande “descoberta” turística.

De acordo com o discurso ambiental, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado para proteger o frágil ecossistema do local, as comunidades bióticas de plantas e animais, assegurando, desse modo, o processo de continuidade das mesmas. Mas sabemos, também, que o processo de criação do Parque dos Lençóis foi, entre outras questões, uma tentativa do poder público de regular o espaço e o turismo, vislumbrando, então, uma possibilidade de negócios, divulgando-o como uma das “maravilhas naturais do mundo”.

Desse quadro surge o problema da tese: de que maneira, em vários dizeres e em distintas materialidades, é construída a noção de sustentabilidade em discursos sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?

O objetivo principal da pesquisa é, pois, na dispersão de discursos, verificarmos regularidades que instauram a noção de sustentabilidade no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Como objetivos específicos buscamos: a) discutir a emergência do conceito de sustentabilidade na sociedade moderna e sua relação com o turismo; b) analisar a cadeia de significação que formou o Parque dos Lençóis; c) verificar como distintos sujeitos inscrevem o conceito de sustentabilidade em discursos proferidos sobre o Parque dos Lençóis; d) investigar a inscrição da biopolítica e as formas de controle nos discursos proferidos sobre o Parque dos Lençóis.

Há muitos caminhos teóricos que subsidiam o entendimento da intrincada relação entre linguagem e sociedade. Um desses direcionamentos está nos conceitos oferecidos pela Análise de Discurso (AD), derivada de Michel Pêcheux (1969), segundo a qual o discurso deve ser entendido como o lugar de encontro da língua com a História e o Ideológico. A AD se constrói como disciplina interdisciplinar, um campo do saber que tem despertado o interesse de muitos e diversos segmentos. Segundo Gregolin (2004), a AD francesa é formada de muitas e diferentes teorias que contribuíram para o entendimento do discurso, entre as quais destacam-se neste trabalho os estudos de Bakhtin e Foucault, autores que entenderam o discurso como objeto ao mesmo tempo linguístico e histórico.

Em relação a Foucault (2000), é tomada a noção de discurso, como a ideia de que, no interior de uma língua, para a sociedade, um lugar, um momento definido só uma parte do dizível é acessível e que este dizível forma um sistema e delimita uma identidade. As unidades do discurso derivam, ao mesmo tempo, do discurso e da História. Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados que se apoiam em regras históricas, para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. Para esse estudioso, toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, quem pode dizer e em que circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir. Essa prática discursiva resulta de um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais. O discurso, portanto, relaciona-se, simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam (FOUCAULT, 2001).

O turismo figura na sociedade contemporânea como uma poderosa ferramenta de promoção do lazer e de bem-estar a partir de propostas tecidas por uma linguagem sedutora, acompanhada de belas imagens, de promessas de bem-estar. Guiados pelo texto *Vigiar e Punir*, de Foucault (1999c), obra em que o filósofo estuda as relações entre o discurso e os demais fatores – sociais, econômicos, culturais – que produzem o indivíduo normalizado, e a partir do qual aponta que relações entre saber e poder fabricam sujeitos e se materializam em práticas que chamou de *disciplinares*, buscamos no interior de discursos produzidos pelo turismo, o trabalho de produção de subjetividades.

Para Foucault, o sujeito é uma permanente construção, no interior da História, e o filósofo francês mostra isso a partir da análise do funcionamento das prisões, das práticas de exame e da correção, a partir do século XVIII. Em sua análise conclui que o capitalismo traçou uma série de estratégias para ligar o indivíduo ao trabalho, para torná-lo força produtiva. O poder, assim, tornou-se cada vez mais invisível, porém mais eficaz, ao instaurar

modos de disciplinar os indivíduos através da organização do tempo e do espaço, para produzir subjetividades. O poder da sociedade ocidental deixou de gerir a população de forma punitiva e iniciou um processo de agenciamento das “almas” e dos corpos. Esse poder foi chamado por Foucault de *biopoder*, pois nele o corpo assume uma posição relevante nessa sociedade que busca a produtividade a qualquer custo. Esse elemento passa a ser vislumbrado e cultuado em práticas de higiene, de dietas, beleza, práticas sacrificais, práticas depois denominadas por Foucault de “técnicas de si”. O sujeito, para Foucault, é formado ao longo da História por meio de inúmeras e distintas práticas discursivas que o comandam e coordenam sua subjetividade. As práticas de lazer e de turismo, por exemplo, podem funcionar como um dispositivo de poder à medida que trabalham a corporeidade do indivíduo, oferecendo-lhe “bem-estar” em troca de torná-lo mais produtivo. Avaliar o funcionamento do turismo é, por essa ótica, pensá-lo como uma prática de adestramento dos corpos e de produção de identidades.

A AD guarda uma singularidade que é a de proporcionar a abordagem de *corpus* o mais variável no universo discursivo. Assim, permite que outros campos teóricos sejam postos em ação no processo de análise do *corpus* estabelecido. Nesse sentido, além do referencial teórico de Michel Foucault e demais autores lançamos mão de estudiosos de outros campos teóricos, como Berman (2007), Giddens (1991, 2006) e Bauman (2005), para auxiliar as reflexões sobre modernidade e pós-modernidade. No tocante às discussões sobre o meio ambiente, os estudos de Dias (2003) auxiliam as reflexões sobre turismo e meio ambiente e as relações que se estabelecem entre ambos na perspectiva da sustentabilidade. A pesquisa também segue apontamentos de Coriolano (2006), que adota a Análise do Discurso para expor como o turismo é parte integrante da dinâmica recente da mundialização do capital, que cria territorialidades e maneiras de responder às crises da acumulação global. Também são mobilizados os estudos de Urry (2003), que tratam das mudanças que vêm acontecendo na atividade turística na sociedade contemporânea e faz uma análise desta do ponto de vista social, cultural e geográfico. Esse autor ainda propõe a reflexão sobre o turismo enquanto fruto da sociedade de consumo, que cada vez mais valoriza a diversão, o prazer e a imitação. As ponderações de Costa (2002) são buscadas no sentido de enriquecer as discussões acerca de unidade de conservação, em especial os parques nacionais.

De acordo com Baudrillard (2007), uma das principais estratégias adotadas pelo Capitalismo no século XX foi a transformação da mercadoria em signo, por meio da produção de desejo e consumo de um grande número de signos novos, imagens e experiências. Nesse contexto, o turismo encontrou campo fértil para tornar-se uma das principais atividades

econômicas do mundo, uma vez que pode transformar natureza e manifestações culturais de ordens diversas em signos de desejos. A publicidade desempenha grande papel nesse processo, inclusive, para Baudrillard, ela é uma espécie de “arte oficial do capitalismo”. Como mecanismo midiático, a publicidade disciplina nossas práticas cotidianas, impondo a moda que devemos adotar, os lugares que devemos visitar, a comida que devemos consumir e muitas outras regras por ela ditada numa complexa rede de sentidos.

Os discursos sobre as questões ambientais são difundidos nos mais distintos setores da sociedade. Em uma época em que o capitalismo toma conta das atividades humanas, o ambiente natural passou a ser visto como um bem público e, portanto, de direito e de necessidade de todos. No turismo, atividade de grande importância socioeconômica, mundialmente falando, a temática ambiental pode ser discutida pelo viés da sustentabilidade, já que necessita de um meio ambiente equilibrado para manter-se e/ou desenvolver-se.

A busca do equilíbrio, da sustentabilidade propagada pelos discursos, entre o meio ambiente e o desenvolvimento representa um grande desafio e sempre se caracteriza em conflito no domínio da gestão turística. Não existe debate onde se cruzem as vertentes turismo e ambiente natural que não se fale de sustentabilidade. Conforme lembra Beni (2004), nessas discussões, o que se tem atualmente em maior destaque e relevância é o turismo sustentável, expressão que abriga variados posicionamentos políticos e geoestratégicos bem como interesses imediatos, visando tirar proveito da onda de um tema tão complexo quanto fluido, em seus aspectos práticos. O conceito de sustentabilidade é quase sempre utilizado nesse contexto para exprimir a existência de uma relação inequívoca entre a atividade turística e os recursos por ele utilizados, visando sempre geração de experiências de elevada qualidade para o turista.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001), o desenvolvimento do turismo sustentável deve atender às necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que deve buscar proteger e ampliar as oportunidades para o futuro. Esse tipo de desenvolvimento passa a ser uma espécie de bússola ao gerenciamento de todos os recursos, de modo que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser atendidas sem que a manutenção da integridade cultural dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida sejam descartados.

Diante desses aspectos, as hipóteses que norteiam este trabalho são: a) existe uma tensão entre o dizer oficial sobre a sustentabilidade do Parque dos Lençóis e uma prática turística que não corresponde a esse dizer; b) existem embates entre o dizer oficial e o dizer

não oficial. O discurso turístico na mídia influencia na tomada de decisão do turista, na escolha do local/destino que vai visitar. O discurso na esfera oficial autoriza, por exemplo, um determinado lugar como “sustentável” *versus* o discurso “não oficial” que se vale do primeiro como um “discurso de autoridade”.

Os pressupostos teóricos e metodológicos desta pesquisa partem do princípio de que a seleção do *corpus* é sempre uma decisão do pesquisador e, portanto, um ato subjetivo, definido por princípios teóricos. Já é, pois, em si uma reflexão teórica, uma análise da manifestação do objeto. Esse encontro, promovido a partir da formulação de um questionamento, é apenas uma possibilidade de apreensão do real orientado pelo olhar do pesquisador. Assim, a definição do *corpus* deve ser apreciada como princípio do trabalho de análise, que aos poucos vai sendo refinado, delimitado até que se tenham efetivamente dados que possam responder aos questionamentos da pesquisa. Neste trabalho, o *corpus* está constituído por vários gêneros configurados em dois eixos: um eixo centrado em documentos oficiais: plano de manejo e propagandas do governo; e outro eixo que se sustenta em documentos não oficiais: propagandas, sites, matérias jornalísticas sobre o Parque.

A heterogeneidade do *corpus* justifica-se pelo princípio de que o discurso não se constitui de forma regular. Na dispersão das coisas que são ditas, divulgadas, noticiadas a respeito do Parque pode haver uma regularidade que levará à compreensão do funcionamento do discurso sobre a sustentabilidade nesse local. Desse modo, a pesquisa discute o teor desses enunciados, o que revelam ou ocultam.

Esta investigação enquadra-se em uma perspectiva mais ampla: a de um grupo que vem problematizando os alinhamentos entre Análise do Discurso e Estudos de Turismo, por meio de buscas sobre a genealogia do Patrimônio, em São Luís (CARVALHO, 2009); a projeção da pós-modernidade nas políticas de preservação (GUEDES, 2010); os efeitos semióticos na publicidade sobre os Lençóis Maranhenses. Assim, esta tese torna-se relevante à medida que propõe uma atual e premente questão: analisar a heterogeneidade que atravessa o discurso do turismo a partir da perspectiva da sustentabilidade, verificando de que modo desenvolvimento e natureza dialogam em dizeres sobre o Parque dos Lençóis.

O estudo pode suscitar reflexões a respeito do que se pode entender por sustentabilidade nos vários discursos formulados, por diferentes sujeitos, para e sobre o Parque a partir dos mecanismos discursivos que instauram determinados poderes, por meio de manobras linguísticas, enunciativas e textuais. Desse modo, buscando a tessitura dos vários discursos sobre a sustentabilidade no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a pesquisa

pode ser profícua para áreas que se ocupam da apropriação do espaço pelo homem, como também pode trazer benefícios para a sociedade.

A tese desdobra-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o delineamento teórico no qual este trabalho está ancorado, articulando concepções da Análise do Discurso e questões sobre Turismo e Sustentabilidade.

No segundo capítulo, discutimos a sustentabilidade no Turismo a partir do entendimento da história dessa atividade como prática de consumo, na sociedade contemporânea. A atividade turística, desde que começou a ser entendida como fenômeno social, responsável por mudanças sociais, estimulou inúmeros estudos que têm buscado avaliar as condições que propiciaram a sua emergência na atualidade e suas implicações para a sociedade. O centro desse debate é o princípio de que um dos grandes desafios colocados pelo Turismo na sociedade contemporânea, marcada pela efemeridade, são as questões relacionadas à sustentabilidade. O turismo tem-se voltado para essa temática porque depende de produtos que são, *a priori*, bens da humanidade e, portanto, devem ser utilizados de forma racional e responsável. Neste capítulo realizamos, pois, uma abordagem sobre a noção de desenvolvimento e progresso e sua relação com o conceito de sustentabilidade e turismo, na modernidade e na pós-modernidade.

No terceiro capítulo, seguindo o princípio da dispersão e da regularidade (FOUCAULT, 2000), avaliamos mecanismos discursivos e enunciativos que instituíram o Parque dos Lençóis como atrativo turístico. O princípio norteador da escolha dos *corpora* da pesquisa segue o conceito de discurso, de Michel Foucault, para o qual é preciso buscar o discurso na superfície das coisas efetivamente ditas (FOUCAULT, 2000). Com base nesse princípio, verificamos de que modo o Plano de Manejo do Parque constrói a noção de sustentabilidade para essa área. As regularidades buscadas consistem em formações discursivas que falam nesse texto, os interdiscursos mobilizados, os sujeitos postos em cena.

No quarto capítulo, ainda conforme o princípio da dispersão e da regularidade, avaliamos distintos dizeres como propagandas, reportagens, *sites*, revistas, entendidos como discursos oficiais e não oficiais. Investigamos de que maneira a sustentabilidade é discursivizada nesses espaços, quais as regularidades que os unem ou os distanciam, verificando, nessa trama, as relações de poder-saber, na medida em que essas materialidades são fruto de uma produção histórica e política.

Sabemos que uma pesquisa está sempre apontando para a sua incompletude. Ao lhe dar forma de tese, um trabalho, que sabemos interminável, adquire limites, contornos de finalização e acabamento. Arestas são ajustadas para que o pouco que descobrimos possa falar

a outros curiosos, estudiosos, que verão nas páginas que seguem um pequeno recorte de um mosaico de muitas peças. Desse modo, esperamos que na dispersão das coisas ditas aqui possam ser agarradas essas peças e novas formas sejam dadas para a construção de um outro e mais completo trabalho sobre o tema ora discutido.

CAPÍTULO I

PELAS TRILHAS DO DISCURSO

Os discursos não são apenas uma espécie de película transparente através da qual e graças à qual enxergamos as coisas, eles não são simplesmente o espelho do que é e do que pensamos. O discurso possui uma consistência própria, sua espessura, sua densidade, seu funcionamento.

(FOUCAULT, 2004).

O objetivo deste capítulo é apresentar os princípios teóricos que subsidiarão as reflexões acerca da sustentabilidade nos discursos que divulgam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Os conceitos aqui apresentados se aportam principalmente na Análise do Discurso, empreendimento teórico que tem entre suas várias tarefas entender, a partir de uma perspectiva não imanentista da linguagem, como o homem produz sentido e de que forma esses sentidos se materializam, se constituem e circulam em dado momento. Para a AD, o homem, por meio de múltiplas formas de comunicação, é fadado a significar e entende que o processo de significação se instaura linguística e historicamente. Tal campo do saber caracteriza-se, sobretudo, por uma composição complexa de saberes articulados para a compreensão do funcionamento dos discursos. Assim, é preciso buscar, no campo da investigação discursiva, as questões que emergem nas tramas da propagação do Parque dos Lençóis como destinação turística no Maranhão, lugar cuja natureza tem sido alvo das campanhas publicitárias e que, por isso, tem levado muitos especialistas a refletirem sobre as consequências de sua visibilidade no futuro.

1.1 A sustentabilidade nos contornos do discurso

Sustentabilidade é um termo muito recorrente no repertório da contemporaneidade e, nas duas últimas décadas, o mundo tem testemunhado a emergência dessa temática em debates que envolvem as questões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento social em sentido amplo, nas mais distintas áreas. A irrupção do discurso da sustentabilidade, conforme veremos no capítulo dois, é engendrada por fatores como o desenvolvimento das sociedades industriais, cujos contornos se amparam em um quadro de acontecimentos históricos, como as duas guerras mundiais, o desenvolvimento da ciência e o progressivo desenvolvimento econômico de alguns países. Esse cenário gerou uma intensa preocupação no que se refere ao

destino da humanidade, à manutenção dos recursos naturais e, conseqüentemente, da própria sobrevivência do homem, aspectos que marcaram o período denominado modernidade.

Conforme Giddens (1991), com o advento da modernidade, os homens passaram a tratar a natureza como um conjunto entorpecido de forças a serem manipuladas para finalidades humanas, por entenderem que a natureza é um domínio separado da sociedade. O autor comenta que a natureza “chega ao fim” e o homem opera dia-a-dia uma espécie de “socialização da natureza”, no sentido de que o mundo natural é ordenado cada vez mais conforme sistemas internos da sociedade. Em tempos de modernidade, as pessoas passam a viver cada vez mais em ambientes artificiais em virtude da difusão de ambientes construídos, em que vive a ampla maioria da população. O filósofo ainda ressalta que o grande interesse pela ecologia vem evidenciar que o fim da degradação da natureza depende de novos padrões de estilo de vida. Os dilemas “ecológicos ressaltam a nova e acelerada interdependência dos sistemas globais e enfatizam a profundidade das conexões entre atividade pessoal e os problemas planetários”. Com isso, o habitat humano está cada vez mais distante da natureza, “agora representada apenas na forma de ‘campo’ ou de ‘selva’” (GIDDENS, 1991, p. 204).

A vida em sociedade distancia-se cada vez mais da natureza à proporção que se desenvolve em locais construídos pelo homem. Na cidade, a “natureza” ainda sobrevive em forma de áreas verdes conservadas, em sua maioria configurada em áreas de proteção ambiental, parques, áreas de recreação, jardins construídos, árvores e plantas domésticas cultivadas que só são naturais porque dependem de processos orgânicos para se desenvolverem. “Uma visita ao campo ou uma caminhada no bosque podem satisfazer o desejo de estar próximo da natureza, mas na cidade, a natureza está condenada e domesticada socialmente”. Desse modo, “a natureza está cada vez mais sujeita à intervenção do homem e, assim perde seu próprio caráter como fonte extrínseca de referência” (GIDDENS, 1991, p. 154). Para Giddens (1991), as questões ambientais, na atualidade, estão inteiramente relacionadas à concepção de sujeito, sendo assim, é preciso refletir de que forma a subjetividade está sendo trabalhada pelas sociedades contemporâneas no sentido de promover a sustentabilidade do planeta. Praticar turismo no Parque, é uma questão de agenciamento dos corpos, de disciplinamento do sujeito e do espaço.

Enunciada indistintamente por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos sociais e assumindo múltiplos sentidos, a palavra sustentabilidade teve uma rápida expansão e instiga diversos campos do saber e atividades diversas, entre os quais o Turismo.

De acordo com Acselrad (2009, p. 43), desde que o Relatório de Brundtland¹ foi elaborado, várias matrizes discursivas têm sido relacionadas à noção de sustentabilidade. Entre essas discursividades o autor aponta a da eficiência, caracterizada pelo combate “ao desperdício da base material do desenvolvimento”; a da escala, a qual preconiza um limite de valores ao crescimento econômico e “à pressão que ele exerce sobre os recursos ambientais”; a matriz da equidade, cuja proposta pauta-se em vínculos entre a justiça e a ecologia; a matriz da autossuficiência, a qual divulga a desarticulação entre economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial; a da ética, que insere a apropriação dos bens materiais “em debates sobre valores do bem e do mal”, tentando integrar “a base material do desenvolvimento às condições de continuidade da vida no planeta”.

Esse quadro demonstra uma vasta imprecisão sobre o conceito, que se modifica a cada vez que uma esfera social o mobiliza. Nesse caso, o sentido do termo está associado a dimensões ideológicas, sendo necessária uma ferramenta teórica que avalie as várias semânticas do termo. É preciso avaliar os sentidos que brotam das enunciações sobre a sustentabilidade no turismo, verificar como essa esfera social articula riqueza natural e negócios em um período de intenso consumo; é necessário buscar como e por que surgiu essa relação; que sujeitos se ocupam desse enunciado e de que forma o fazem.

Desse modo, esta pesquisa tomará o discurso como processo, objeto cujas *condições de produção* são fundamentais para o entendimento da tessitura histórico-social que o constitui. Por esse prisma, o discurso não é o dado empírico de um sujeito, nem o texto, nem a função comunicacional: é um objeto que se constitui nas tramas históricas de uma sociedade (GREGOLIN; BARONAS, 2003). Assim, os postulados da Análise do Discurso francesa serão fundamentais para nossa investigação.

Como um canteiro de diálogos e confrontos teóricos, a AD erige-se como espaço em que pesquisadores podem falar de lugares múltiplos sobre fatos que inquietam os estudiosos do discurso. Dentre suas várias tarefas, esse campo do saber busca entender, a partir de uma perspectiva não imanentista da linguagem, como o homem produz sentido. Acredita que o homem, por meio de múltiplas formas de comunicação, é condenado a significar e entende que o processo de significação se instaura linguística e historicamente.

¹ Documento publicado em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

1.2 A Análise do Discurso Francesa: fundações e fundamentos

Segundo Mazière (2007, p.31), nos fins dos anos 60, a Análise do Discurso emerge como uma vertente das ciências da linguagem que se ocupa do discurso como objeto de estudo e mantém com a linguística complexas relações. Sua fundação tem uma dupla autoria: de uma lado, Jean Dubois, cuja formação era em Lexilogia e Lexigrafia, traz contribuições importantes referentes ao campo da Linguística, entre as quais se destacam a ratificação da concepção saussuriana da língua e o respeito aos métodos formais de análise, do matemático Z. S. Harris, assegurando a manutenção dos objetos do filólogo-gramático (texto-discurso) e validando o retorno da questão do sentido pelo viés das ciências políticas e sociais, comprometidas na análise do conteúdo.

A AD se constitui como triunfo pleno do distribucionalismo, uma forma de estruturalismo americano conhecida na França por meio, sobretudo, dos trabalhos de Harris. Matemático, Harris descarta a questão do sujeito e rejeita a questão do sentido fora da linguística. Por meio de um verdadeiro golpe de força, ao transportar para a linguística estrutural o *objeto discurso*, Dubois vai possibilitar a abertura de uma nova região na disciplina “linguística” (MAZIÈRE, 2007, p. 31, grifo do autor).

A outra fundação da AD é atribuída a Michel Pêcheux, “filósofo do marxismo”, influenciado por Louis Althusser e pelos diálogos que traçou com a Epistemologia, a Psicanálise e a Linguística. Entre os temas desses diálogos apontam-se as indagações formuladas por Pêcheux acerca das noções de língua e fala, estabelecidas por Saussure, em seu Curso de Linguística Geral. Segundo Mussalim (2003), os primeiros estudos da AD surgem em um momento em que a Linguística transbordava em paradigmas estruturalistas, extremamente voltada para discussões motivadas pelas propostas saussurianas, que passou a entender a linguagem humana em sua autonomia e, assim, avaliou-a a partir de suas regularidades. Para a Linguística desse momento os fatores externos não eram suficientemente relevantes para serem destacados como capazes de interferir no sistema linguístico, em sua estrutura. A língua não se relacionava diretamente com os fatos do mundo, portanto, o que deveria ser considerado como relevante seria sua estrutura interna, um sistema fechado sobre si mesmo, isso porque Saussure (1979) tinha o projeto de inserir a Linguística no paradigma científico-positivista. Foi então que o pesquisador genebrino viu a necessidade de afastar os aspectos que margeavam os usos da linguagem, entre eles a história e o sujeito, elementos que só na 2ª metade do século XX voltam a configurar os estudos da linguagem.

Os estruturalistas acreditavam que a língua poderia ser objetivamente apreendida, mas a fala não o poderia porque variava de acordo com o que o falante elegia para se

comunicar. Essa afirmação levava o Estruturalismo a acreditar que o sujeito era senhor de sua língua, e esta seria fruto de um processo individual, desconsiderando, ou pelo menos minimizando, as influências históricas e todo o processo de aquisição de conceitos ideológicos e o assujeitamento pelo qual os falantes passam. A Análise do Discurso delimitou como seu objeto de investigação o discurso, mas possuía relações diretas com a linguística. Diferentemente da linguística de Saussure, a AD não trabalha com unidades isoladas, seu objeto – o discurso – não é discreto, controlado, delimitado.

A AD francesa propõe uma série de ferramentas, conceitos específicos para se constituir como um saber autônomo. Seus trabalhos são de natureza variada, pois veem o texto como “um modo de organização específico que deve ser estudado dentro de certas condições de produção – isso é, pois, estudar o discurso”. O texto, nesse âmbito, é entendido como uma unidade de sentido, cuja construção é um processo, um mosaico de elementos que constituem um percurso de significação, inscrito não somente no que é materializado, mas que depende de um conjunto de condições sócio-históricas para se consolidar. Nesse campo, o sentido não é uma evidência (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.201-202).

Conforme Paveau e Sarfati (2006), a constituição da AD francesa teve como cenário encontros e evoluções produzidos em uma conjuntura epistemológica e ideológica particular; não há como tomar uma ação fundadora na composição dessa proposta, pois ela se fez a partir de práticas de estudo instauradas em diferentes momentos, desde as mais antigas – como o estudo antigo do texto (ao modo da Retórica, Filologia e Hermenêutica) às mais contemporâneas.

No que diz respeito aos contextos epistemológicos que ensejaram o aparecimento da AD, vários são os fatores que se relacionam às condições históricas e muito específicas da cultura francesa: por exemplo, no campo das tradições, destaca-se o fato de a França manter relações muito próximas com os livros e a prática de interpretação; voltar-se para diversas formas de comentários do texto e cultivar reflexões sobre a escritura, surgida nos anos 1960, no quadro do Estruturalismo.

No campo teórico, a AD tomou a Linguística como suporte do estudo dos discursos em função de sua posição de destaque no momento estruturalista da vida intelectual francesa dos anos 60 e 70. A AD, em contrapartida, renovou as abordagens linguísticas de Saussure, propondo uma releitura do estruturalismo e constituindo-se como disciplina transdisciplinar. Quanto ao campo institucional, esse saber era contornado por um contexto marxista, prenhe de ideias althusserianas: temas como ideologia, poder, lutas sociais e políticas, as revoluções de 68 eram ingredientes que davam liga aos pensadores da análise do

discurso, inicialmente. Alguns lugares institucionais abrigavam esse grupo, com destaque para a Universidade de Paris X-Nanterre, onde estava Jean Dubois, que instaurou a proposta da análise do discurso no sentido harrisiano; a École Normale Supérieure de Saint-Cloud; Universidade de Paris VII, associada ao laboratório de psicologia social do CNRS, onde Pêcheux desenvolveu uma teoria da linguagem marcada pelo marxismo e psicanálise, resultando daí o texto “análise automática do discurso”; a École de Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), lugar em que Greimas² desenvolvia estudos sobre semiótica geral, propondo, paralelamente, uma outra abordagem sobre o discurso (PAVEAU; SARFATI, 2006).

O quadro intelectual da AD fixou suas bases na Filosofia, com destaque principalmente para Louis Althusser e Michel Foucault, autores que desenvolveram inúmeras reflexões em torno do objeto discurso. Althusser (1918-1980) realiza uma releitura de Marx, propõe o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) – este pensado como um conjunto de instituições: igreja, escola, mídias, cultura, família, partido político, sindicato e investiga a engenharia da ideologia que, segundo ele, contribui para que as relações sociais e modos de dominação se reproduzam. Instaura também o conceito de Aparelhos Repressores do Estado (ARE), representados pelas forças armadas, pelo poder judiciário, pela polícia entre outros atores. Afastando-se das formulações marxistas e aproximando-se das teorizações freudianas, o filósofo francês insere a noção de inconsciente, formulando a sua Teoria da Ideologia.

Althusser (1974) propõe várias teses cujos princípios traduzem as seguintes ideias: a) “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Assim, os AIE’s impõem ao homem modelos de suas relações de existência, configuração interiorizada inconscientemente pelos indivíduos; b) “a ideologia tem uma existência material” – para ele, ideias e representações de um sujeito formam realidades concretas; a ideologia não é de ordem psicológica, situa-se na *práxis*, modula identidades e modos de ser dos indivíduos; c) “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material”. Desse modo, as ideias não são simplesmente representações de um sujeito, elas são realidades concretas, dotadas de uma materialidade, “elas fabricam o real”. Portanto, a ideologia não é só da ordem psicológica, mas se situa do lado da *práxis*, que modela identidades dos indivíduos. Dessa herança althusseriana, Pêcheux faz um decalque para sua conceituação de que “a ideologia é de alguma forma anterior à

² A título de ilustração, acrescenta-se Todorov, Barthes, Kristeva e outros luminares do Estruturalismo francês.

produção do discurso”. O sujeito, ao falar, ou mesmo antes de falar “já é falado pelo *já-lá* ideológico”. (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.205-206). Desse princípio surgem as noções de pré-construído, interdiscurso, memória discursiva e outras que darão suporte para explicar a circulação e o funcionamento dos discursos.

O interdiscurso é “constituído de todo dizer já-dito. [...] É aquilo que preside todo dizer. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas” (ORLANDI, 2006, p.18). Pela noção de interdiscurso é trabalhada a noção de memória discursiva, que funciona no nível das enunciações que se estratificam no eixo da linguagem em que há a constituição do dizer. Seguindo as orientações de Courtine (1999), Orlandi (2006, p. 21) explica:

No entanto há uma particularidade que define a natureza da memória discursiva: trata-se do fato que quando enunciamos há essa estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição de nosso dizer. Mas são formulações já feitas e esquecidas.

Desse modo, a autora pontua que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Não podemos, por essa via, prever todos os sentidos que uma palavra pode emanar, em distintos contextos, fugindo de nossa competência o controle total dos sentidos da língua. Por isso, ao enunciarmos uma palavra qualquer, essa palavra pode significar não apenas o que desejamos que ela signifique, mas ela pode significar também elementos que derivam de uma memória que ela guarda, e que muitas vezes desconhecemos. Assim, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória.

O esquecimento de que trata a Análise do Discurso foi conceituado por Michel Pêcheux, para quem o nosso dizer é atravessado por dois tipos de esquecimentos. Pelo esquecimento número 1 é explicado o fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Esse esquecimento provoca a sensação de o sujeito ser a origem do que diz. É da ordem da constituição do sujeito e do sentido. O esquecimento número 2 é da ordem da formulação. O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. É também chamado de esquecimento enunciativo, e sugere que existe uma relação termo a termo entre o que é dito, o que é pensado e a realidade referida (ORLANDI, 2006, p. 21).

O pré-construído, conforme Maingueneau (1998, p. 114), corresponde àquilo sobre o que o discurso se apoia, aquilo “que é apresentado no discurso como natural”.

De Michel Foucault, a noção de formação discursiva é uma das mais produtivas para a formação inicial da estrutura da Análise do Discurso de orientação francesa. Esse

conceito foi publicado no livro *Arqueologia do saber* (1969), momento em que Foucault (2000) divulga seu projeto de análise do discurso. Ele explica como se deve chegar à formação e às mudanças de práticas discursivas, tomadas como situações históricas. Seu programa de pesquisa não toma como objeto a língua, centra-se na análise das relações entre práticas discursivas e práticas sociais. Ao avaliar “grupos de enunciados” no interior de uma formação social, o filósofo francês busca o entendimento das relações que eles mantêm entre si e com os fenômenos não-discursivos, como acontecimentos técnicos, políticos, sociais etc. A questão central dessa proposta de análise é verificar quais as condições graças às quais se pode falar de um discurso (da Medicina, da Economia, da Gramática). Para isso, Foucault postula que é preciso delimitar os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos; verificar as escolhas temáticas. Daí deriva o conceito de formação discursiva, entendida como aquilo que pode e que deve ser dito em certos momentos por determinados sujeitos (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 206).

No dizer de Paveau e Sarfati (2006, p. 210), como um “canteiro aberto”, a AD se expande não apenas à medida que os *corpora* que analisa se constituem ou se transformam, mas, ainda, em função das mudanças sociais ocorridas, principalmente, em meados do século XX, pelo grande desenvolvimento econômico, cultural e, principalmente tecnológico. Desse desenvolvimento resultaram os novos meios de comunicação como a televisão e a internet, que modificaram não apenas as relações de comunicação como estreitaram consideravelmente as fronteiras espaço-temporais, fazendo eclodir novas produções discursivas em nossa sociedade. Assim, a AD passa a buscar orientações que constroem alguns objetos de estudo, como teorizações acerca da noção de discurso, produção de saberes; lugares de construção dos discursos, como as linguagens do político, das instituições; marcas enunciativas, organização formal, discurso reportado etc. Relação com o objeto de estudo: nos estudos do Turismo, por exemplo, as orientações da AD francesa têm contribuído como ponto de apoio para debates sobre a interface espaço e discurso na sociedade contemporânea.

Uma das questões basilares na AD é o conceito de sujeito. Nesse campo, o sujeito é entendido como uma construção sócio-histórica. Os estudos de Lacan, que revisitou as teorias freudianas, contribuíram fortemente para a formulação de tal conceito. Ele propôs que, como uma estrutura, o inconsciente é uma linguagem “e se comporta como uma série de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo”. Dessa forma, subjacentemente às palavras efetivamente ditas, haveria sempre a presença de outras palavras, sendo que o discurso é constantemente atravessado “pelo discurso do outro, do inconsciente” (MUSSALIM, 2003, p.107). O outro é entendido como uma voz que cruza o discurso do

sujeito; o outro é o lugar em que se alojam vozes do pai, da família, da religião e das diversas instituições sociais que constroem a identidade do sujeito. A Análise do Discurso trabalha então no sentido de fazer emergir no discurso essas vozes que ressoam e motivam o discurso.

Ao longo de sua constituição a AD passa por várias modificações em sua natureza teórica e no objeto investigativo utilizado pelos analistas, até chegar a uma etapa em que Pêcheux et al. (1999) compreende o discurso enquanto objeto que se relacionava diretamente ao interdiscurso. O interdiscurso é o *já-lá*, é o que foi dito antes e constitui a base de todo dizer, uma espécie de memória constitutiva, onde os sentidos se estabilizam e se movem. A movência ou o congelamento dos sentidos depende, entretanto, da posição do sujeito na relação com a memória e o interdiscurso em cujo funcionamento o esquecimento é primordial. Conforme Pêcheux et al. (1999), o esquecimento é responsável pelas transformações dos sentidos, seus deslocamentos, suas derivas. Isso porque, embora falemos com palavras que já têm um sentido cristalizado, existem dois tipos de apagamento que são responsáveis pela significação: na primeira forma de esquecimento, o sujeito apaga o fato de que os sentidos não têm origem nele; e na segunda forma, o sujeito tem a ilusão de controlar o sentido. Assim, a Análise do Discurso demonstra que os sentidos não se fazem de maneira independente ou imanente: há uma trama de mecanismos discursivos que edificam os sentidos ao longo da história.

Para a AD, o sujeito é conduzido por vários mecanismos de controle. Ele não diz nada individualmente. Ao analista do discurso cabe avaliar o processo de formação interdiscursiva, inscritos na história, e rastrear as condições de produção que possibilitaram a emergência de um dizer (MUSSALIM, 2003).

No projeto pecheuxtiano de Análise do Discurso, os trabalhos do Círculo de Bakhtin são incorporados a partir dos trabalhos de Authier-Revuz, que insere na AD conceitos como *heterogeneidade*, um caminho para a análise das tramas do intradiscurso no interdiscurso (GREGOLIN, 2006). Nesse sentido, a teoria de Bakhtin sobre o dialogismo foi muito frutífera, pois contribuiu para a reflexão acerca da inscrição do sujeito no discurso.

A dialogia é vislumbrada a partir de diferentes enfoques, tais como: fala de outrem; vozes dos outros; discurso do outro; inter-relação dialógica; multiplicidades de vozes; polifonia; interação verbal, gêneros do discurso, entre outros. A preocupação com o princípio dialógico representa a reação bakhtiniana à concepção de língua como objeto da Linguística, que resulta das dicotomias saussurianas, principalmente aquela de oposição entre língua/fala. Tal dicotomia foi criticada por Bakhtin (1997), por excluir o sujeito e, conseqüentemente, sua perspectiva dialógica, a partir do momento em que afasta de seu foco a fala e passa a estudar a

língua dentro de uma concepção sistêmica e estruturalista. Bakhtin foi quem inicialmente percebeu as perdas que tal dicotomia acarretou aos estudos da linguagem e, desde 1929, já se preocupava com a problemática referente ao discurso.

O Círculo bakhtiniano desenvolve uma concepção de enunciado diretamente ligada ao aspecto dialógico. Para ele, o enunciado é a unidade de análise discursiva, que estabelece sempre relações com outros enunciados. Assim, o enunciado possibilita um diálogo constante, já que é uma resposta a enunciados anteriores e também está ligado àqueles que o sucedem. Por esse motivo não pode ser tomado dentro de uma visão sistêmica da língua, mas deve ser entendido sempre como atravessado por elementos internos e externos, que representam as relações dialógicas entre o enunciado e a realidade, entre o enunciado e o locutor. As relações dialógicas são construídas entre enunciados de sujeitos que ocupam diversas posições sociais, distintas ou não. No interior desse conjunto de vozes se instaura a dialogia, tal como concebeu Bakhtin (1997).

Um estudo do círculo que tem sido muito fértil para as análises de discursos é o de gênero discursivo. “Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma forma que a organizam as formas gramaticais (sintáticas)” (BAKHTIN, 1997, p. 302). A comunicação verbal seria inviável se tivéssemos que criar os gêneros a cada processo de fala, se não existissem os gêneros, por isso cada esfera da comunicação social apresenta “tipos relativamente estáveis de enunciados”, sendo isso designado por Bakhtin como gêneros do discurso. Esses componentes da comunicação constituem-se de três elementos fundamentais: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Os estudos do Círculo de Bakhtin reforçaram o olhar da AD sobre a existência do outro na linguagem. Ela passou a perceber que no discurso instauram-se ressonâncias, de onde surgem divergências, constituindo aí uma verdadeira interlocução discursiva, que faz soar constitutivamente o discurso-outro no discurso. Surge daí o conceito de heterogeneidade discursiva. Contudo, havia divergências entre os autores do Círculo bakhtiniano e os teóricos da AD francesa, fundamentalmente no tocante à ideia de interação como produto de uma comunicação intersubjetiva.

Pêcheux não concordava com as teses de Bakhtin, que articulavam o signo ideológico, ao mesmo tempo como arena de lutas sociais e expressão íntima e pessoal de indivíduos interlocutores (GREGOLIN, 2006). Para esta tese não adotaremos o ponto de vista bakhtiniano, por consideramos o sujeito não como uma instância plena de individualidade, como um ser com uma individualidade e existência particular, mas como um ser social apreendido em um espaço coletivo, em um dado momento da história e não em outro. Ao

enunciar, esse sujeito expressa outras enunciações, outras vozes que compõem a realidade social. Compreender o sujeito discursivo é, desse modo, entender os discursos que o formam (FERNANDES, 2007, p.33/35). Essa constatação leva à observação de que o sujeito é sempre composto por uma heterogeneidade, seu dizer está sempre impregnado de outros dizeres.

A busca do que se aloja nos interstícios do discurso é um dos focos das pesquisas de Michel Foucault, autor que tem sido constantemente mobilizado no interior da Análise do Discurso pelo teor e consistência de seu olhar sobre o objeto discurso. Entre as ideias de Foucault que estão no centro das atenções das teorias discursivas destacamos a seguir seus postulados acerca da formação dos discursos.

1.3 Como se formam os discursos: a genealogia de Foucault

Pela ótica foucaultiana, o discurso não tem uma origem a ser buscada, uma vez que só existem relações que o produzem. Cabe ao analista buscar essas relações que se constituem historicamente e que se alojam, de forma viva, nas bordas do discurso. Para Foucault (1999a), nada há por trás ou por baixo do que é dito, o que existe de fato são relações que se localizam às margens do dizer, na medida em que o dizer é produto e processo de uma história. Para que essas relações sejam apanhadas é preciso focar a existência das coisas efetivamente ditas. Desse olhar surge a proposta de uma análise arqueológica do discurso, que consiste em escavar as condições de possibilidades de aparecimento de um enunciado.

Foucault (1999a), em *A ordem do discurso*, discute a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Essa obra resulta de uma conferência no “Collège de France”, em 1970, em que o filósofo francês afirma que a forma de circulação do discurso nunca é aleatória, ela é sempre controlada por inúmeros mecanismos de poder; tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente. Segundo o autor, o discurso obedece sempre a uma ordem, ele não circula de qualquer maneira; “em toda sociedade existem certos procedimentos que têm por função exorcizar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1986, p. 8-9). Em uma sociedade como a nossa, sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.

Na visão de Foucault (1986), as interdições do discurso revelam sua ligação com o desejo e com o poder. O discurso não é aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo. O

discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Existe em todo dizer uma vontade de verdade que se apoia sobre um suporte institucional; mas ela é também reconduzida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional que tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 1986).

Toda prática discursiva ou não-discursiva está ancorada em relações de poder, que as supõem e as atualizam. O autor sugere que as regras de formação dos discursos sejam identificadas no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado *campo discursivo*. Por esse viés, todo dizer é sempre cerceado por dispositivos de controle que determinam o que pode e o que deve ser dito pelo sujeito.

Em *Arqueologia do Saber*, o autor denomina discurso “um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2000, p.135). O conceito de enunciado, como todos os conceitos que ele propõe, não pode ser compreendido isoladamente, pois toda obra do filósofo tem ligações que exigem avaliações, para que sejam evitadas reflexões circulares. Segundo Foucault (2000, p. 135), “não basta qualquer realização material de elementos linguísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir”. O que torna uma frase, uma proposição ou um ato de fala em um enunciado é a *função enunciativa*, isto é, o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, orientado por regras sócio-históricas que determinam e possibilitam que ele seja enunciado. Associados ao conceito de enunciado, tido como o núcleo, a molécula das relações discursivas, estão os conceitos de prática discursiva e não-discursiva e formação discursiva. O conceito de enunciado é, pois, um dos elementos-chave para a compreensão da teoria do discurso de Foucault. Esse conceito encontra-se em praticamente todas as suas formulações sobre discurso.

O discurso, na obra foucaultiana, é compreendido como “número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. “Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoie na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1999a, p.153). O enunciado é “sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 1999a, p. 32). Ele está sempre filiado a uma cadeia de relações históricas, sendo, por essa razão, “uma função que cruza um

domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 1999a, p. 99).

Para o filósofo francês, todo enunciado tem uma materialidade, uma base formada por um conjunto de signos; importa verificar nessa “função” a confluência de quatro elementos básicos que o caracterizam:

a) um referente (ou seja, um princípio de diferenciação), b) um sujeito (no sentido de "posição" a ser ocupada), c) um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e d) uma materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativas através de técnicas, práticas e relações sociais (FOUCAULT, 1999a, p. 133).

A título de ilustração, pensemos em um enunciado, como este, apresentado na Revista Super Interessante, de agosto de 2009.

PLANETA sustentável
conhecimento por um mundo melhor

SACOLAS

PORQUE OPTAR PELAS DURÁVEIS, COMO FAZIAM Nossos Avós

O mundo produz sacolas plásticas desde a década de 1950. Como não se degradam facilmente na natureza, grande parte delas ainda vai continuar por mais de 300 anos em algum lugar do planeta.

Calcula-se que até 1 trilhão de sacolas plásticas são produzidas anualmente em todo o mundo. O Brasil produz mais de 12 bilhões todos os anos e 80% delas são utilizadas uma única vez.

Sacolas plásticas são leves e voam ao vento. Por isso, elas entopem esgotos e bueiros causando enchentes. São encontradas até no estômago de tartarugas marinhas, baleias, focas e golfinhos mortos por sufocamento.

Várias redes de supermercados do Brasil e do mundo já estão sugerindo o uso de caixas de papelão e colocando à venda sacolas de pano ou de plástico duráveis para transportar as mercadorias.

Sacolas plásticas descartáveis são gratuitas para os consumidores, mas têm um custo incalculável para o meio ambiente.

ideias inovadoras em ambiente, energia, negócios, urbanismo, consumo, lazer, desenvolvimento, saúde e educação

Abri! BANCO REAL CPFL BONGE SABINO PETROBRAS

VEJA O QUE ESTÁ ACONTECENDO E O QUE VOCÊ PODE FAZER EM www.planetasustentavel.com.br

Fonte: Instituto Akatu pelo Consumo Consciente

Fonte: Revista Super Interessante, ago. 2009.

Figura 1 – Enunciado sobre sacolas plásticas

Essa composição pode ser avaliada em sua dimensão de enunciado a partir dos quatro elementos básicos de que fala Foucault: a) o *referente*: a degradação do meio ambiente

pelas sacolas plásticas; b) os *sujeitos* que podem enunciar nesse espaço: os naturalistas, os politicamente corretos, os biólogos, enfim, sujeitos que se inserem na FD que defende as causas ambientais c) um *campo associado*: onde se instalam inúmeros discursos que se integram a esse enunciado – discursos como o ecológico, o didático, o político e muitos outros – isto porque ele tem uma historicidade; d) uma *materialidade*: esse discurso pode manifestar-se em distintos lugares – em textos didáticos, propagandas, leis, na fala de políticos, da sociedade civil etc.

É preciso pontuar ainda que o enunciado em destaque faz parte de uma composição textual de natureza sincrética, isto é, verbal e não-verbal e está inserido em uma rede de sentidos que se apoia nos discursos sobre a sustentabilidade, uma vez que temos nas vozes que o permeiam as pistas dessa discursividade: o selo do *site* planeta sustentável, por exemplo.

No plano não-verbal, a imagem das sacolas de plástico voando faz um contraponto à sacola de tecido, tradicional, ou de plástico durável, levadas pela moça da figura e que simbolizam a possibilidade de sustentabilidade do planeta. Na mão esquerda, uma moça leva o planeta como produto de uma das sacolas, sugerindo que o futuro da terra está nas mãos do consumidor o qual tem a responsabilidade de consumir com sustentabilidade (figurativizada aqui pelas sacolas de tecido e plástico durável) em nome da proteção do meio ambiente.

Enunciados dessa natureza estão pulverizados em nosso cotidiano, inscritos no dispositivo de sustentabilidade e meio ambiente de nossa época. Fragmentam-se em formações discursivas, como as relacionados aos campos da ecologia, da publicidade, do direito, da educação e polemizam com discursos outros como os do progresso, a partir do crescimento do capitalismo. Essa polêmica pode ser observada no confronto entre o discurso de cunho ecológico e o discurso capitalista. Vejamos os enunciados: *várias redes de supermercados do Brasil e do mundo já estão [...] colocando à venda sacolas de pano ou de plástico duráveis para transportar as mercadorias*” e *“Sacolas plásticas descartáveis são gratuitas para os consumidores, mas têm um custo incalculável para o meio ambiente.* Tais enunciados sugerem que o consumidor agride a natureza ao continuar utilizando sacolas plásticas, que “são gratuitas”, quando ele poderia pagar um pouco mais por sacolas ecológicas em nome da sustentabilidade ambiental e também apontam a responsabilidade dos empresários, que em nome do capitalismo, não fornecem gratuitamente as sacolas de tecido e plástico durável, mas as colocam à venda.

Entender o enunciado em sua natureza de acontecimento discursivo é verificar o que possibilita o estabelecimento de certos sentidos (GREGOLIN; SARGENTINI, 2009). Desse modo, é necessário refletir que ele foi produzido por enunciadores e surgiu em uma dada situação histórica, o que o faz dialogar com muitos outros enunciados em que o núcleo do sentido se articula aos discursos que se reportam à relação natureza, preservação, desenvolvimento e sustentabilidade. O enunciado não é um elemento autônomo; como em “círculos concêntricos”, ele está inscrito em uma rede de outros enunciados e, por isso, relaciona-se com enunciados anteriores e gera a irrupção de novos enunciados (na voz de vários enunciadores que irão retomá-lo, desdobrá-lo). Ele se insere, portanto, em um contexto de atualidade e convoca um espaço de memória (FOUCAULT, 1986). No caso do anúncio em foco, é ativada a memória de uma sociedade que em dado momento voltava-se para uma noção de desenvolvimento pautada na ideia de progresso a todo custo. Essa memória materializa-se nas imagens das sacolas de plástico, que remetem a um momento histórico em que o plástico descartável passou a dar os contornos de uma sociedade desenvolvida. O anúncio é uma oposição a esse sentido de desenvolvimento sem consciência ecológica.

O efeito de unidade desses sentidos, no texto, acontece por intermédio de gerenciamentos discursivos de enunciadores que controlam a dispersão dos discursos, permitindo que esse texto esteja em relação com um domínio de objetos, determinando uma posição a dados sujeitos e relacionando-o a outros dizeres. Por surgirem a partir das posições ideológicas de quem os vislumbra, os sentidos são flagrados quando se recuperam as vozes que ressoam em um certo momento, em um certo discurso. Desse modo, só quando se recupera os interdiscursos sobre a destruição do planeta é que a temática da sustentabilidade e com ela todos os discursos que se relacionam à preservação do meio ambiente emergem.

Dessa forma, Foucault nos leva a entender que todo enunciado deve ser analisado como acontecimento, uma rede complexa de determinações históricas, como irrupção que ocorre em certo tempo e lugar. Ele observa ainda que certos enunciados se associam a outros dentro de uma organização engenhosa e isso ocorre por conta do que ele denominou *formação discursiva*, que corresponde a um sistema, “um feixe de relações que funciona como regra” de articulação dos discursos (FOUCAULT, 1999a, p. 82). Um princípio de “dispersão e de repartição dos enunciados” (FOUCAULT, 1999a, p.124). Assim, estamos sempre inseridos em um conjunto de regras, regimes de verdade, instauradas historicamente e reforçando verdades de um momento. Ao nos inserirmos na ordem do discurso, estamos sempre nos filiando a determinadas regras e expondo relações que correm dentro de um discurso.

Alguns dos sujeitos que se inscrevem no anúncio, por exemplo, configurados em instituições como a Editora Abril, responsável pela edição da Revista Super Interessante, suporte do anúncio, o Banco Real, a CPFL, a Bunge, Sabesp, Petrobras, do ponto de vista econômico, se promovem nessa campanha, uma vez que se inscrevem em um regime de verdade desta época, por conta de uma ordem do discurso cujo comando é a preservação do meio-ambiente.

Associada à noção de formação discursiva está o conceito de prática discursiva, que pode ser entendida como um conjunto de regras anônimas, históricas, “que estabelecem as condições de exercício da *função enunciativa*” (FOUCAULT, 1999a, p.136). É o que efetivamente é dito por inúmeros sujeitos, em uma época. Nesse sentido, é possível afirmar que existe uma prática discursiva, um feixe de regras que determinam como o discurso da sustentabilidade deve circular, que sujeitos devem proferi-los e pensar sobre o mesmo. Determina como deve circular certo dizer sobre o desenvolvimento sustentável, sobre ser ecologicamente correto, que circula em mídias, escolas, indústrias, em instituições da contemporaneidade. A teoria do discurso tem, portanto, uma íntima relação com o processo de constituição do sujeito, entendido como efeito discursivo. A descrição do enunciado consiste em determinar “qual é a posição que pode e deve ocupar o indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 1999a, p.109).

1.4 Sujeitos do discurso e formação discursiva

O debate sobre a constituição do discurso ganha força principalmente em meados do século XX, quando as teorias da linguagem voltam-se para a relação entre linguagem e sujeito, após intensas e inesgotáveis discussões dentro das ciências humanas. Mas a problemática do sujeito é um assunto antigo. Hall (1999) apresenta três concepções de sujeito que se tornaram o eixo das investigações nas ciências humanas no século passado: a) o sujeito do Iluminismo; b) o sujeito sociológico; e c) o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo era pensado como “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação” (HALL, 1999, p.10) em que o “centro” correspondia a um núcleo interior que surgia com o indivíduo no momento de seu nascimento e permanecia com ele até o fim de sua vida. O centro que o determinava era a identidade do indivíduo.

O sujeito sociológico – não é mais visto como uma figura central devido à complexidade do mundo moderno e da percepção de que o sujeito interior – defendido pela

concepção iluminista – não era dependente e auto-suficiente, mas era determinado pela relação com pessoas que considerava importantes “que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolo – a cultura do mundo que ele/ela habitava” (HALL, 1999, p. 11). O sujeito ainda apresenta uma parte interna denominada “eu real”, mas esta parte interna do sujeito é criada e transformada pela troca de informações estabelecida com o mundo exterior e suas identidades.

A identidade, segundo Hall (1999), aproxima o interior do exterior, ou seja, o mundo pessoal do mundo público. E como nos projetamos nessas identidades culturais, interiorizando seus significados e valores, fazendo com que se torne “parte de nós” possibilitamos o alinhamento entre nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e real. A identidade une o sujeito à estrutura. Torna estável os sujeitos e os mundos culturais habitados por eles, resultando na unificação dos dois elementos.

O sujeito pós-moderno – esse sujeito, cita Hall (1999), não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é uma “celebração móvel”, pois ela é concebida e modificada frequentemente em relação ao modo pelos quais somos representados ou interpelados, nos sistemas culturais que estamos inseridos. Ela é resultado da história e não da biologia.

O sujeito adquire identidades diferentes em diferentes momentos, que não são unificadas em torno de um “eu” coerente. Dessa forma, dentro de nós existem identidades em desacordo responsáveis pelo contínuo deslocamento de nossas identificações. Embora tenhamos a impressão que nossa identidade é unificada do nascimento até a morte, a verdade é que criamos uma conveniente estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu como menciona Hall (1999). O que determina a multiplicidade desconcertante e mutatória de identidades com as quais poderíamos nos identificar mesmo que temporariamente é também a multiplicação dos sentidos de significação e representação cultural.

Foucault entende a noção de sujeito distanciando-a das teorias que a relacionavam a sujeitos individuais, sustentando-se na noção de *dispersão*. Para ele, a heterogeneidade discursiva liga-se a essa dispersão. O sujeito, ao mesmo tempo em que fala, é falado *no e pelo* discurso; ele fala ora de um lugar, ora de outro lugar, lugares marcados por lutas, interditos, modos de existir (FISHER, 2001, p. 208).

Em *As palavras e as coisas*, Foucault conclui que o homem não existia como objeto de estudos até os séculos XVII e XVIII, fazendo referência a um momento da sociedade ocidental em que o homem tornava-se objeto de saber e constituía-se como “aquilo

que é necessário pensar e o que se há a saber”, na proporção que vive, fala e produz. Ao avaliar práticas discursivas e sociais em *As palavras e as coisas*, Foucault afirma que o homem se desligava das milenares crenças e filosofias que o colocavam como portador de uma essência, fonte da verdade, da liberdade de todo o conhecimento e, com base nas teorias de Nietzsche, propôs que a filosofia do presente partisse exatamente desse ponto (FISHER, 2001).

Em *A arqueologia do saber*, Foucault (2000) verifica esse princípio mais pontualmente, acentuando que o sujeito ocupa um determinado lugar na ordem do discurso, que ele fala de um lugar e, portanto, não é dono livre de seus atos discursivos. O autor não nega que as pessoas, individualmente, possam perceberem-se como únicas, indivisas, senhoras de si e de seus menores atos. Essa necessidade de unidade seria, entretanto, a grande ilusão que mantém o indivíduo em sua normalidade.

A palavra Sujeito é usada por Foucault (2000) no sentido etimológico estrito do termo: do latim *sub-iectus* ou *subjectus*, denotando aquilo que é “colocado por baixo”, o mesmo que súdito. Para o autor, há dois sentidos para se entender a palavra: sujeito submetido ao outro, através do controle e da dependência, e sujeito preso à sua própria identidade, através da consciência ou do conhecimento de si.

A análise arqueológica do discurso busca rastrear as diversas formas de discursos que permeiam a formação do sujeito, que, na sociedade contemporânea, materializam-se nos mais distintos tipos de linguagem, do verbal ao não-verbal. Pelo viés de Foucault (2000), o homem é uma produção da História. Os discursos o formam e um jogo de poderes o mantém. O poder está na base das tramas que constituem o indivíduo em sujeito, e em seus trabalhos o autor buscou identificar inúmeras práticas (discursivas e não-discursivas) articuladas pelo poder para formação do sujeito. Nesse sentido, Foucault (2000) desenvolveu o conceito de *disciplina*, conceito que, segundo o autor, traduz muito bem a modernidade.

A disciplina é tomada como uma ferramenta de dominação e controle utilizada para apagar ou uniformizar os comportamentos díspares. Para ele, ao mesmo tempo em que o Iluminismo constituiu um considerável número de instituições de assistência e proteção aos cidadãos – como família, hospitais, prisões e escolas – também inseriu nelas mecanismos que os controlariam e os manteriam na iminência da punição. O filósofo chamou a esses mecanismos “tecnologia política”, e eles teriam poderes de manejar espaço, tempo e registro de informações – tendo como elemento unificador a hierarquia e assim as sociedades modernas passam a ser disciplinares. Elas passaram a elaborar um conjunto de saberes, de verdade que vão comandar, no nível discursivo, o seu funcionamento. Isso só foi possível, no

entanto, porque uma nova forma de poder surgiu, um poder, que, segundo Foucault (2000), exercia-se de modo difuso, poder que não se originaria de uma única fonte – como o Estado ou as classes dominantes. Esse poder é exercido cotidianamente, em várias direções, de modo tentacular. O exercício do poder, na visão foucaultiana, não é visto como uma automatização do indivíduo; nele o indivíduo pode resistir, embora ele esteja preso a um organizado sistema de controle, racional e econômico.

No cerne desse jogo entre disciplina e produção de subjetividades está um incessante trabalho de produção do sujeito, trabalho que, de acordo com Foucault (1999c), em *Vigiar e Punir*, traduz a mecânica de um poder que se desenvolve de modo estratégico, a partir do século XVII. Nessa obra, o filósofo estuda as relações entre o discurso e os demais fatores – sociais, econômicos, culturais etc – que produziam o indivíduo normalizado. É observado que as intrincadas relações entre o saber e o poder fabricaram sujeitos e se materializavam em práticas que Foucault chamou de disciplinares, as quais derivaram da nova maneira de o capitalismo nascente produzir riqueza. O autor parte do princípio de que o sujeito é uma permanente construção, no interior da história, e Foucault mostra isso a partir da análise do funcionamento das prisões, das práticas de exame e da correção. Daí ele conclui que o capitalismo traçou uma série de estratégias de poder para ligar o indivíduo ao trabalho, para torná-lo força produtiva. O autor demonstra esse princípio fazendo uma análise do hospital, do quartel e da prisão, que seriam, a seu ver, instituições que retiram obrigatoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam.

Com a emergência da modernidade, essas instituições deixaram de ser lugares de suplício, como castigos corporais, para se tornarem locais de criação de “corpos dóceis”. Para Foucault, existiria um poder que age a partir da docilização dos corpos. O corpo assim seria a sede das disciplinas; ela impõe ao corpo determinados códigos de funcionamento. A docilização do corpo seria, pois, um mecanismo mais eficiente de interdição do sujeito, pois traria a vantagem social e política de tornar os corpos produtivos e não enfraquecê-los ou molestá-los, destruir sua vitalidade como ocorria na era do suplício (FOUCAULT, 1999c).

O corpo, então, deixa de ser concebido como entidade fisiológica fixa e passa a estar profundamente mergulhado nas malhas da modernidade. Se antes o corpo era tido como elemento da natureza, governado de maneira fundamental por processos apenas marginalmente sujeitos à intervenção do homem, um dado qualquer, com a dominação do corpo por sistemas abstratos, isso é alterado. Na sociedade atual, o corpo é tomado como um

projeto, um elemento a ser moldado, ornamentado, aparelhado como signo de uma identidade individual. Por isso, há um número cada vez mais amplo de pessoas que se dedicam a uma rotina intensa de manutenção da forma e condições de performance corporal, em clubes, academias e espaços públicos da cidade. Essa relação brota no projeto da modernidade, que fez do corpo um espaço de práticas disciplinares, inserindo-o na ordem da cultura, modificando sua relação com os espaços físicos em sua volta.

Desse modo, tornou-se uma marca da sociedade moderna entender o corpo como elemento fundamental na construção social do espaço e isso foi conseguido a partir de ações sobre o corpo que acontecem por meio de disciplinamentos, de regras, de uma miríade de experiências tempoespaciais que mergulha o indivíduo em um turbilhão de conceitos, crenças e imagens do mundo e de si mesmo.

O conceito de *espaço*, na perspectiva de Milton Santos (2002), é tomado como sendo indivisível dos seres humanos que o habitam e que o modificam todos os dias, por meio de sua tecnologia. Segundo Santos (2002), o espaço é, ao mesmo tempo, *forma* (como as estruturas de uma imagem de satélite de nossa cidade) e *função* (o processo de ações humanas que constroem a paisagem), ou seja, é algo híbrido, em permanente mudança.

Nessa ordem, é alterada a relação do homem com o espaço que ele ocupa: é instaurado um conceito de espaço como produto social em oposição à ideia de meio-natural, modificando, em certa medida, nossa condição e natureza humana. Nesse movimento, somos deslocados da condição de “filhos da natureza” à categoria de vilões, pelo entendimento de que agir desqualifica e distorce o sentido do espaço e os usos que dele o homem faz. Isso resulta de uma produção espacial que está além da produção econômica, e se revela numa produção da própria vida.

Na produção do espaço são trabalhados modos de vida, de consumo, valores e necessidades que passam a ser configurados, fabricados, conforme as necessidades políticas de cada sociedade. Passam a ser investidas de significados as formas de apropriação do espaço que configuram a interação do corpo com o espaço e a cultura. Nos espaços públicos da cidade, por exemplo, caminhada, corrida, entre outras formas de trabalho com o corpo denunciam uma incansável busca pela boa forma e por uma perspectiva de salubridade, atendendo, entre outras coisas, aos apelos frequentes da chamada cultura de consumo. (SUASSUNA et al., 2005). Nessas condições, a natureza é racionalizada e os espaços naturais são transformados em espaços de lazer e entretenimento, a exemplo dos parques nacionais, gerenciados pelo poder público, a fim de controlar seus usos.

O corpo é entendido, nessa trama, como lugar de interação, apropriação e reapropriação, ligando-se a uma intensa organização social dos sistemas sociais modernos. Por vezes pensado como espaço da alma, outras vezes tomado como centro de necessidades nefandas, agora, este espaço é intensamente trabalhado por influências do que Giddens (1991) chama de *alta modernidade*. As fronteiras do corpo foram então alteradas. Como se fosse possível injetar um projeto da modernidade em uma camada permeável do corpo, esse lugar passa a ser comandado por “livros de orientação e manuais práticos relativos à saúde, dieta, aparência, exercícios, sexo e muitas outras coisas” (GIDDENS, 1991, p. 200-201).

Foucault pensou o corpo como centro do poder a partir do Panóptico, um edifício idealizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), que consistia em vários compartimentos dispostos em forma circular, com uma torre de vigilância no centro. O panóptico não fora posto em prática imediatamente, mas inspirou o projeto arquitetônico de inúmeras prisões, fábricas, asilos e escolas. Uma das muitas “vantagens” apresentadas pelo aparelho para o funcionamento da disciplina é que as pessoas distribuídas no círculo não podem ver se há alguém ou não na torre. Por isso, internalizam a disciplina. Ampliada a situação para o âmbito social, a disciplina se exerce por meio de redes invisíveis e parece natural.

O poder tornou-se, portanto, mais invisível, porém mais eficaz, ao instaurar modos de disciplinar os indivíduos através da organização do tempo e do espaço, para produzir subjetividades. O poder da sociedade ocidental deixou de gerir a população de forma punitiva e iniciou um processo de agenciamento das “almas” e dos corpos, esse poder foi chamado por Foucault de biopoder, pois nele o corpo assume uma posição relevante nessa sociedade que busca a produtividade a qualquer custo. Esse elemento passa a ser cultuado em práticas de higiene, de dietas, beleza, práticas sacrificais, práticas depois denominadas por Foucault de “técnicas de si”. Desse modo, o sujeito, para Foucault, é formado ao longo da história por meio de inúmeras e distintas práticas discursivas que o comandam e coordenam sua subjetividade. A prática do turismo, por exemplo, funciona como um dispositivo de poder à medida que trabalha a corporeidade do indivíduo, oferecendo-lhe “bem-estar” em troca de torná-lo mais produtivo. Nesta tese, conforme mostraremos no Capítulo III, avaliar o funcionamento da atividade turística é considerá-la como uma prática de adestramento dos corpos e de produção de identidades.

A produção de identidades é uma temática que emerge juntamente com as discussões acerca do que seria a pós-modernidade ou *modernidade tardia* (BERMAN, 2007), ou ainda *alta modernidade* (GIDDENS, 1991). Apesar da polêmica que existe em torno do

termo pós-modernidade, em geral, ele é compreendido como uma época pós-industrial em que o consumo passou à frente da produção e que tornou a luta de classes um conceito ultrapassado, em que as pessoas passaram a identificar-se a partir de identidades particulares. Esse momento diluiu conceitos como racionalidade, progresso, humanidade e justiça, bem como a noção de verdade. O que permanece nesse período são a dúvida, a incerteza e ambivalência (BERMAN, 2007). As grandes narrativas, as verdades totalizantes dão lugar a um relativismo que será transposto a vários campos do saber, como a História, que, a partir dessas discussões, questiona o valor de verdade dos seus métodos e procedimentos, abrindo novas possibilidades de interpretação para os fatos no tempo. Várias mudanças sociais levam ao que foi chamado de crise de identidades na pós-modernidade. O homem pós-moderno, diante de um quadro extremamente abalado em suas estruturas, até então consideradas sólidas, indaga-se sobre as certezas de sua própria existência.

Para alguns autores, como Tétu (1979), a globalização foi a responsável pela perda de referências do homem pós-moderno, por tê-lo feito entrar em contato com inúmeras culturas e ter a suas referências culturais fagocitadas pelas demais, dentro de uma lógica global em que as fronteiras foram praticamente banidas (pelo menos no sentido das trocas mercadológicas, uma vez que os limites de nacionalidade, por exemplo, ainda são mantidos), estimulando a explosão de identidades coletivas, dissipando a possibilidade de se aceitar uma única identidade, gerando uma espécie de crise no conceito de identidade.

A crise de identidade tornou-se, então, uma das temáticas mais debatidas entre os teóricos do século passado. Discute-se, assim, até onde a cultura do homem pós-moderno é tragada pelas identidades oferecidas pela indústria cultural e até onde o homem desta sociedade está se sujeitando a outras culturas. Mesmo que, para a maioria, isso possa parecer irrelevante ou inexistente, a pós-modernidade traz consigo todo esse questionamento, comprovando a falência das identidades modernas.

Conforme Hall (1999), na Modernidade, as identidades entram em colapso, porque um tipo de mudança estrutural vem transformando as sociedades modernas desde o final do século XIX. Essa mudança despedaçou panoramas culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, tinham-nos fornecido sólidas referências como indivíduos sociais. Essas alterações incidem também em nossas identidades pessoais, abalando as certezas que temos de nós próprios como sujeitos unificados.

Essa crise resultou das dissoluções de identidades operadas pela sociedade pós-moderna, que rompe a todo momento as referências culturais ou sociais do homem, criando inúmeras necessidades e valores. O homem pós-moderno, produto de uma confluência das

economias, está inserido nesse amplo processo que o fragmenta e no qual ele não consegue mais sentir-se representado. Surge daí uma necessidade de representação desse homem que o faz voltar-se para si, em uma busca incessante de si mesmo. Esse homem busca em seu passado suas origens culturais, para centrar-se nessa sociedade global, onde as culturas se aglutinam e levam à destruição de suas referências de mundo e de localização. Essa perda de referencial se intensifica na medida em que esse homem passa a atuar e inserir-se no mundo globalizado.

A desintegração das identidades é gerada pelo desejo humano de conquistar novos horizontes. De forma diferente ocorria na Idade Média, quando o homem buscava desbravar novas nações. Essa atual incursão em busca de novos “territórios” pauta-se no conhecimento, na informação e na tentativa, mesmo que inconsciente, de proteger-se dos movimentos homogeneizadores da globalização. A resistência a esses movimentos ocorre por meio de uma luta simbólica, uma luta contra a submissão da subjetividade, discutida por Gregolin (2003, p. 102) em “Discurso e mídia: a cultura do espetáculo”. Nesse trabalho, a autora, na esteira de Foucault, reflete que na sociedade contemporânea o sujeito trava verdadeiras batalhas em busca da identidade. Essas lutas são uma recusa à violência do Estado econômico e ideológico que ignora os indivíduos e também uma recusa à inquisição científica que incide sobre nossa identidade. Trata-se de uma luta contra um poder que micropoliticamente impõe às pessoas um regime de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer nelas. Como uma ação “pastoral” é desenvolvida uma tecnologia de individualização cujo objetivo é produzir representações de subjetividades impondo formas de individualidade.

Por isso, para Foucault, o problema – ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico – que se nos coloca atualmente não é de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador (GREGOLIN, 2003, p.103).

Na pós-modernidade, a identidade passou a ser uma espécie de colcha de retalhos, costurada com pedaços de outras culturas. Essa situação levou o homem a simular uma espécie de individualismo, levando-o a transitar entre dois pólos distintos: aquele que ele pensa ser e outro que a sociedade a ele impõe. Nesse hibridismo cultural, em que o homem é levado a adotar muitas identidades, ele é constantemente levado a buscar uma identidade regional, pois o sujeito necessita de reconhecimento, mesmo que seja somente de sua cultura. Dessa forma, não é possível falar em identidade fixa, pois as identidades estão constantemente em mutação. Mas também não é possível afirmar que o sujeito não a tenha, pois existem símbolos, mesmo que inconscientes, que são apenas reforçados pela indústria cultural.

Uma das grandes influências dessa provisoriedade das identidades está na cultura de massa. A globalização, cujo alvo maior são as culturas, trabalha no sentido de transformá-las para que sejam facilmente consumidas. “A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais “a distância” com contextualidades locais”. É impossível pensar a modernidade separada de sua própria mídia: os textos impressos e, em seguida, o sinal eletrônico. O desenvolvimento e a expansão das instituições modernas estão diretamente envolvidos com o imenso aumento da mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciam (GIDDENS, 2006, p.27/29).

Segundo Thompson (1998), em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de linguagem aos mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos basilares da vida social. O desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

A mídia torna-se a grande mediadora entre a cultura mundial e a local, entre o público e o privado, promovendo novos feitos do local mediante a cultura de massa, em um jogo que reforça a ideia do cidadão como indivíduo autônomo, produtor, consumidor e usuário de além fronteiras. O consumo nas sociedades atuais tem o poder de modelar práticas cotidianas, por se constituir em um universo de significação (ORTIZ, 1996) e quando este universo é compartilhado, temos então uma memória coletiva, em que são estabelecidos novos jogos de poder. Para isso, existem várias estratégias possíveis, como “a valorização do exotismo, [...] ou rentabilidade dos produtos no mercado nacional para ser competitivo no comércio internacional [...]” (HERSCOVICI, 2000, p. 17-18). Para que as culturas locais possam ser incorporadas na sociedade global, é necessário que elas passem por algumas lapidações que, de certa maneira, alteram sua identidade inicial. No caso do Maranhão, conforme analisaremos no Capítulo III, é interessante observarmos que o Parque dos Lençóis passa a caracterizar o Estado, havendo, inclusive, uma rota turística para chegar ao parque, criada recentemente, que não passa, inclusive, pela capital São Luís.

1.5 Turismo na atualidade: biopolíticas

Nesse cenário, o turismo é entendido como uma atividade cujo significado se encontra na fronteira entre o real e o imaginário e provavelmente, por essa razão, exerça cada vez mais poder de sedução. Os discursos constroem o turismo como exercício de liberdade e criatividade e esse propósito é renovado no seu cotidiano pelas diversas estratégias de divulgação a que estão expostas, expressas em inúmeras práticas.

Acontecimentos mundiais determinam a emergência do turismo em nossa sociedade. A segunda metade do século XX é marcada por um conjunto de mudanças no panorama mundial e alguns fatos repercutiram sobremaneira nas condições mundiais e na relação do homem com o turismo. Contam-se o fim da II Guerra Mundial, a publicação da Declaração dos Direitos Humanos e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de promover a paz e a igualdade entre os povos. Além disso, esse foi também um período de grande “progresso” econômico e social. No campo da cultura emergem novos valores com os mais diversificados propósitos que transitam da contestação à estética. Dentro da nova ordem internacional o turismo experimenta a sua expansão mundial. É o período em que a atividade se consolida e alcança níveis até então desconhecidos. De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1950, havia 25 milhões de turistas internacionais, 166 milhões em 1970. Na década de 1980, o número de turistas internacionais é de 288 milhões. Sendo assim, expandem-se as ofertas de viagens aéreas e as agências de viagens e operadoras adotaram um novo formato para as viagens turísticas – os pacotes turísticos, que seguindo a lógica fordista passaram a ter uma produção em série e um consequente aumento da sua oferta, emergindo assim o turismo de massa.

De acordo com Rejowski e Solha (2002, p. 82):

as correntes turísticas sofreram nesse período uma expansão considerável. Consolidou-se o turismo de massa com base nas viagens econômicas com todos os serviços incluídos, organizados pelas agências de viagens e operadoras turísticas, utilizando frete dos transportes vôos *charters*, ônibus com serviços reservados, cruzeiros, etc.

As mudanças oriundas desse processo, aliadas a outras que pretendiam consolidar o turismo no imaginário social, geraram um sentimento coletivo que passou, aos poucos, a privilegiar o prazer, o entretenimento, o culto ao corpo e o consumismo. Instala-se nessa prática uma biopolítica, forma de gerenciamento ligada fundamentalmente ao corpo, nas sociedades modernas, sendo impostas sobre esse espaço simbolicamente social obrigações, limites, proibições. Em *Vigiar e Punir*, Foucault comenta que o corpo foi descoberto como ferramenta de controle, delineando este momento como momento das disciplinas, em que os

sujeitos são postos em espaço e tempos que o submetem e o controlam o tempo inteiro. O corpo passa ser um meio de regulação sobre a vida, instalada a partir de dispositivos que buscam submeter o sujeito a uma ordem de tempo. Existe assim um momento para o trabalho como existe um tempo só para o lazer e, no aproveitamento desse tempo, o turismo se constitui como atividade que produz riqueza. Ainda é preciso pontuar que nessa trama, as atividades dão a sensação de bem-estar ao sujeito, trazendo subjacente o objetivo de fazer dele força produtiva.

Os estudos foucaultianos apontam que, já no século XVII, as relações entre corpo e sociedade eram permeadas pelo poder, que se tornava cada vez mais invisível, porém mais eficaz, ao instaurar modos disciplinares sobre os indivíduos pela organização do tempo e do espaço, para produzir subjetividades. Esse poder, denominado biopoder, por Foucault (2000), ao exercer sua força de maneira massificante e não apenas de maneira individualizada, é aplicado às vidas dos indivíduos e os seus mecanismos de controle apresentam-se mais “democráticos”, e estendem-se para além das instituições sociais, em redes flexíveis e flutuantes. É, pois, cada vez mais difícil resistir a ele, diante da forma capilar que assume, uma vez que este é “distribuído por corpos e cérebros dos cidadãos” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 42). Assim, temos o entendimento de que o biopoder tornou-se uma das principais vias que o capital encontrou para se propagar.

Nesse processo histórico em que o corpo adquire lugar de destaque nas formas de governo e de geração de renda, diversificaram-se os grupos sociais que têm acesso à viagem turística. Os países onde predominava a economia de mercado passaram a apresentar seus novos turistas. As viagens tornaram-se elemento da vida cultural e socioeconômica de tais sociedades. Conforme Santana (1997), novos elementos entraram em jogo e transformaram a viagem em um objetivo em si mesmo, em um negócio, e o lazer, por meio da prática turística, passou a ser explorado de forma industrial, tomando importância econômica e sociocultural significativa na sociedade contemporânea.

Ao longo da história, o conceito de lazer adquiriu contornos bem distintos. Para Werneck (2000), os distintos contextos sócio-políticos imprimem diversificados sentidos à palavra. No período greco-romano, por exemplo, o lazer estava associado à ideia de ócio e conotava repouso, liberdade, prazer, reflexão, dimensões associadas a aspectos da aristocracia grega. Como possuía um ideal de educação, distanciava-se da noção de trabalho, por crer que o trabalho impedia a criação, a satisfação, a contemplação, oferecidas pelo lazer. Para se ter momentos de lazer era necessário ter condições educacionais, econômicas e políticas.

Na sociedade romana, e com o advento do Cristianismo, o conceito de lazer se modificou. O trabalho passou a significar sinônimo de salvação, na moral cristã; buscava-se nessa atividade um meio de salvação e purificação da alma; o lazer, ainda não caracterizado como um “tempo livre”, era tomado como um tempo que deveria se destinar a serviços religiosos. Dessa forma, práticas culturais e expressões festivas passaram a ser controladas pela Igreja, que exigia um objetivo religioso, considerando a alegria e a diversão nocivas à moral do homem.

O movimento protestante entendia o lazer como perversão que levava à destruição da moral e consolidou a noção de trabalho como obrigação, uma maneira de servir a Deus. Essa noção de trabalho aos poucos foi investida por significado capitalista e, na modernidade, ensejou a construção de outros sentidos para o lazer (WERNECK, 2000).

Na era moderna, “houve o investimento do lazer como elemento de um promissor mercado, gerador de lucros” (WERNECK, 2000, p. 69). Na sociedade moderna, o lazer é assumido como produto a ser consumido, com laços muito estreitos com a indústria cultural do entretenimento. A festa, por exemplo, é uma antiga prática de lazer. Se essa prática foi entendida durante muito tempo como o exercício de comunhão, de união e de confraternização entre os homens, como produto do entretenimento, na sociedade individualista contemporânea, cede cada vez mais espaço para a viagem turística, que propõe o “escape” do lugar de origem, do lugar de trabalho, das pressões cotidianas.

Nessa nova sociedade em que predomina o capital, o turismo se transforma em mercadoria para ser colocada à venda e passa a ser concebido como um fenômeno socioeconômico, que interfere no comportamento das pessoas e alcança níveis cada vez mais elevados em escala mundial. Dissemina-se a ideia de que ele representa a fuga da rotina dos grandes centros e é uma atividade necessária para aliviar o estresse do dia-a-dia, para relaxar e repor as energias. Nesse sentido, fica cada vez mais difícil desvincular férias, descanso e tempo livre da atividade turística. Essa suspensão temporária das atividades cotidianas é entendida como necessária para romper com as pressões da vida moderna, com a rotina de trabalho e tantas outras obrigações a que estamos submetidos. Representa ainda a fuga do turbilhão social que tem como palco as grandes cidades onde se encontra a maioria da população mundial. O lazer e o turismo durante as férias (expropriação do tempo livre) se consolidaram como auxiliares no processo de restauração e de equilíbrio do sujeito tornando-se, portanto, indispensáveis.

As modalidades de turismo se abrem num grande leque que amplia a cada dia. Diversificam-se assim os tipos de turismo e, conseqüentemente, os de turistas, emergindo uma clientela mais específica, isto é, com identidades diversas.

Constrói-se uma forma de poder em que as pessoas passam a se perceber como indivíduos e atribuem maior valor à liberdade, aumentando o desejo de movimento e fortalecendo o propósito de viajar por mundos diferentes que parecem estar ao seu alcance. A notável ascensão do turismo está associada, assim, ao desejo de mobilidade, próprio desse indivíduo "livre" e "autônomo", desprendido do contexto social de origem e desejoso de conhecer e até participar da vida de outros lugares, mas sempre desejosos de voltar para o "seu" lugar, para a "sua realidade".

As viagens de turismo estão relacionadas ao exercício da escolha, aspecto que põe em jogo uma das marcas do poder contemporâneo, que faz o sujeito acreditar que tem escolhas, quando as escolhas já foram previamente elaboradas (a exemplo dos pacotes turísticos) por um poder que determina cada passo a ser dado pelo sujeito.

Apesar de exigir certo poder aquisitivo, o consumo turístico não é mais privilégio da elite, as viagens de turismo tornam-se acessíveis a um número cada vez maior de pessoas, muito embora alguns destinos e atividades ainda sejam privativas de grupos economicamente mais abastados, refazendo a distância e a hierarquia entre os públicos do turismo.

Entretanto, mesmo quando as viagens de turismo são mais acessíveis, requerem recursos financeiros, motivo pelo qual, muitas vezes, conferem ao sujeito prestígio e ascensão social dentro do grupo em que está inserido. Esse desejo de ascensão social também é estimulado pela sociedade individualista.

A "indústria do turismo" faz uso de inúmeros veículos de comunicação – revistas, jornais, televisão, internet – para fazer circular o discurso e convencer o seu público potencial de que pode proporcionar a satisfação plena ao sujeito. É o poder invisível, ao qual Foucault se refere, que se encontra tão presente/disseminado/incorporado à vida das sociedades que não consegue mais ser distinguido. Uma gama de informações invade nosso cotidiano através de telejornais, documentários, revistas especializadas, suplementos e comerciais. E no momento em que a nossa leitura de mundo é intermediada pelos veículos da mídia, o turismo, transformado em mercadoria, não é diferente dos demais produtos: seu objetivo maior é ser comercializado, devendo ser comprado ou vendido no mercado. Por meio dos veículos de comunicação de massa ele chega até ao consumidor de maneira a exercer fascínio e sedução, e, para isso, faz uso das mais diversas formas de linguagem, visando enaltecer as qualidades e

peculiaridades do seu produto, de modo a convencer seus receptores da necessidade de viajar. Nesse processo, alguns elementos são hipervalorizados, enquanto outros são suprimidos.

Conforme exposto, a ascensão da atividade turística ao patamar em que se encontra deve-se, também, a uma camada da sociedade emergente economicamente, que, arrebanhada pelo discurso do turismo, incorporou a viagem e o lazer ao seu estilo de vida. Essa atividade se torna cada vez mais acessível, até mesmo para aquelas pessoas que acreditavam não poder desfrutar dos prazeres de uma viagem devido às suas limitações físicas (grupos de idosos e deficientes, por exemplo). Esse público representa para as prestadoras de serviços um segmento em ascensão, uma oportunidade de negócio, daí a oferta de serviços especializados pensados segundo um poder que fabrica identidades – esses segmentos são identidades construídas e alvejadas pela indústria turística. Esses grupos representam ganhos significativos para o setor, como os grupos de terceira idade, que constituem um mercado em expansão no mundo.

A atividade turística, com o incentivo dos governos federal, estadual e da mídia, tem desempenhado um papel importante na tarefa de divulgar os atrativos de um local, sua cultura e suas belezas naturais, estabelecendo um jogo de verdades sobre os espaços e produzindo-lhe certas identidades. Nesse processo, a mídia assume papel fundamental, pois age como uma instituição disciplinar ao impor práticas cotidianas, tais como a moda que devemos vestir, os lugares que devemos visitar, a comida que devemos consumir e muitas outras regras que nos são por ela oferecidas. Em parceria com a mídia, uma indústria da cultura se fortalece. Por meio de seu poder de comunicação os meios de divulgação incitam a procura por novos destinos turísticos, em busca do (re)conhecimento de paisagens e culturas diversas, incentivando, assim, o desenvolvimento do turismo em todo o mundo. Os espaços que a indústria turística vende midiaticamente são configurados por discursos que estrategicamente criam identidades para os lugares.

O desenvolvimento das comunicações e do transporte internacional favoreceu sobremaneira a atividade e coloca todo o planeta ao alcance do turista de hoje. Nesse processo, é indiscutível o avanço que a tecnologia da comunicação propiciou à divulgação de novos espaços. Além dos espaços físicos, hoje é totalmente possível percorrer, visitar, com apenas alguns *clics*, os mais diversificados locais do planeta. Mídias inovadoras criam o desejo de estar fisicamente em alguns locais, formando-se, então, uma memória que é constituída por imagens não-vividas, por inserções imagéticas dignas de serem (re)visitados sem que nunca antes tenham sido visitados. Isto tudo é possível apenas pela primazia do olhar em detrimento dos outros sentidos.

Nessa miríade de possibilidades ganha magnitude em projetos como o desenvolvido pela International Business Machines (IBM), intitulado “Além do espaço e do tempo”, que reconstrói cidades por meio de uma recriação tridimensional. Na Internet, a reconstrução digital permite aos internautas realizarem um “tour virtual,” em 3D, por palácios, cidades, independentemente de estes existirem ou não, fisicamente. Em um “tour virtual” é possível realizar um passeio pelo Muro de Berlim, pela cidade de Pompeia ou, ainda, pela Roma Antiga, conforme a reportagem abaixo:

Turismo virtual coloca internauta em palácio imperial chinês – os fãs da cultura que vivem a milhares de quilômetros de distância de Pequim podem agora visitar a famosa Cidade Proibida por meio de uma recriação tridimensional do vasto palácio. A reconstrução digital permite que os internautas se vistam como eunucos imperiais para um encontro com uma cortesã do palácio (IBM, 2009).

De acordo com a reportagem, milhares de pessoas visitam diariamente esse espaço e esses turistas podem ser vistos e interagir entre si como em um encontro no mundo físico. A matéria enfatiza também que o “turista internauta” pode vestir-se como se fosse integrante do cortejo do imperador.

Cabe ressaltar ainda que também as empresas turísticas – assim como as de outros setores – têm a rede mundial de computadores como ferramenta importante de trabalho e de divulgação de seus produtos e cada vez mais disponibilizam serviços via “on-line”. Essas mudanças ocorrem porque um novo conceito de espaço e tempo é construído com a emergência das novas tecnologias, o que gerou mudanças no estilo de vida, e, no caso das atividades turísticas, modificam profundamente as relações de consumo. Como afirma Giddens (1991, p. 27), na modernidade, o espaço foi arrancado do tempo, possibilitando contatos entre “outros localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face”.

Levar o turista a estabelecer contato com outros universos e valores, experimentar sensações diferentes das vivenciadas no seu cotidiano são alguns dos principais elementos contidos no discurso da atividade turística, atualmente. As fantasias propostas em relação às viagens turísticas são, simultaneamente, apropriadas e produzidas pelos agentes da publicidade, que as utilizam e as transformam em material de divulgação do espaço turístico. Esse mecanismo nos remete ao mecanismo do consumo transformado em motivação primeira do comportamento, que caracteriza a sociedade de mercado. Fundamentado num desejo nunca saciado, o consumo torna-se uma necessidade em si, deixando de ser um meio de obter satisfação de um desejo que, na verdade, aparece sempre como estando ainda para além. O

objetivo não está prioritariamente no objeto consumido e no seu significado para o consumidor, mas no próprio ato do consumo, ressalta Giddens (1991).

Sabe-se, no entanto, que por melhor que venha a ser a experiência de uma viagem, esta jamais será fiel às fantasias elaboradas pelo indivíduo. Ao término de cada viagem, o desejo de conhecer outros lugares é reforçado, muitas vezes influenciado pelo consumo turístico, que explora esse desejo, então outra viagem é programada e no mundo dos sonhos ela começa a ser gestada. O turismo acaba por criar, de forma simbólica, um círculo vicioso de deslocamento (URRY, 2003).

O destino “escolhido” pelo turista está relacionado ao seu capital cultural, social, simbólico e econômico. E a recepção que ele faz dos produtos apresentados pela mídia está intrinsecamente ligada a uma relação de poder-saber. Esse capital é responsável por conduzir os diferentes comportamentos dos indivíduos e serve, também, para diferenciar as expectativas, a maneira de praticar o turismo e o tipo de turismo mais comum para os distintos grupos.

O significado adquirido pelo turismo em nossa sociedade pode estar relacionado a um estilo de vida no qual é imprescindível a busca do prazer e do direito ao lazer, associado ao deslocamento espacial e a novas experiências. Essas mudanças de olhares sobre a atividade turística são atravessadas pela noção de discurso, como lugar de fluência da história, da língua e do poder, uma vez que o espaço é tomado como uma mercadoria simbólica pela sociedade capitalista. Isso ocorre porque o espaço físico, geográfico que é vendido pelas agências, mas os discursos que se associam a um lugar enquanto produto a ser consumido pelos viajantes.

Diante do fortalecimento das identidades culturais, o espaço é atravessado por contradições da globalização. Nesse sentido, os princípios da Análise do Discurso, destacados neste capítulo, são importantes para entendermos como diferentes discursividades que associam sustentabilidade e turismo são mobilizadas nessa esfera, assim como o que é possível dizer nesse domínio do discurso, o que é estabilizado, o que é sujeito a equívoco, o que é preciso silenciar e como o sujeito deve se posicionar nas negociações do espaço, em um momento em que a sustentabilidade está na ordem do dia. Essas são algumas questões que os estudos do turismo podem buscar explicitar a partir das ferramentas teóricas da Análise do Discurso.

CAPÍTULO II

TURISMO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

*Maranhão, meu estado querido (...)
As tuas praias e rios, campos e florestas.
Eu peço a conservação desse pouquinho que resta.
As tuas matas tão lindas, todo tempo em festa.
E de manhã bem cedinho o canto do passarinho
Até parece orquestra.*

(Raimundo de Amélia/Toada de Bumba-meu-boi, 2004)

Um dos muitos desafios colocados para a sociedade contemporânea – marcada pela efemeridade, pelo transitório, pelos jogos de sentidos negociados constantemente – são as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. No que concerne ao setor do turismo essa temática é de grande relevância porque este depende de produtos que são, *a priori*, bens da humanidade e, portanto, devem ser utilizados de forma racional e responsável. O objetivo deste capítulo é avaliar as condições que propiciaram a emergência da atividade turística, na contemporaneidade, e suas implicações para a sociedade, desde que esta começou a ser entendida como fenômeno social de grande importância. Discutimos de que modo a noção de sustentabilidade se articula às noções de desenvolvimento e progresso no campo do turismo, no período denominado Modernidade. Discorreremos sobre o nascimento de áreas naturais protegidas, como as Unidades de Conservação, em especial o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a relação desses espaços de preservação com a noção de desenvolvimento sustentável (sustentabilidade).

É preciso pontuar, inicialmente, que essas discussões têm em suas bases o princípio de que é necessário verificar as relações históricas que permeiam a emergência desses conceitos que nos propomos a avaliar. Assim, na esteira de Foucault, os discursos constituem a realidade e produzem saberes. Tudo está imerso em relações de poder e saber, que se entrelaçam, amalgamam-se; “enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas”, ligadas às relações de poder, que as supõem e as atualizam (FISCHER, 2001, p. 198).

2.1 A atividade turística: primeiros caminhos

A compreensão da sustentabilidade no Turismo passa pelo entendimento da história dessa atividade como prática de consumo, na sociedade contemporânea.

Existem duas correntes que buscam explicar a emergência da atividade turística: uma que a associa às viagens realizadas na Antiguidade; e outra que defende ser o turismo fruto da Revolução Industrial.

Os autores que entendem que a origem do turismo situa-se na história antiga apontam os gregos e os romanos como os precursores de viagens voltadas para o lazer e recreação. Segundo Barbosa (2001), os gregos eram muito voltados às viagens, e existem registros que apontam que, por volta de 776 a.C, esse povo já viajava para lugares sagrados, a fim de assistir a grandes festivais, como os Jogos Olímpicos, realizados em homenagem a Zeus, ou mesmo deles participar. Essa relação é estabelecida porque, embora àquela época os Jogos Olímpicos tivessem conotação religiosa, eles apresentavam uma peculiaridade que, para alguns autores, como Araújo (1997), era a manifestação de um dos princípios do turismo contemporâneo: a hospitalidade. Havia uma lenda segundo a qual Zeus – deus supremo dos gregos – inseria-se entre o grande número de forasteiros que chegavam para assistir aos jogos; por isso, os moradores das vilas recebiam a todos muito bem, pois Zeus poderia estar entre os forasteiros. Araújo (1997) lembra ainda que, havia na Grécia as primeiras estâncias hidrominerais de que se tem notícia. Estas eram buscadas como fonte de saúde e prazer.

As viagens realizadas pelos gregos eram essencialmente de conotação religiosa e representavam, sobretudo, um ritual de união com os outros homens, com os deuses e com a terra. A hospitalidade apontada como sendo a manifestação de um dos princípios do turismo contemporâneo parece-nos que em nada remete à ideia de hospitalidade empregada na atividade turística, pois estava relacionada à religiosidade, a uma obrigatoriedade cristã, ao temor e ao respeito aos deuses e, principalmente, não visava fins lucrativos.

Para autores como La Torre (1992) e Barbosa (2001), o turismo é motivado por práticas de lazer, recreação, descanso e cultura. É nesse sentido que os romanos são apontados como sendo um povo de grande importância na fase antiga das viagens, com características de turismo, já que a elite romana viajava no verão para desfrutar dos balneários e das cidades termais, locais de grande popularidade entre eles. As viagens culturais também eram uma constante para essa elite. Filiado a essa linha de estudo, Urry (2003) observa que na Roma Imperial existia um aparato voltado para as viagens que possibilitava aos habitantes livres partirem em busca de novos prazeres. Ao longo das estradas haviam postos de troca de animais que facilitavam as viagens de longa distância; também foram instaladas as primeiras hospedarias de que se tem notícia. Essas, entendidas como fundamentais para as viagens por facilitarem o deslocamento para as províncias mais distantes. O autor observa que as viagens eram favorecidas também pelas boas condições de trafegabilidade das rodovias, que eram

administradas pelo Estado e protegidas pelo exército. Para Castelli (1975), a organização de um calendário de eventos, a construção de teatros, anfiteatros e circos junto às termas, hospedarias e palacetes foram ações significativas voltadas para atender aos visitantes. Castelli (1975) observa ainda que os romanos promoviam nesses espaços competições atléticas, festas e produções teatrais. Urry (2003) lembra que essa infraestrutura, para ser montada, contou com dois séculos de paz interna, entretanto, o extenso período de guerras, que se seguiu desde a tomada do Império Romano, em 476 d.C, fez declinar as primeiras manifestações desse tipo de viagem.

Corroborando com esse pensamento, Rodrigues (1998) assevera que já na Antiguidade Clássica as viagens de lazer eram adotadas como prática, sobretudo, pelos habitantes das cidades que possuíam alto poder aquisitivo. Lembra-nos ainda de Pompeia, situada na atual Itália, onde se desenvolviam práticas de lazer, e de Bath, na Inglaterra, descoberta pelos romanos e utilizada como local de lazer, de reuniões de negócios e de entretenimento, devido à existência de fontes termais.

Observamos, entretanto, que até mesmo os estudos que pretendem estabelecer conexões entre as viagens praticadas pelos gregos e pelos romanos e a prática do turismo da sociedade atual sustentam que tais viagens devem ser interpretadas como antecedentes históricos de uma atividade que foi concretizada com o advento da Revolução Industrial e que não podem ser comparadas com o turismo que conhecemos na atualidade. Até porque mesmo que as viagens com fins religiosos, terapêuticos, esportivos ou culturais já se constituíssem em uma prática na Grécia e na Roma antiga, uma série de acontecimentos interferiu na prática social do deslocamento voluntário da população para locais distintos dos de sua residência. No entanto, fica explícito o desejo de aproximação dessa fase histórica com a atividade turística com o intuito de apropriação de sentidos para legitimação por antiguidade. Se por um lado essa versão parece aproximar essa fase histórica com a atividade turística para conferir legitimidade a essa prática pela ideia de tradição, por outro lado, há estudos que sugerem que os mecanismos que transformaram o turismo em atividade relevante na atualidade são resultado de um momento histórico posterior a esse período, conforme veremos mais adiante.

Na Idade Média, entre os séculos VI e XV, quando a Igreja tornou-se a principal força dominante da Europa, emergiu uma categoria de viajantes: os peregrinos. Esse período é também comumente interpretado como sendo o princípio histórico do turismo, sobretudo no segmento do turismo religioso (MACCANNELI, 1976) enfatiza que durante a Idade Média as pessoas eram turistas devido a sua religião e na modernidade fizeram do turismo uma religião.

Os deslocamentos realizados pelos peregrinos visavam, principalmente, a fins religiosos, ritos de penitência e era prática comum de todas as classes sociais. Eram realizadas por motivos que iam de pagamento de promessas à tentativa de enriquecimento espiritual. Os peregrinos buscavam a salvação da alma por meio dessas viagens. As mais comuns inicialmente eram as que levavam à Terra Santa (Jerusalém) e, mais tarde, incluiu-se a esse roteiro o túmulo de Santiago de Compostela, na Espanha. É importante lembrar que não só os cristãos eram adeptos à prática da peregrinação; os seguidores do Islamismo também já tinham a obrigação de, pelo menos uma vez na vida, realizar peregrinação à Meca. Os caminhos percorridos nesses deslocamentos eram inseguros e as estradas apresentavam-se em péssimas condições, não obstante, os peregrinos sofriam constantes ameaças de assalto e estavam expostos a doenças. Contudo, a peregrinação era entendida como um veículo que conduzia à salvação da alma, na medida em que o peregrino tinha certeza da partida, mas nunca do seu retorno. Urry (2003) assinala, no entanto, que nos séculos XIII e XIV as peregrinações converteram-se em um fenômeno religioso de grande importância e que, ao longo do percurso feito pelos peregrinos, foram sendo instalados alojamentos e pousadas. Além disso, os cristãos, que habitavam ao longo dos caminhos por onde os peregrinos percorriam, davam abrigo a esses viajantes. A hospitalidade tornou-se parte desse momento histórico, entendida como um dever cristão e um direito sagrado.

Coriolano (2006) chama a atenção para o fato de que nessa época as viagens eram realizadas como um imperativo do destino, como provação ou sofrimento, às vezes como uma aventura, um desígnio da vontade divina.

Com o Renascimento e as diversas transformações em distintos setores da vida humana, entre as quais o declínio do poder da Igreja, emerge outra vertente de viagem com características diferentes das praticadas durante o período medieval. O homem procura romper os horizontes estreitos do período anterior e se lança em novas descobertas. Inicialmente sai em busca da expansão dos seus domínios territoriais por meio das viagens de descobrimento; em uma etapa seguinte ganham espaço as viagens com o fim de valorizar e ampliar as fronteiras culturais – é o *grand tour*. Nesse sentido, Featherstone (1997) afirma que existem registros de que na Renascença as viagens em busca de formação e enriquecimento cultural eram, em certo nível, comuns, principalmente, entre jovens estudantes, religiosos, cavaleiros errantes, artistas, dentre outros grupos. Alguns autores como Molina (2001) denominam essa fase de pré-turismo.

O *grand tour* consistia em uma longa viagem realizada, principalmente, por jovens europeus da aristocracia, acompanhados de seus tutores, com objetivo de adquirir

conhecimentos, aprender uma nova língua, adquirir experiências de vida. Era, na verdade, uma preparação para os cargos que desempenhariam no futuro. Os estudos realizados nessa longa viagem visavam à formação educativa, por isso era fundamental *viver a viagem*. Barbosa (2001) analisa que o *grand tour* tinha tamanha importância para a formação do jovem membro da aristocracia a ponto de ficar em certo descrédito, por exemplo, um médico que não houvesse realizado uma grande viagem.

Considerado um fenômeno social típico da cultura europeia, essa prática é entendida por alguns manuais de turismo como a precursora dos fluxos de turismo existentes na atualidade, principalmente porque o movimento de viajantes ganhou grandes proporções, fazendo emergir uma sólida estrutura gastronômica e de hospedagens, além de contribuir para a melhoria de estradas e portos de cidades mais importantes (BARBOSA, 2001). Mas não podemos esquecer que esta era uma viagem destinada apenas aos homens da nobreza, sendo vedada às mulheres e aos demais grupos sociais.

O que fica delineado nesses estudos é uma vontade de tornar o turismo um campo de saber organizado e estabilizado por meio de uma legitimação histórica. Assim, os saberes instituídos em torno dessa área pretendem estabelecer uma relação natural entre as viagens realizadas nos primórdios da história e o modelo vigente.

É almejada uma relação com o *grand tour*, sobretudo por este ser entendido como uma viagem de formação, algo que o turismo contemporâneo apropria-se e procura instaurar uma regularidade nesses dizeres para firmar historicamente e sistematizar o turismo como lugar de discurso. Na atualidade, arriscamos dizer que o *grand tour* se deslocou para as viagens de intercâmbios uma vez que estas, assim como o *grand tour*, são entendidas como um ritual de passagem educativa, pois proporcionam contato com outras culturas, a troca de informações, uma visão de mundo mais ampla e uma formação mais completa.

Uma outra linha de estudos defende a ideia de que o turismo tem início no século XIX, como resultado das mudanças sociais que começaram ainda na segunda metade do século XVIII. Mudanças de várias ordens: tecnológica, econômica, social e cultural e repercutiram sobremaneira no modo de vida da sociedade e também nas viagens turísticas.

Filiada a essa tendência, Coriolano (2006) defende a ideia de que o turismo é uma atividade dos tempos modernos, uma invenção do Capitalismo. Entretanto, observa que, ainda durante o Renascimento, surgiram as primeiras referências ao nome turismo por meio do *grand tour* e dos guias, porém esse turismo era destinado a classes econômicas privilegiadas, as quais, inicialmente, tinham motivação cultural e educacional.

Mais tarde, novos elementos foram incorporados, a exemplo das práticas de lazer. Para a autora, esse fenômeno social inicialmente pertencia às elites, mas aos poucos foi-se difundindo para outros grupos sociais, estendendo-se para os grupos de médio poder aquisitivo e, na atualidade alcança, de certa maneira, os menos favorecidos economicamente, também. E na visão de Feifer (1985) ser turista é uma das características da experiência moderna e não viajar é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere *status* e ainda julga-se ser também necessário à saúde. E através da segmentação do mercado, o turismo alcança as mais variadas camadas sociais, oferecendo produtos e serviços de acordo com o poder aquisitivo de cada grupo social.

São muitas as definições para o termo *turismo* e bastante comum a utilização de forma sinônima do termo *viagem* para expressar *turismo* e vice-versa. Assim, Barreto (2001) é enfática em diferenciar turismo de viagem. Ela assevera que o turismo inclui a viagem apenas como uma parte do processo e que existem muitas viagens que não são de cunho turístico e aponta como exemplo as viagens de negócios, de estudo, para tratamento de saúde, visita a parentes em ocasião de doença ou óbito na família, dentre outras. Lembra que essas viagens são na verdade compromissos sociais e, portanto, a livre escolha, a busca do prazer – categorias importantes na definição do turismo – são totalmente desconsideradas. Entretanto, as pessoas viajando a turismo, ou não, geralmente utilizam os mesmos serviços que os turistas, daí provavelmente a confusão entre os termos.

Outra questão apontada pela autora, e que merece destaque, é o fato de o termo turismo ser empregado também para os elementos intervenientes, ou seja: turismo é tanto o ato de deslocamento feito pelos turistas quanto o sistema montado para atendê-los, constituído de transporte, hospedagem, serviços de entretenimento, dentre outros necessários. Além disso, chamamos turismo às relações comerciais, políticas e sociais estabelecidas a partir do ato de deslocamento dos turistas (BARRETO, 2001).

No que concerne à gênese do termo, a autora propõe que sua origem estaria na palavra latina *tornare*, cujo significado é "dar voltas em torno". Do *tornare* latino, surge, em francês, a palavra *tour*, expressando o mesmo sentido. O *tour* francês emigra para o inglês, com a significação de viagem. Do inglês expande-se para todas as línguas modernas ocidentais, na forma de *tourism*.

No século XIX, o turismo ascende como atividade mercadológica e, a partir de então, vários acontecimentos reforçaram o desejo de viajar socialmente, a exemplo da instituição do tempo livre como fator de emancipação para a classe trabalhadora. Coriolano (2006) assevera que o desenvolvimento do turismo está diretamente ligado às leis trabalhistas.

Para a autora, só é possível entender lazer e turismo a partir da relação do trabalho com o mundo da produção.

Nesse contexto, a ideia do ócio passa a ser defendida e o tempo livre, agora disciplinado, é associado ao lazer e transforma-se em um negócio lucrativo: o turismo. É importante observar que nessa perspectiva de trabalho já está instaurada uma mecânica do poder disciplinar, que se abriga nos corpos dos indivíduos, tornando-os sujeitos mais produtivos.

A Thomas Cook é atribuída a inserção do turismo no mundo dos negócios, com a fundação da primeira agência de viagem. Cook foi também o primeiro a promover, com publicidade, excursões de trem. Com a regulamentação das relações trabalhistas que, dentre outras questões, institucionalizou as férias remuneradas, a redução do tempo de trabalho, aliada aos avanços da indústria, ao processo de urbanização e a processos culturais, foram criadas condições favoráveis para as viagens turísticas. As férias, aos poucos foram consideradas indispensáveis para a recuperação física e mental do trabalhador. A partir de então surgiram mais empreendimentos voltados para o lazer da classe operária, com facilidades nas formas de pagamentos, a fim de tornar a viagem mais acessível.

A ascensão da atividade turística contou fundamentalmente com a ajuda de escritores e da imprensa, praticamente os únicos meios de divulgação da época, que reforçaram o desejo de viajar, motivando deslocamentos para conhecer outras realidades humanas e locais distantes do próprio entorno. Grandes autores da época escreveram livros voltados às viagens de turismo. Goethe escreveu “Viagem à Itália: 1786-1788” um livro constituído de cartas e diários de viagem que reflete o fascínio do autor com a descoberta da Itália. Victor Hugo também apresentou cidades históricas em muitos dos seus romances, a exemplo da obra “Notre Dame de Paris”, que apresenta a Paris Medieval na estória de um batedor de sinos, e na obra “Os Miseráveis”, escrita em 1862, que fala de pequenas cidades da França do século XIX com riquezas de detalhes que levam o leitor a imaginar-se vivenciando aquele cenário.

Também durante o século XIX, a imprensa tipográfica fazia publicação de narrativas sobre viagens e lugares, ilustrando-as com fotografias. Vários guias turísticos foram publicados fornecendo informações e dicas úteis para que as viagens fossem realizadas com maior facilidade e melhor aproveitamento.

O século XX chega acelerando o progresso da ciência, o desenvolvimento dos meios de transportes, o incremento da imprensa, que teve início ainda no século anterior. Tais acontecimentos repercutem sobremaneira na vida das pessoas; observa-se uma revolução de

valores e costumes em diversos setores, inclusive no de serviços, onde se inclui a atividade turística.

Esse momento, no entanto, é fruto de inúmeras transformações sociais iniciadas com o advento da modernidade que, segundo Berman (2007), é um período cujas origens estão ainda no século XVI, quando diferentes acontecimentos levam a sociedade a manter um comportamento e uma relação com o tempo e o espaço de modo extremamente diferente, porque leva o homem a perceber a efemeridade dessas duas grandezas. Com a modernidade, o mundo ocidental, sobretudo, passou por profundas mudanças que alteraram por completo as relações estabelecidas até então entre o homem, os recursos naturais e a sociedade.

2.2 Prometeu e Fausto: visões de progresso na modernidade

Berman (2007, p. 24), na obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, afirma que a modernidade é o momento em que se principia a dissolução das velhas tradições, colocando em xeque os “condicionalismos feudais, patriarcais e sociais”. Esse processo de mudança causou grande insegurança ao homem, que até então tinha suas convicções exclusivamente embasadas nas tradições em crenças e dogmas. E, diante desse novo cenário, vê-se forçado a pensar e agir sobre si mesmo e sobre o mundo em que vive. Para o autor, a modernidade é também um período em que as pessoas são incentivadas a buscar “aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, sabemos ou somos”.

A experiência da modernidade, segundo Berman (2007, p. 25), tem se seguido ao longo de cinco séculos e desenvolvido suas próprias história e tradição, subsidiadas por diversas fontes:

grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão geográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-os pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder. [...].

Marcada por antagonismos, a modernidade, também chamada pelo autor de a “tragédia do desenvolvimento”, pode ser representada por uma energia que atingiu a humanidade e que, de maneira concomitante, descortinou grandes possibilidades, mas também criou uma força que é capaz de desmanchar *tudo que é sólido no ar*.

Ao proceder a uma arqueologia da história da modernidade, Berman (2007, p. 28) discute as tensões e os aturdimentos pelos quais o homem passa no momento em que vê desmoronando os “pequenos mundos” onde viveu até então, tendo que se confrontar com novas experiências apresentadas na esfera da cidade, cenário principal da modernidade. Os “pequenos mundos”, apontados pelo autor, representam as comunidades feudais que, com o advento da modernidade, começam a ceder espaço para as cidades.

Em sua obra, o filósofo estadunidense transita por distintas áreas do conhecimento: Literatura, Artes, Filosofia, Economia, Política, dentre outras. Consegue estabelecer uma relação entre duas vozes que se polemizam no tocante à noção de poder – Marx e Nietzsche – sobre o assunto modernidade. Para Nietzsche, assim como para Marx, o mundo moderno apresenta-se “impregnado do seu contrário”, ou seja: é simultaneamente irônico e dialético, pois traz consigo um leque de possibilidades para o autodesenvolvimento do homem, ao mesmo tempo em que se apresenta em meio a uma ausência de valores, colocando em risco as antigas relações feudais.

Para ele, a história da modernidade é bastante ampla e, para melhor entendê-la, faz-se necessário dividi-la em três momentos: o início do século XVI ao final do século XVIII marcaria a primeira fase da modernidade. Trata-se da fase embrionária, momento em que predominam ainda as características do mundo medieval, do sistema feudal e as pessoas apenas começam a experimentar a vida moderna sem ter ideia do que seja. O povo está ainda em pleno estado de transformações e de formação de novas culturas e sociedade em relação ao mundo anterior. Para o autor, um grande expoente dessa fase é Rousseau, autor francês que primeiro utilizou o termo *moderniste* no sentido adotado nos séculos seguintes. Rousseau referiu-se à vida em Paris como *le tourbillon social* para traduzir a atmosfera de agitação, turbulência e a profunda dicotomia daquele momento. Representada pela sensação de viver material e espiritualmente em dois mundos de maneira simultânea, explicita essa atmosfera na novela “A Nova Heloísa” em que o herói Saint Preux, envolto por esse turbilhão social, escreve para a sua amada, tentando transmitir a ela as incertezas e os aturdimentos presentes na atmosfera da vida na cidade.

A Revolução Francesa é o marco da segunda fase apontada por Berman (2007). É também um período de transição, um momento de grandes convulsões em todos os níveis:

pessoal, social e político. Para o autor, essa fase, marcada por experiências dicotômicas, pela sensação de viver em dois mundos simultaneamente, é palco de um público moderno, mas que ainda vive em um mundo que não é plenamente moderno, nem material nem espiritualmente.

Entretanto, as ideias futuristas aos poucos vão sendo estabelecidas e ganham força; em contrapartida, tudo que lembra a tradição é interpretado cada vez mais como ultrapassado e visto por alguns até com certa intolerância, ao passo que ser chamado de moderno representa elogio. Certamente, essa transição não ocorreu de maneira tranquila e foram muitas as opiniões contrárias e as disputas pela primazia entre tradicionalistas e modernos. Segundo Dupas (2006), tais disputas perduraram por mais de um século nos diversos campos de conhecimento, dentre eles a arte, a filosofia, a literatura e a religião. As ciências naturais experimentaram grandes descobertas e ajudaram a consolidar a ideia de que é preferível ser moderno.

As mudanças oriundas da Revolução Industrial ajudam a compor essa fase da história da humanidade. Um novo cenário constituído por máquinas a vapor, automatização das fábricas, cidades em pleno processo de expansão tomam conta de cidades. Contudo, esse mundo de avanços na tecnologia, de aumento da velocidade traz no seu bojo grandes contradições: as máquinas sacrificam o homem, minam a qualidade de vida nas grandes cidades e dão a sensação de que a vida torna-se fugaz.

A terceira fase da modernidade, conforme Berman (2007), tem início no século XX e expande-se por todo o mundo, crescendo muito além das expectativas e atingindo setores que vão da ciência à mídia eletrônica. Seus efeitos disseminaram-se da arte ao pensamento humano. Por esses motivos, o autor aponta este como sendo o período mais brilhante e criativo da história da humanidade. Em contrapartida, este também teria sido o momento em que a humanidade perdeu a conexão com as bases da modernidade: o público moderno se multiplica em fragmentária multidão, envolvido por uma opacidade que o leva a perder a capacidade de organizar e dar sentido à vida. Daí a necessidade de manuais de auto-ajuda que ensinam homens e mulheres a viver, a educar os seus filhos, os pacotes turísticos organizados pelas agências prontos para serem consumidos.

De maneira alegórica, Berman (2007) se utiliza da obra de Goethe, valendo-se da imagem de *Fausto*, para explicitar o processo dinâmico que caracteriza a modernidade. O poeta alemão chama a atenção para o fato de que a transformação do homem moderno só é possível a partir da transformação do seu próprio mundo e *Fausto* representa o rompimento com esse mundo, ao mesmo tempo em que se torna parte de um novo sistema mundial que

vem à tona. O drama de *Fausto* é, para o autor, a melhor representação da “tragédia do desenvolvimento”. *Fausto*, de Goethe, passa por três metamorfoses. Berman (2007) conduz o leitor à interpretação de que haveria uma equivalência entre as fases da modernidade e as metamorfoses sofridas por Fausto.

Na primeira metamorfose, Fausto é um homem que vive isolado do mundo exterior, mas sonha com uma vida diferente. Então, procura Mefistófeles e estabelece com ele um pacto: em troca de sua alma, deseja o que lhe parece ser o bem supremo: prazer, poder sobre os outros, glória e dinheiro.

Na segunda metamorfose, ele se envolve com uma moça do “pequeno mundo” – Gretchen. Essa fase simboliza a tradição, e o relacionamento de Fausto com Gretchen representa a ligação que ele ainda estabelece com o mundo tradicional. Entretanto, tal relacionamento é demasiadamente prejudicial à Gretchen e leva à sua destruição. Por representar o mundo tradicional, Gretchen tem que ceder espaço à crescente ascensão de um mundo moderno, uma vez que não é possível estabelecer diálogo entre o pequeno mundo fechado, do qual ela faz parte, e o homem aberto representado por Fausto. Analogicamente, Gretchen personificaria a própria natureza e seus ecossistemas que, vista como um obstáculo, precisava ser dominada e subjugada para, só assim, ser possível a expansão do mundo moderno.

Na terceira metamorfose, Fausto se manifesta contra as forças da natureza e busca formas de dominá-las. Inconformado com o fato de ser submisso a essas forças ele diz: “não é já o momento de o homem afirmar-se contra a tirania arrogante da natureza, de enfrentar as forças naturais em nome do livre espírito que protege todos os direitos?” (BERMAN, 2007, p. 78). Esse momento marca o início de um processo de destruição e de domínio da natureza, até então tida como suprema, e com ele a ascensão de um ideal de desenvolvimento e progresso. A partir de então Fausto traça planos com o objetivo de dominar esses elementos naturais e principia um verdadeiro processo de metamorfose da paisagem natural em espaço construído.

Fausto organiza a divisão do trabalho de acordo com os propósitos do mundo moderno e empreende todos os seus esforços em prol dos seus objetivos. E tudo que se opõe a esse ideal de desenvolvimento e que ainda remeta aos “pequenos mundos” deve ser definitivamente retirado do caminho. Esse momento é representado analogicamente pelo casal de velhinhos “Filemo e Báucia”, retirado do caminho do desenvolvimento a qualquer custo, pois para Fausto é preciso:

passar por cima de todas as fronteiras: não só a fronteira entre a terra e o mar, não apenas os limites morais tradicionais na exploração do trabalho, mas também o dualismo humano primário do dia e da noite. Todas as barreiras humanas e naturais caem diante da corrida pela produção e a construção (BERMAN, 2007, p. 81).

Assim, essa fase da modernidade trouxe consigo o ideal de desenvolvimento e progresso que se espalhou por praticamente todos os cantos do mundo ocidental, mas as consequências desse ideal de desenvolvimento não tardaram a se fazer presentes no cotidiano das pessoas. Grandes problemas ambientais, crises de energia, a questão da fome e da pobreza, dentre outros graves problemas, passaram a fazer parte do dia-dia da humanidade.

Entretanto, é a partir do século XVIII que a noção de progresso ganha maior visibilidade, em decorrência dos avanços técnicos e científicos advindos com a Revolução Industrial. Nesse período, na Europa Ocidental, principalmente na França, surgiu um importante movimento cultural, o Iluminismo, também conhecido como filosofia das luzes, que proporcionou à humanidade grande desenvolvimento cultural e científico.

O Iluminismo caracterizou-se pelo domínio da razão humana e seus poderes em substituição às crenças religiosas e o misticismo dominantes, até então. O homem deveria ser o centro, sujeito e dono de seu destino. O mundo físico e os fenômenos nele existentes agora passariam a ser explicados pela razão e não mais pela visão teocêntrica, que dominou a Europa durante a Idade Média. Um novo mundo, em que a razão iluminava o caminho, precisava ser construído pelo homem.

Idealizado e articulado por pensadores franceses, filósofos como Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Diderot, D'Alembert, Montesquieu, entre outros, o Iluminismo afasta as ideias pré-concebidas e mostra ao homem as inúmeras virtudes da razão, instaurando a noção de progresso. Ao ser considerado racional, o homem percebeu sua capacidade criadora e de exercer domínio sobre a natureza, algo que interferiu na melhoria de suas condições de vida. Nesse sentido, ele acelera o processo de transição do modo de produção feudal para o capitalista, transformando, de maneira gradativa, o cenário das relações de produção. (FALCON, 1996). Assim, a velha aristocracia feudal perde poder econômico e político para uma nova classe: a burguesia, que tem suas forças direcionadas para o desenvolvimento de novas atividades econômicas.

O século das luzes, como ficou conhecido esse período, foi de grande notoriedade cultural e científica momento em que ocorreu a proliferação das academias científicas e avanços tecnológicos significativos.

O progresso alcançava as mais diversas áreas do conhecimento: a arte, a ciência, o pensamento, a técnica. A Medicina tornou-se capaz de explicar, de forma precisa, muitos dos "mistérios" do corpo humano, os naturalistas fizeram importantes descobertas sobre os organismos vegetais e os elementos do reino mineral. De maneira concomitante, o francês Lavoisier começava a elucidar fenômenos, tidos como inexplicáveis até então, como a combustão, através de uma nova ciência: a química moderna.

Apesar do termo progresso ser evidenciado somente nesse momento da história da humanidade, de acordo com alguns autores, esse tema já apresentava suas nuances em antigas civilizações. Na Grécia antiga, por exemplo, a ideia de *progresso* é considerada a partir de mitos como o de Prometeu, que se situa entre os mais antigos e universais. Esse mito tornou-se tema de obras de vários autores e muitas versões foram criadas para esta produção literária da antiguidade grega. Uma delas é a tragédia escrita por Ésquilo, intitulada *Prometeu Acorrentado*.

A tragédia discorre, dentre outras questões, sobre a cisão entre o mundo dos homens e o mundo dos deuses, ou seja: o momento em que Prometeu rouba uma centelha do fogo celeste, privilégio dos deuses, para dar aos homens, assegurando assim a superioridade dos homens sobre os outros animais. Prometeu passa a ser considerado o grande benfeitor da humanidade, pois dá condições ao homem de evoluir, já que simbolicamente o fogo representa a inteligência humana, a fonte de desenvolvimento e de progresso. De posse do fogo, o homem produz conhecimento capaz de levá-lo à transformação do mundo (BRANDÃO, 1991).

Segundo Vale (2007), em Ésquilo, o fogo simboliza muito mais que uma forma de sobrevivência para o homem, pois não só lhe serve para o preparo dos alimentos, mas representa o elemento que, se utilizado com técnica, leva o homem ao progresso. Aliados ao elemento fogo estão os ensinamentos transmitidos por Prometeu que juntos, dão à humanidade a capacidade de construir suas casas; domesticar animais, para que os ajudem nos trabalhos mais pesados; aprender a escrita, os números e as artes; descobrir a cura de doenças através das plantas medicinais. Portanto, é com o domínio do uso do fogo e com os ensinamentos de Prometeu que o homem produz conhecimento, que o torna capaz de modificar o mundo em que vive, de levá-lo a alcançar o progresso.

Outra versão para o mito de Prometeu é escrita por Hesíodo. No poema *a História de Prometeu*, Hesíodo o apresenta não como um benfeitor, mas como aquele que, apesar de ter enfrentado Zeus com o intuito de favorecer a humanidade, mesmo sem ter intenção, traz grandes danos a ela, pois suas ações têm como reflexo problemas de ordens variadas para os

humanos: sacrifícios, trabalhos, doenças, submissão aos desígnios divinos (TROUSSON *apud* VALE, 2007).

De certa forma, os mitos de Fausto e Prometeu guardam entre si traços de semelhança. Assim como Fausto, Prometeu descortina um mundo para a humanidade repleto de experiências boas e ruins, que conduz o homem à sua escalada, levando-o a experimentar grandes transformações não só de si mesmo, mas também do mundo físico, moral e social em que vive. Para Berman (2007), Fausto – ao libertar energias reprimidas, suas e dos que estão ao seu redor – se transforma em herói e o mesmo ocorre com Prometeu ao entregar as sementes de fogo ao homem. Porém, o progresso iniciado a partir da atitude de ambos traz no seu bojo um elevado custo para a humanidade.

Conforme já discorrido, o conceito de *progresso*, de modo geral, está relacionado à sociedade moderna e foi a partir do século XVII, na etapa final do Renascimento, que tal ideia tornou-se dominante, sobretudo no mundo ocidental. No entanto, Dupas (2006) chama-nos a atenção para o fato de que a imagem contemporânea de progresso foi consolidada com a publicação feita por Darwin, intitulada *A origem das espécies*, que contradiz os princípios da religião sobre a criação divina, introduz a ideia de evolução das espécies e propõe uma teoria para explicar como esse processo acontece via seleção natural.

Desde então esse tema, marcado pelo paradoxo, suscita grandes discussões. Para certos autores, o termo remete sempre à ideia de evolução e desenvolvimento. Para outros, no entanto, trata-se de um termo controverso que, dependendo do foco segundo o qual for observado, pode ser associado a desequilíbrios ambientais e sociais que afetam sobremaneira as condições de vida dos seres no planeta. Dupas (2006) compartilha desse ponto de vista ao declarar que se trata de um conceito bastante relativo, já que depende da opinião e da escala de valores de quem o aplica.

Do ponto de vista da significação, o termo progresso remete a diferentes concepções. Para o dicionário Michaelis (2004), por exemplo, progresso possui entre outros significados, a ideia de: “marcha ou movimento para adiante; adiantamento cultural gradativo da humanidade; melhoramento gradual das condições econômicas e culturais da humanidade, de uma nação ou comunidade; crescimento aumento, desenvolvimento”.

Esse significado se coaduna com o ponto de vista de Romero (2000) quando o relaciona a “desenvolvimento e seguridade social” e afirma que existe uma relação intrínseca entre “paz, desenvolvimento econômico e progresso social”. Em ambas as perspectivas o termo progresso leva-nos a um entendimento de avanço, de ascensão das condições humanas.

Na perspectiva do positivismo comtiano, o progresso representaria o vetor para a liberdade dos homens que, uma vez livres, teriam como melhorar suas condições de vida, aumentar o conhecimento e se conduzir em direção à felicidade. Esse conceito de progresso fundamenta os enfoques tradicionais de desenvolvimento presentes no mundo moderno.

Oliveira (2001, p. 53) ressalta que a partir de meados do século XIX, o Brasil sofreu grande influência do pensamento comtiano e, como reflexo dessa influência, temos a máxima positivista “ordem e progresso” como *slogan*, grafado na bandeira nacional. De acordo com tais preceitos, a ordem representaria a base do pensamento político vigente, e o progresso, o desejo de uma sociedade que caminha sempre para frente, pautada na justiça e na fraternidade. O que se observa nessa abordagem é que o sentido atribuído à palavra também remete à ascensão, ao processo de crescimento e de desenvolvimento. O termo progresso, assim, é muitas vezes associado às palavras *evolução* e *desenvolvimento*, aplicadas para expressar o mesmo sentido. Muitos estudiosos fazem alusão ao significante *progresso*, relacionando-o à evolução da ciência, da tecnologia e ao conhecimento.

Por outro lado, sem obedecer a um consenso, ele, o *progresso*, está associado também a aspectos negativos. Dupas (2006, p. 59) enfatiza que Walter Benjamin foi um “desconstrutor do discurso do progresso” e que o autor alemão mostrava-se preocupado com as crescentes ameaças advindas com o progresso técnico e econômico sobre a vida humana.

Alguns autores, a exemplo de Ángel (2000), afirmam que existe ambivalência entre a palavra progresso e degradação ambiental e humana. Muitas vezes o progresso é acusado de, com o domínio da ciência, explorar excessivamente os recursos naturais e causar grandes desequilíbrios que comprometem a qualidade de vida no planeta, já que há uma interdependência mundial também sob o ponto de vista ecológico, ou seja: existe uma conexão de ecossistemas. Assim, a interferência em qualquer uma dessas cadeias repercutirá em outros cantos do planeta terra. A emissão de produtos químicos, a utilização de armas atômicas, por exemplo, afetam, em maior ou menor escala, a qualidade ambiental do planeta e interferem na saúde e bem-estar das pessoas.

No Brasil do século XX, alguns *slogans* nacionalistas apontavam a associação entre o conceito de progresso e desenvolvimento, marcando de maneira subjacente o valor negativo da ideia de progresso. Em vários momentos da história nacional, distintos presidentes adotaram *slogans* políticos que retratavam esse ideal, a exemplo de Washington Luís (1926-1930), cujo lema era: *Governar e abrir estradas* ou *50 anos de progresso em 5 anos de realizações* – adotado pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e *Integrar para não entregar*, *slogan* nacionalista do presidente militar Castelo

Branco (1964 - 1967) para promover a ocupação da Amazônia. Todos esses enunciados postulados por governantes brasileiros sugerem que o país tinha uma pretensão de alavancar o progresso e o desenvolvimento a qualquer custo, sem levar em consideração os efeitos que adviriam com tal processo. Em uma postura fáustica, o governo brasileiro, sem se importar com as consequências de suas atitudes, iniciava um processo de degradação ambiental em grandes proporções, pois em nome do progresso tudo se justificaria – o desmatamento da Amazônia, a eliminação de espécies e, assim como fez Fausto, era preciso retirar do caminho todos os entraves que impedissem o desenvolvimento e o progresso do país.

Entretanto, esse processo não ocorreu sem resistência no Brasil (Amazônia). Uma força se opôs e tornou-se símbolo de defesa dos povos da Floresta Amazônica. Trata-se do sindicalista Chico Mendes que defendeu a preservação da floresta. Morreu em 1988 lutando pela causa.

Cabe ressaltar, entretanto, que o Brasil apenas tentava seguir os passos das grandes potências mundiais, pois as questões ambientais ainda não eram efetivamente discutidas e as discussões sobre preservação ambiental restringiam-se a pequenos grupos de intelectuais e cientistas. Tudo poderia ser feito em nome do progresso. Assim, principiouse nas décadas de 1970 e 1980 um processo de desflorestamento sem critérios na Amazônia, com incentivos fiscais, para instalação de atividades como a produção agrícola e a pecuária, para a instalação de cidades, a abertura de estradas e de rodovias. O início da construção da Usina Nuclear de Angra I também foi um fato marcante nesse contexto. A cidade de Cubatão, em São Paulo, transformou-se em um grande parque industrial e como efeito dessa industrialização sua população foi submetida a níveis alarmantes de poluição que fizeram com que a cidade fosse considerada sinônimo de poluição e durante algum tempo identificada como uma das mais poluídas do mundo.

Por outro lado, com diversos acontecimentos mostrando que o progresso trazia no seu bojo inúmeros problemas, durante o século XX essa ideia sofreu fortes abalos e o homem se deu conta de que os conhecimentos advindos com a ciência e a tecnologia também eram capazes de dizimar, em segundos, a espécie humana. A tecnologia, propagada até então para melhorar a vida do homem, também se apresentava como força de destruição da vida e do meio ambiente. Nesse sentido, é interessante resgatar alguns acontecimentos que corroboram o entendimento de Dupas (2006) sobre as construções do saber científico e da técnica influenciando na vida da humanidade.

Segundo o autor, ao mesmo tempo em que se aclamam os benefícios dessa combinação, evidenciam-se seus efeitos danosos, a exemplo da bomba atômica lançada sobre

as cidades de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, durante a II Guerra Mundial. Merece alusão, ainda, a Guerra Fria (1947-1991), travada entre os dois principais blocos econômicos (socialismo e capitalismo), motivada também pelo desejo de supremacia na corrida da construção de um arsenal de armas nucleares; os acidentes nucleares de Chernobyl, em abril de 1986, considerado o maior acidente nuclear de todos os tempos teve efeitos devastadores na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o acidente ocorrido no Brasil, em decorrência do descarte inadequado do lixo radioativo, com uma cápsula de Césio 137, em Goiânia, que é considerado o segundo maior acidente nuclear do mundo (DUPAS, 2006).

Em meio a esse cenário inquietante, começam a aflorar estudos chamando a atenção para o fato de que a vida no planeta sofria ameaças decorrentes das próprias ações humanas; o desejo ávido pelo progresso estava conduzindo a humanidade a um cenário de angústia e pânico. São inegáveis os benefícios advindos com a ciência e a tecnologia, no entanto, estudos assinalam que tais benefícios trazem inúmeros problemas para o planeta, como um grave e progressivo aumento da degradação ambiental, a aceleração das mudanças climáticas e do efeito estufa ambiental, emissão de gases poluentes em níveis alarmantes, a extinção de espécies, dentre outros efeitos. Além disso, aspectos como a globalização econômica também preocupam o futuro do planeta. Segundo artigo publicado na Revista Veja, até 2050, a maioria da população atingirá um padrão de consumo de classe média e isso tem um peso extraordinário não só para equações do aquecimento global, mas para o frágil equilíbrio que a civilização ainda consegue manter com o mundo natural. Isso porque cada ser humano adulto produz, em média, “4,3 toneladas de gás carbônico por ano sem fazer nada de mais – apenas ao acender uma lâmpada, andar de carro ou ônibus, alimentar-se ou vestir-se”.

Na avaliação de Dupas (2006, p. 11):

o saber científico conjuga-se à técnica e, combinados [...] não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humano. Mas esse modelo vencedor exhibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez mais com clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos são muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso; mas esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento.

Essas reflexões levam-nos a ponderar que a noção de preservação emerge de maneira concomitante à ideia de desenvolvimento, pois, conforme delineado, desenvolvimento e progresso são comumente associados ao aspecto de destruição também.

2.3 Desenvolvimento sustentável: a ascensão de um discurso

Conforme tratado anteriormente, os vários acontecimentos verificados ainda no século XX propiciaram a emergência de uma discussão pautada na natureza, na obrigação de se pensar um mecanismo que, de forma mais racional, aliasse questões como progresso e proteção dos recursos naturais. Nesse sentido, foram desencadeadas várias discussões oriundas da sociedade civil e do poder público acerca da temática ambiental.

O ano de 1968 foi considerado marco das discussões voltadas para a defesa da natureza, naquele momento entendida como meio ambiente. Reuniu-se em Roma um grupo de intelectuais para debater, dentre outras questões, assuntos relacionados à política, economia e meio ambiente. O grupo ficou conhecido como “Clube de Roma” e publicou, em 1972, um relatório tido como pioneiro na abordagem da relação entre desenvolvimento e exploração dos recursos naturais sob o título “Limites do Crescimento”. Tal relatório já alertava para os graves problemas que seriam enfrentados futuramente no desenvolvimento da humanidade relacionados a crescimento populacional, saúde, poluição, energia, dentre outros. Expunha com um tom de tragédia que, para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, fazia-se necessário o controle demográfico da população mundial. Esse documento foi precursor de debates contínuos que levaram ao surgimento de outras propostas pautadas nessa mesma linha de pensamento, influenciando várias mudanças no que se refere ao desenvolvimento econômico, a partir da década de 1970.

No ano de 1972 ocorreu um importante evento que deu visibilidade à questão ambiental – a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo. Essa conferência deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e estabeleceu os fundamentos para as discussões sobre os problemas ambientais a partir de uma perspectiva global de desenvolvimento. Esta postura representaria as bases fundadoras do que mais tarde viria a ser denominado de desenvolvimento sustentável.

Em 1992, o Brasil foi sede da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como Eco 92 ou Rio 92 – por ter sido realizada na cidade do Rio de Janeiro. Este foi considerado um dos maiores eventos mundiais sobre a temática e contou com a presença de centenas de chefes de Estado, além de cientistas e representantes de organizações não governamentais que se reuniram com o intuito de encontrar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção da Terra. Foi durante esse encontro que o conceito de desenvolvimento sustentável

foi consagrado. Como resultado desse evento foi publicado um documento, a Agenda 21, que estabeleceu a importância de os países se comprometerem a pensar, global e localmente, alternativas para os problemas socioambientais no mundo. E para discutir as metas estabelecidas durante a Rio 92 e assinar documentos importantes para o desenvolvimento sustentável, dez anos mais tarde, ocorreu, em Joanesburgo, na África do Sul, a Conferência das Nações Unidas chamada de Rio+10.

Na esteira das discussões ambientais, outro aspecto merece destaque: a criação, a partir da década de 1960, de Organizações Não Governamentais (ONGs) no cenário internacional, que surgem como atores que, segundo eles, têm como propósito proteger o planeta da degradação ambiental e recuperá-lo dos danos ocasionados pela atividade e negligência humanas. Essas organizações procuram chamar a atenção da sociedade e das autoridades governamentais para os problemas ambientais ocasionados pelo modelo de produção vigente. Com atuações cada vez mais abrangentes, muitas delas se capacitam para exercer uma nítida influência sobre as decisões governamentais e agências estatais de meio ambiente, sobre a comunidade científica e sobre o empresariado. Compondo esse cenário, estão organizações ambientalistas internacionais como WWF (Fundo Mundial para a Vida Selvagem), criada em 1961, o *Greenpeace*, criado em 1971, e a ONG Amigos da Terra, instituída em 1989.

Vários outros eventos aconteceram, no âmbito nacional e internacional, corroboraram para a emergência da noção de desenvolvimento sustentável. Em 1983, foi publicada pela ONU a “Carta para a Natureza”, a qual tinha como um dos propósitos interpretar os princípios norteadores apresentados na reunião de Estocolmo. No cenário brasileiro emergia uma preocupação por parte dos governantes em regulamentar questões sobre meio ambiente. Assim, a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, dedicava, pela primeira vez, um capítulo (capítulo VI) exclusivo ao tema meio ambiente.

Em 1987 a ONU iniciou os trabalhos que resultaram na publicação do Relatório de Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme veremos a seguir.

Antes de procedermos à análise desse documento, porém, elencamos outros fatos considerados também importantes para o enfrentamento das questões relativas à problemática ambiental e a ascensão do conceito de desenvolvimento sustentável. Destacamos o Protocolo de Kyoto que entrou em vigor em 2005. Trata-se de um acordo internacional com objetivo de

reduzir a emissão dos gases causadores do efeito estufa e, conseqüentemente, do aquecimento global.

Considerado o mais importante evento da história recente dos acordos multilaterais ambientais, em 2009, ocorreu a 15ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas – (COP15) ou Conferência das Partes, na Dinamarca, a qual tinha o objetivo de instituir um tratado para substituir o Protocolo de Kyoto, cuja vigência é até 2012.

O Relatório de Brundtland constituiu-se, ainda, em uma das mais importantes referências voltadas para a questão ambiental e o desenvolvimento, por realizar uma abordagem em torno da complexidade das causas que originam os problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. O documento traz uma avaliação do modelo de desenvolvimento vigente nos países industrializados, considerando os modos de produção e consumo adotados por alguns países como inconciliáveis com a capacidade de suporte do planeta.

Para alguns pesquisadores como Lima (2003), a grande fragilidade do Relatório está em propor uma visão de sustentabilidade voltada muito mais para os aspectos econômicos que propriamente para os aspectos de ordem social. Para constatar essa análise, a seguir, apresentamos um recorte do conceito de desenvolvimento sustentável, disposto no documento:

PARTE I: PREOCUPAÇÕES COMUNS

2. Em busca do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:

- o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos **pobres do mundo**, que devem receber a máxima prioridade;
- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Portanto, ao se definirem **os objetivos do desenvolvimento econômico e social**, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento, com economia de mercado ou de planejamento central. Haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns, e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para sua consecução.

O desenvolvimento pressupõe **uma transformação progressiva da economia e da sociedade**. (...) Mesmo na noção mais estreita de sustentabilidade física está implícita uma preocupação com a equidade social entre gerações que deve, evidentemente, ser extensiva entre a equidade em cada geração.

2.1 O conceito de desenvolvimento sustentável

Satisfazer às necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, essas pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas,

sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. **Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.**

Padrões de vida que estejam além do mínimo básico só são sustentáveis se os padrões gerais de consumo tiverem por objetivo alcançar desenvolvimento sustentável a longo prazo. Mesmo assim muitos de nós vivemos acima dos meios ecológicos do mundo, como demonstra, por exemplo, o uso da energia. As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar.

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e **o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas.** (...). Uma grande produtividade pode coexistir com a pobreza disseminada, e isso constitui um risco para o meio ambiente. **Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção, quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.**

[...]

(p.49) Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade da água, do ar, e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

[...]

2.3 Imperativos estratégicos (p.52)

É preciso que o mundo crie logo estratégias que permitam às nações substituir seus atuais processos de crescimento, frequentemente destrutivos, pelo desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário que todos os países modifiquem suas políticas, tanto em relação a seu próprio desenvolvimento quanto em relação aos impactos que poderão exercer sobre as possibilidades de desenvolvimento de outras nações. (...)

Os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável são, entre outros, os seguintes:

- retomar o crescimento;
- alterar a qualidade do desenvolvimento;
- atender as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- manter um nível populacional sustentável;
- conservar e melhorar a base de recursos;
- reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- **incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões;**

2.4 Conclusão

Em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 – que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar – a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos, no processo decisório;
- um sistema econômico que seja capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico em bases confiáveis e

<p>constantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • um sistema social que seja capaz de resolver as tensões causadas por um sistema econômico não-equilibrado; • um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; • um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; • um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; • um sistema administrativo que seja capaz de autocorrigir-se. <p>Estes requisitos têm antes um caráter de objetivos que devem inspirar a ação nacional e internacional para o desenvolvimento. O importante é que esses objetivos sejam buscados com sinceridade e que os eventuais desvios sejam corrigidos com eficiência.(p.70-1).</p>

Fonte: Nosso Futuro Comum, 1991.

Quadro 1 – Recorte do Relatório de Brundtland

Para Lima (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório de Brundtland remete a várias leituras que oscilam entre um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, a uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual é acrescentada uma tonalidade ecológica.

O autor considera que o documento organizado pela Comissão presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland dá muita ênfase aos aspectos econômicos e tecnológicos da crise socioambiental, contrariando as promessas de uma abordagem múltipla e complexa de desenvolvimento, sugerindo o predomínio do mercado na condução da sustentabilidade em detrimento da sociedade civil e do Estado.

Na visão de Lima (2003), a sustentabilidade hegemônica pelo mercado é condenada por não atender plenamente aos objetivos de preservação ambiental, dado o descompasso entre os tempos biofísico e econômico e os conflitos de interesse entre os dois objetivos. Metas como a manutenção do equilíbrio climático e da biodiversidade, a substituição do uso de energia e recursos não-renováveis por outros renováveis, a conservação da qualidade ambiental – água, ar, solo, etc. – e a recuperação de ecossistemas são alguns exemplos de fatos que estão acima da ação do mercado.

O documento evidencia que a típica racionalidade do mercado orienta-se no sentido da concentração e não da distribuição de riquezas e oportunidades. As desigualdades sociais, resultantes da própria ação e lógica do mercado, não podem ser por ele solucionadas. “O mercado é um eficiente instrumento de captação de recursos, mas um perverso gestor das disparidades sociais”. Nesse sentido, quando as ações do mercado são deixadas livres da regulação do estado e da sociedade, o desenvolvimento humano e social é sacrificado. São incompatíveis os esforços para conciliar o crescimento econômico e a participação social num projeto de sustentabilidade direcionado pelo mercado (LIMA, 2003, p.106).

O Relatório de Brundtland, embora articulando a ideia de crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, propõe prioridades e arranjos bem diversos, ao dar ênfase aos aspectos econômicos e tecnológicos, em uma tônica conciliadora que despolitiza a proposta de uma sustentabilidade tentacular, ampla, que articule aspectos ambientais, econômicos e sociais, base do conceito de ecodesenvolvimento, formulado por Sachs (1986).

Para Lima (2003), o Relatório ecologizou a economia, eliminando as contradições entre crescimento econômico e preservação da natureza, iniciando um processo de silenciamento da noção de ecodesenvolvimento e instaurando o discurso de desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, o autor observa que a partir daí o discurso da sustentabilidade irrompe como substituto do discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido pelos países centrais do capitalismo – sobretudo os Estados Unidos – para o resto do mundo no contexto da Guerra Fria. A partir dos anos 70, do século passado, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites através de uma crise, que embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural.

O autor, na esteira de alguns estudos (VIOLA; LEIS, 1995; VIEIRA, 1995; BRUSEKE, 1995 apud LIMA, 2003, p. 105), aponta que a importância do documento está em instaurar “um realismo político e os cuidados diplomáticos em evitar posições extremadas capazes de prejudicar esforços de conciliação”. Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento sustentável teve o mérito de introduzir a temática ambiental em fóruns político-econômicos nacionais e internacionais, conquistando um reconhecimento inédito na trajetória do ambientalismo.

O Relatório de Brundtland serviu, entretanto, de base para muitos debates acerca da temática, inclusive durante a Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularizada como Eco-92 ou Rio-92, maior evento mundial sobre meio ambiente e de maior relevância até então realizado. Durante essa conferência o conceito de desenvolvimento sustentável foi popularizado e incorporado à agenda pública do país como um princípio. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU), delineou desenvolvimento sustentável³ como:

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de

³ Rodrigues (1998, p. 93) lembra que, antes de a expressão “desenvolvimento sustentável” ser adotada para problematizar a qualidade do desenvolvimento de alguns países, a expressão “sustentabilidade”, que é um conceito pertencente à Biologia, era aplicado para fazer alusão à manutenção do equilíbrio de ecossistemas, enquanto que “desenvolvimento” é um conceito da Economia, em geral relacionado ao crescimento econômico.

atender às necessidades e aspirações humanas (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 49).

O teor do Relatório de Brundtland interdiscursivizou-se em muitos outros textos, que com ele se conciliam ou dele se afastam, a exemplo do documento denominado Carta Verde da Terra, formulado pelo Partido Verde, em 2001.

A seleção desse documento deu-se pelo fato de o Partido Verde se construir como oposição aos conservadores, no Brasil e no mundo. Trata-se de um documento elaborado em 2001, em Canberra, Austrália, onde aconteceu o “Global Greens” (Rede Internacional dos Partidos Verdes), com a presença de cerca de 800 representantes de Partidos Verdes, de 86 países.

A Carta Verde da Terra, como é chamado, foi o primeiro documento unificado dos Partidos Verdes Mundiais. Devemos pontuar que a Carta foi elaborada em um momento posterior à emergência de muitos discursos sobre o futuro e a perspectiva de vida do Planeta. Nesse período, as autoridades pretendiam verificar se os movimentos articulados na década de 80 e 90 conseguiram algum resultado positivo.

Buscaremos, nesse texto, as configurações do termo “sustentabilidade” nesse espaço discursivo.

A CARTA VERDE DA TERRA

Preâmbulo

Nós, como cidadãos do planeta e membros do Global Greens, unidos em nossa consciência de que dependemos da vitalidade, da diversidade e da beleza da Terra e que é nossa responsabilidade não deixá-la deteriorada e até melhorá-la para a próxima geração;

Reconhecendo que os padrões dominantes de produção e consumo humanos, baseado no dogma de crescimento econômico a qualquer custo e o excessivo e devastador uso dos recursos naturais sem considerar a capacidade de regeneração do planeta, estão deteriorando o meio ambiente e causando uma maciça extinção de espécies;

Admitindo que a injustiça, o racismo, a pobreza, a ignorância, a corrupção, o crime, a violência, os conflitos armados e a ganância por lucro de curto prazo estão causando o alastramento do sofrimento humano;

Concordando que países desenvolvidos através da busca por seus objetivos econômicos e políticos contribuíram para a degradação do meio ambiente e da dignidade humana;

Entendendo que muitos povos e nações foram empobrecidos por longos séculos de colonização e exploração, criando uma dívida ecológica devida pelas nações ricas àquelas que têm sido empobrecidas;

Comprometidos em acabar com a lacuna entre ricos e pobres e construir uma nova cidadania baseada em igualdade de direitos para todos os indivíduos em todas as esferas da vida social, econômica, política e cultural;

Reconhecendo que sem igualdade entre homens e mulheres uma real democracia não pode ser alcançada;

Preocupados com a dignidade da humanidade e com o valor da herança cultural;

Reconhecendo os direitos dos povos indígenas e sua contribuição ao patrimônio público, assim como o direito de todas as minorias e povos oprimidos à sua cultura, religião, economia e vida cultural;

Convencidos de que a cooperação ao invés da competição é um pré-requisito para assegurar a

garantia de direitos humanos básicos como alimento, moradia confortável, saúde, instrução, trabalho digno, direito de expressão, ar limpo, água potável e meio ambiente sadio;

Reconhecendo que meio ambiente ignora fronteiras entre países e construindo a partir da Declaração dos Verdes no Rio de Janeiro em 1992,

Afirmamos a necessidade de mudanças fundamentais em nossas atitudes, valores e maneiras de produzir e viver;

Declaramos que o novo milênio fornece um ponto determinante para começarmos essa transformação;

Resolvemos promover um conceito geral de sustentabilidade, o qual:

- restaura e protege a integridade dos ecossistemas da terra, com interesse especial para a biodiversidade e os processos naturais que sustentam a vida;

- reconhece a inter-relação de todos os processos ecológicos, sociais e econômicos;

- equilibra interesses individuais com os interesses públicos;

- harmoniza liberdade com responsabilidade;

- integra diversidade com unidade;

- reconcilia objetivos de curto com os de longo prazo;

Assumimos nossa responsabilidade com o outro, com a grande comunidade da vida e com as gerações futuras.

Fonte: Global Greens, 2001.

Quadro 2 - Carta Verde da Terra

Para falar da sustentabilidade, o sujeito se posiciona declaradamente a partir de dois lugares: ora falando como cidadão do planeta, ora como membro de uma instituição, o “Global Greens”. Como membro de uma instituição ecológica, denuncia práticas ameaçadoras da sociedade capitalista:

Reconhecendo que os padrões dominantes de produção e consumo humanos, baseado no **dogma de crescimento** econômico a qualquer custo e o excessivo e **devastador uso dos recursos naturais** sem considerar a capacidade de regeneração do planeta, estão deteriorando o meio ambiente e causando uma maciça extinção de espécies (GLOBAL GREENS, 2001, p. 3).

Nesse enunciado, o sujeito se coloca contra um poder que busca a lucratividade a qualquer custo, estabelecendo diálogos com mitos como o do progresso e desenvolvimento, dialogando, assim, com o Relatório de Brundtland, o qual enfatiza a necessidade de se promover a sustentabilidade a partir de bases econômicas.

O enunciador elenca uma série de fatores, de caráter mais social que ecológico. Esse enunciador se erige como um porta-voz da sociedade, assumindo uma posição de adversário de um poder que visa ao lucro, sem preocupações com a sustentabilidade social. A Carta do PV constrói uma visão de sustentabilidade a ser adquirida, principalmente, por meio de práticas socioculturais.

Neste item da Carta Verde da Terra são anunciados princípios que visam à geração de uma sociedade sustentável, a partir da reorganização de aspectos sociais e políticos.

Sustentabilidade

Reconhecemos o espaço limitado para a expansão material da sociedade humana dentro da biosfera, e a necessidade de manter a biodiversidade com o uso sustentável dos recursos renováveis e a responsabilidade do uso dos recursos não renováveis.

Nós acreditamos que só com a sustentabilidade poderemos prover as necessidades da atual e futuras gerações com os recursos finitos do planeta. O crescimento do consumo global, da população e da desigualdade material dever ser revertido e repensado.

Reconhecemos que sustentabilidade não será possível enquanto existir pobreza.

Isso requer assegurar que os ricos limitem o seu consumo a fim de permitir aos pobres sua parte justa dos recursos da terra.

Redefinir o conceito de riqueza focalizando qualidade de vida e não capacidade de consumo, a criação de uma economia global com o objetivo de satisfazer às necessidades de todos e não a ambição de alguns.

Que permita a todo ser humano encontrar suas reais necessidades, sem colocar em risco a oportunidade das futuras gerações encontrar as suas.

Eliminar as causas do crescimento da população, garantindo segurança econômica e fornecendo acesso à educação e saúde básicas para todos, dando a homens e mulheres ampla possibilidade de controle sobre sua fertilidade.

Redefinir os papéis e responsabilidades das corporações transnacionais para apoiarem os princípios de desenvolvimento sustentado.

Implementar mecanismos que taxem e regulamentem fluxos financeiros especulativos

Garantir que o preço de mercado de bens e serviços incorporem integralmente o custo ambiental de produção e consumo.

Garantir fontes de energia mais eficientes e desenvolvimento e uso de tecnologia ambientalmente sustentáveis.

Incentivar a criação de comunidades auto sustentáveis;

Reconhecer o papel chave da cultura jovem e incentivar uma sustentabilidade ética com essa cultura

Fonte: Global Greens, 2001.

Quadro 3 – Princípios Carta Verde da Terra

O documento associa a não sustentabilidade ao poder público. Ele sugere práticas gerais como a integridade “dos ecossistemas da terra, com interesse especial para a biodiversidade e os processos naturais que sustentam a vida”; busca “harmonizar a liberdade com responsabilidade”; e integração da “diversidade com unidade”.

Esse texto dialoga com o Relatório de Brundtland, na medida em que propõe a integralização entre a vida individual e social. Politicamente alia-se aos princípios da democracia participativa, priorizando preceitos de equidade social, não acreditando, entretanto, na capacidade do mercado como gerador de recursos.

Esses documentos materializam a polêmica e polissêmica noção de desenvolvimento sustentável, a qual lança um grande desafio para a humanidade – o de fazer com que suas proposições teóricas sejam transformadas em ferramentas realmente eficazes no sentido de disciplinar intervenções de ordem pública e privada em direção à sustentabilidade.

Nesse âmbito, tornam-se evidentes as contradições e ambivalências entre os discursos e as práticas que se apresentam como sustentáveis. São diversas as dificuldades com relação a esse conceito que vão da falta de consenso à impossibilidade de aplicação no modelo econômico vigente. O surgimento da discursividade sobre sustentabilidade – referente

ao significativo *sustentável* – denuncia uma paisagem repleta de opostos, de desequilíbrio entre o modelo de produção e o ambiente natural. Entretanto, propagar a temática ambiental e a sustentabilidade – que antes era exclusividade de ecologistas – foi uma prática incorporada pela sociedade e passou a fazer parte também das estratégias empresariais e do poder público que relacionam sua marca ou sua gestão ao assunto. Afinal, basta dizer que o empreendimento ou a gestão são regulados por princípios da sustentabilidade para receber a chancela ou simpatia da sociedade. Assim, empresas de todos os setores da economia (de empreendimentos bancários a empresas de cosméticos) procuram vincular sua marca à sustentabilidade e, desta forma, agregar valor a seus produtos, ou transformar a sustentabilidade em produto. Basta retomarmos a propaganda das sacolas de plástico, analisada no capítulo anterior, para verificarmos as várias marcas que se inscrevem naquele espaço com esse propósito.

Há também a disseminação de uma proposta que se apoia em um novo paradigma – estabelecer um estilo de vida embasado no consumo responsável, na reciclagem, na diminuição do consumo de energia. Entretanto, parece-nos que há muito mais uma teorização do que práticas efetivas, uma vez que prevalece o modelo global de produção capitalista que compromete a legitimidade da proposta.

2.4 Turismo e natureza: é possível um equilíbrio?

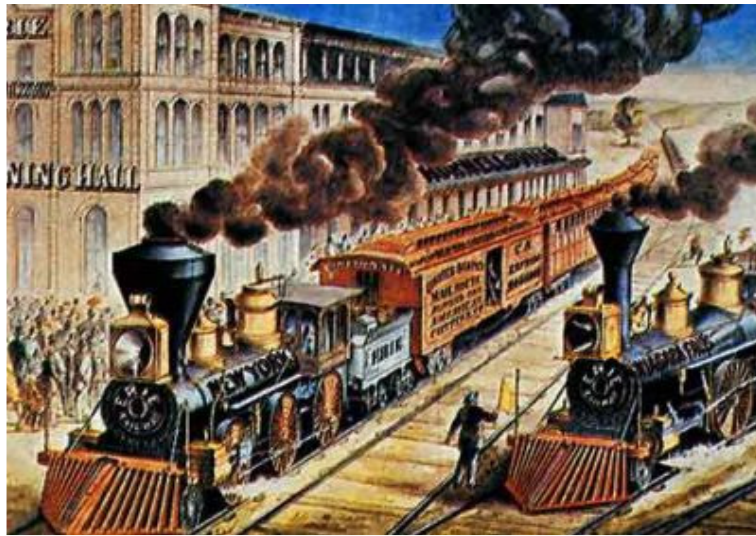
A temática sociedade/natureza, associada à questão da sustentabilidade e suas interações, tornou-se hegemônica na civilização ocidental. É indubitavelmente uma das mais presentes em discussões nos vários setores da sociedade. Na academia, os mais diversos campos de saber se ocupam do assunto: a Geografia, a Biologia, a Antropologia, a Economia, o Turismo (enfoque deste estudo), dentre outras áreas. Assim, nesta etapa do trabalho é nosso interesse investigar que condições possibilitaram as discussões acerca da relação estabelecida entre turismo e meio ambiente. Antes, porém, é oportuno lembrar que não existe consenso a respeito da expressão “meio ambiente” nem mesmo entre a comunidade científica. Para a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, meio ambiente significa “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” – (Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 – artigo 3º, I). Para Rocco (2002), na atualidade, não há mais que se estabelecer debates quanto ao significado do termo meio ambiente. O autor ambientalista assevera que a preocupação deve pautar-se no fato de que a referência a meio ambiente não está restrita a natureza e ao ser humano. Nesse sentido,

pode-se dividi-lo em **meio ambiente natural** para fazer alusão ao entendimento tradicional já incorporado popularmente, isto é, às questões relacionadas à natureza e ao **meio ambiente construído** para tratar de bens, obras e acervos de valor paisagístico, histórico, artístico, turístico, religioso, arqueológico, etnográfico e cultural, os monumentos, o mobiliário urbano e as estruturas de edificações protegidas por lei.

O autor Casasola (2003) distingue três subconjuntos para o meio ambiente, o *ambiente transformado*, representado pelos espaços criados ou que sofreram grandes modificações antrópicas; o *ambiente sociocultural*, que expressa as bases em que estão assentadas as relações sociais, culturais, as instituições, crenças, valores e sistemas de vida; e o *ambiente natural*, para referir-se ao conjunto de ecossistemas naturais e ao patrimônio natural. Para efeito desta tese adotaremos a orientação do autor e utilizaremos o termo ambiente natural para falarmos sobre patrimônio natural. Ruschmann (1997) apresenta um estudo desenvolvido na França em que destaca quatro fases no relacionamento do turismo com o meio ambiente natural. A primeira fase, segundo a autora, data do século XVIII e tem como características a descoberta da natureza para fins turísticos. Cabe lembrar que, historicamente, esse é o momento em que parte da Europa começa a vivenciar a Revolução Industrial; a busca pela natureza representa o encontro com ambientes livres da industrialização. Na Literatura, emerge o Romantismo dos sentimentos enaltecidos, em que o desejo de viajar em busca do contato com áreas naturais denotava paz e fonte de inspiração. Este encontro simbolizava também a beleza, a emoção e, não raro, um lugar de fuga.

A segunda fase apontada por Ruschmann (1997) ocorre entre o século XIX e início do século XX e está relacionada a um turismo com características elitistas, voltado para um público que foi sendo constituído principalmente na Europa e nos Estados Unidos, e dispunha de tempo e recursos financeiros. Nessa fase, a autora declara que não havia nenhuma preocupação com o ambiente natural; era uma fase que objetivava a domesticação da natureza. O desejo de viajar foi sendo socialmente reforçado por escritores e pela imprensa da época que motivavam deslocamentos para conhecer outras realidades humanas e locais distantes do próprio entorno. Guias, publicações de narrativas sobre viagens e lugares, ilustradas com fotografias, passaram a ser produzidas pela imprensa tipográfica (já se tem aqui uma grande contribuição da mídia no processo de transformar o turismo em uma atividade necessária).

A Revolução Industrial representou fator central nesse processo, possibilitando viagens mais rápidas por meio de inovações como a máquina a vapor e as ferrovias que uniam países, diminuía distâncias e favoreciam o enriquecimento de novos grupos sociais.



Fonte: retiradas do site www.google.com.br.

Figura 2 - Revolução Industrial - imagens

A primeira Revolução Industrial foi responsável por proporcionar expansão econômica e produtiva. Teve como centro difusor a Inglaterra, país que tinha a sua economia calcada na produção de tecidos manufatureiros de algodão e lã. Sua produção em escala era distribuída para outros países através das novas ferrovias e dos navios a vapor. As ferrovias representavam para além das inovações tecnológicas advindas com a Revolução Industrial; elas eram símbolo do poder, da velocidade e da expansão espacial de uma nova era; representavam a transposição de barreiras físicas até então intransponíveis pelo homem; diminuía distâncias, uniam países. Segundo Hobsbawm (2000), a estrada de ferro era o próprio triunfo do homem pela tecnologia.

Por todos esses fatores, a Revolução Industrial significou uma mudança nos paradigmas econômicos, impulsionando o mundo para a tecnologia, para a industrialização, para a expansão de mercados e a diminuição do tempo e do espaço. Nada mais impediu o crescimento da industrialização e o desenvolvimento tecnológico, nada mais deteve a ambição dos homens de negócios.

O momento seguinte à expansão industrial foi a segunda Revolução Industrial, também conhecida como revolução científico-tecnológica, ocorrida em meados do século XIX. De acordo com Sevckenko (1998, p. 558) apesar de ser comum caracterizá-la como “segundo momento da industrialização”, essa revolução é muito mais complexa e ampla do que um simples desdobramento da primeira. Nessa fase, houve uma maior evolução da economia mecanizada graças às descobertas científicas, o que possibilitou o desenvolvimento de outros potenciais energéticos, como a eletricidade e o petróleo.

A partir dessa época, surgiram os mais diversos produtos e serviços, que invadiram rapidamente o cotidiano das pessoas, sobretudo nos grandes centros urbanos. Como resultado desse desenvolvimento científico-tecnológico apareceram os automóveis, os aviões e os transatlânticos, os meios de comunicação – como o telégrafo, o telefone, o cinema e a televisão – a iluminação elétrica e, em decorrência, os eletrodomésticos, remédios e uma variedade de produtos industrializados, como o sorvete, o papel higiênico, o sabão em pó, os enlatados.

Todo esse desenvolvimento científico-tecnológico favoreceu sobremaneira a expansão da atividade turística que, assim como outras atividades fruto da Revolução Industrial, adotou um modelo de produção predatório, que deu origem a problemas críticos de poluição e desequilíbrio ambiental.

Ocorrida a partir dos anos 1950, a terceira fase identificada pela autora é marcada pelo segmento do turismo de massa e converte-se em uma das atividades econômicas mais importantes do mundo. O turismo de massa corresponde à convergência de um grande número de pessoas viajando, quer em grupo ou individualmente, para o mesmo destino, geralmente no mesmo período (férias, feriados prolongados, inverno, verão) e é moldado, na maioria das vezes, em pacotes turísticos destinados para os mais variados públicos. O anúncio abaixo destaca como é divulgado este tipo de turismo, atualmente, pela internet.

Pacotes para o feriado de Corpus Christi 2010

07/05 - 09:00

Selecionamos 37 opções de pacotes nacionais e internacionais para você escolher e aproveitar o feriadão que começa no dia 3 de junho

Carolina Monterisi, iG São Paulo

Com quatro dias livres, o **feriado de Corpus Christi** é ótima oportunidade para viajar. Difícil mesmo é escolher o destino. Para ajudar, separamos **trinta e sete pacotes** imperdíveis dentro e fora do Brasil.

Para quem gosta de praia, o **Nordeste** está cheio de opções. Os **resorts** com sistema all inclusive são ótimos para as famílias com crianças pequenas, enquanto as charmosas **pousadas** são escolha certa para casais que querem tranquilidade.



Pacotes para Búzios, no Rio, estão em destaque na região sudeste

Em junho, começa a seca no **Pantanal**, o melhor período para visitar a região. O outono também é uma boa época para ir ao **sul do País**, pois as temperaturas já caíram, mas o frio ainda não está intenso. **São Paulo, Minas e Rio** também oferecem alternativas variadas, que agradam até os mais exigentes.



Nova York é uma das ideias para quem quer ir ao exterior

Entre as opções internacionais, destaque para **Miami** e **Nova York**, destinos imperdíveis nos **Estados Unidos**. Na América do Sul, **Chile** e **Uruguai** oferecem bons pacotes, além de **Buenos Aires**, cidade campeã na preferência dos turistas brasileiros.

Se animou? Então confira as opções para o feriado, que vai do dia 3 a 6 de junho:

Destinos nacionais: **Pacotes no Nordeste;** **Pacotes em São Paulo, Rio e Minas;** **Pacotes no Sul e no Pantanal**

Fonte: <http://turismo.ig.com.br/noticia/2010/05/07/pacotes+para+o+feriado+de+corpus+christi+2010+94769+62.html>

Quadro 4 – Anúncio de pacotes turísticos

Segundo Barreto (2001), os destinos que todos querem conhecer são os que compõem os atrativos turísticos do turismo de massa. A autora afirma que um pequeno grupo de 5 pessoas visitando a Disney está praticando turismo de massa, enquanto um grupo formado por 30 pessoas que se propõem a visitar um templo no Tibet está praticando um turismo de minorias, pois a Disney faz parte do desejo de consumo de milhares de pessoas no mundo, enquanto um templo no Tibet desperta interesse de um público infinitamente menor.

No contexto do surgimento do turismo de massa, instala-se uma era cuja proposta era conhecer para consumir sem que houvesse preocupação com o ambiente natural ou com as comunidades receptoras. Para atender às necessidades geradas a partir dos deslocamentos provocados pela atividade foi edificada uma estrutura constituída de acomodação, transportes, entretenimento e diversos outros bens e serviços que, quase sempre sem planejamento ou estudo de impacto ambiental, resultou em um crescimento desordenado e na inexistência de controle de emissão de poluentes, de esgotos e efluentes.

O turismo é uma atividade oriunda do Capitalismo, logo se desenvolveu nos mesmos moldes das demais atividades, isto é, sem levar em conta os impactos ambientais negativos resultantes da mesma; seu objetivo maior era o consumo a qualquer custo, ganhar dinheiro vendendo paisagens, bens culturais e espaços construídos para esse fim. Esta é considerada a mais devastadora de todas as fases, pois, a dominação do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras é desmedida.

Concomitante a esse processo, emergem os debates sobre a temática ambiental, a degradação e o esgotamento do planeta. Conferências, convenções e fóruns começaram a apresentar propostas para um desenvolvimento mais preocupado com as questões ambientais, pois os estudos apontavam o agravamento da situação do planeta oriundos do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade (Clube de Roma, Conferência de Estocolmo).

Essas discussões alcançaram os diversos setores da sociedade, inclusive o Turismo. Dias (2003) enfatiza que estudos realizados nos países desenvolvidos chamavam a atenção para os problemas ambientais advindos com a atividade turística e a ideia de que o turismo era uma “indústria sem chaminés” começou a ser desconstruída. Assim, durante a década de 1980 surge na Europa a quarta fase de relacionamento do turismo com a natureza (RUSCHMANN, 1997). Essa fase apresenta um discurso eivado de críticas à prática do turismo de massa, agora entendido como predatório. Traz como proposta central a responsabilidade socioambiental e defende a ideia de minimizar os impactos ambientais negativos sobre os atrativos turísticos visitados.

Alguns autores, a exemplo de Dias (2003), denominam o turismo com essas características de “turismo alternativo”, entretanto a grande maioria dos estudiosos da área a denomina de “turismo sustentável”. Esse modelo defende o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a conservação desse ambiente. O turismo sustentável não é apenas um segmento/tipologia do turismo – a exemplo do turismo de aventura, turismo rural, ecoturismo, turismo de negócios, – mas, sim, uma prática cuja proposta é perpassar todos os tipos e/ou segmentos do turismo, sempre atenta às questões voltadas para a proteção do patrimônio natural ao mesmo tempo em que visa o equilíbrio entre o aspecto social e o econômico.

Nesse sentido, a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) aponta o turismo como sendo uma opção de prática econômica sustentável e define turismo sustentável como “aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Parece-nos, contudo, que o cerne do turismo sustentável não está apenas em suas proposições de conservação do ambiente natural, mas, de maneira subjacente, este parece tirar proveito das movimentações ambientalistas que vêm ocorrendo nas últimas décadas, aliando-se ao fato de que o turismo tem-se apresentado como uma alternativa viável de rendimentos

para os países. O discurso oficial, no entanto, costuma enaltecer a atividade turística como aquela capaz de resolver muitos problemas socioambientais, conforme aponta o texto a seguir.

O PAPEL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“geração de emprego e renda. Em áreas naturais, as oportunidades que o turismo oferece podem ajudar a diminuir a pressão sobre o uso não sustentável e, às vezes, ilícito dos recursos naturais, o que ameaça a integridade das Unidades de Conservação (UCs) do país. O turismo produz impactos em diversos segmentos da economia, empregando em sua cadeia desde mão-de-obra mais qualificada, em áreas que se utilizam de alta tecnologia (como transportes e comunicação), até a de menor qualificação, tanto no mercado formal quanto no informal. São várias as oportunidades de ganho para as comunidades que vivem no entorno das UCs. Como exemplo, pode-se citar a confecção e a venda de artesanato, o fornecimento de alimentos para hotéis e restaurantes por meio da agricultura familiar, a venda direta de produtos da terra ou doces feitos de forma artesanal, a disponibilização de animais de montaria para o turismo eqüestre ou turismo rural, entre outros; 11/10/2007 20:32:30 .

Fonte: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Regionalização.

Quadro 5 - Ministério do Turismo – o papel da atividade para o desenvolvimento sustentável

O turismo sustentável traz na sua base um estreitamento com as proposições do desenvolvimento sustentável, pois em meio à situação de degradação ambiental, em que o planeta se apresenta, o turismo sustentável seria uma forma responsável de pensar e praticar a atividade, sobretudo quando esta ocorre em áreas naturais protegidas como as Unidades de Conservação, normalmente detentoras de grande diversidade biológica e belezas cênicas e, quase sempre, constituem-se em grandes atrativos turísticos.

2.5 A criação de Áreas Naturais Protegidas

A forma de o homem pensar a natureza sofreu profundas modificações com o passar dos séculos. Durante muito tempo a natureza foi interpretada como a origem de tudo que existe no universo e, nesse sentido, ocupava um grau de importância maior que o homem. Por sua capacidade criadora e de regeneração, a natureza era concebida por muitos povos como a grande-mãe. À medida que o homem foi ampliando o seu domínio, aumentando o poder de exploração de suas riquezas, essa ideia foi sendo aos poucos abandonada e substituída por outra: a de que a natureza deveria ser subjugada, dominada e colocada à disposição do homem para dela fazer o uso que melhor lhe convier.

Conforme enfatizado em outro momento, o Iluminismo trouxe a razão para guiar os conhecimentos e ações humanas. A razão passou a ser entendida como a maneira legítima para compreensão da natureza e da sociedade em substituição às crenças. Nessa perspectiva, conhecer e dominar a natureza passaram a configurar questões básicas da liberdade humana.

A respeito da ética ambientalista, Diegues (2004) assevera que publicações de autores no final do século XVIII sobre o uso ilimitado dos recursos naturais pelo homem influenciaram decisivamente na relação homem/natureza e, conseqüentemente, nas bases do ambientalismo que emergiu no início do século XIX como assunto de discussão entre intelectuais da Europa e dos Estados Unidos.

Diferentes correntes tentam explicar a relação homem/natureza, dentre as quais destacamos a *antropocêntrica*, cuja proposta pautava-se no desenvolvimento aliado à manutenção dos recursos naturais, em que o homem era detentor da posse da natureza e, portanto, tinha todo o direito sobre ela. Na visão antropocêntrica, a natureza deve estar à disposição do homem, conforme aponta Berman (2007), a partir da obra de Goethe, na terceira metamorfose de Fausto. Há o entendimento de que não existem limites para o uso dos recursos e para a transformação dos ambientes naturais, desde que seja para servir aos interesses humanos, não existiriam, portanto, fronteiras impostas à ação do homem diante da natureza. Os recursos naturais eram tidos como inesgotáveis e podiam ser utilizados sem limite.

Diegues (2004) postula o conceito de *mito moderno* para fazer alusão às representações existentes entre setores importantes do conservacionismo ambiental na atualidade que defendem uma concepção *biocêntrica* entre homem/natureza. Essa concepção entende o homem como sendo parte da natureza, isto é, o ser humano é apenas mais um ser vivo inserido no meio ambiente e, sendo assim, deve viver nela como outro ser qualquer, não lhe cabendo o direito de domínio sobre a mesma. Para o autor, esse mito tem suas raízes na religião e está associado à concepção de paraíso perdido. Essa concepção veio à tona em meados do século XIX, quando da criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, primeira área natural protegida por lei no mundo, a qual trazia no seu contexto a concepção ideológica do naturalismo. Essa ideologia pregava que a única forma de proteger áreas naturais em seu estado primitivo seria afastá-la do domínio do homem. Nessa perspectiva, a relação homem/natureza passa a ser entendida como algo antagônico.

Entretanto, além da preocupação em preservar sistemas naturais à medida que o modelo de desenvolvimento vigente apresentava seus efeitos negativos mais graves, destacam-se também os valores estéticos, já que essas áreas, geralmente detentoras de grandes belezas naturais, estariam representando pedaços do paraíso na terra e o homem poderia visitá-las a fim de recompor suas energias, de meditar, de entreter-se. Diegues (2004) afirma que parece haver a reprodução do mito do paraíso perdido, do lugar desejado pelo homem após sua expulsão do Éden. Essa perspectiva é muito utilizada pelo turismo para divulgar

essas áreas enquanto atrativos naturais. Esse recurso é constantemente mobilizado em textos que circulam na internet, como este do site oficial do governo do Maranhão, que apresenta o Parque dos Lençóis:

QUARTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2008
UM PARAÍSO NO MEIO DO NADA!!! LENÇÓIS MARANHENSES!!!
 Responsável pela preservação de um ecossistema único de dunas, mangues e restingas, o Parque Nacional dos Lençóis está dividido pela embocadura do rio Piriá, onde ocorre a transição de duas áreas distintas: a oeste predominam as rias e, a leste, as formações arenosas que formam os chamados Lençóis do litoral maranhense (...).

Fonte: <http://ddmpaisagensbrasileiras.blogspot.com/2008/06/um-paraíso-no-meio-do-nada-le.html>

Quadro 6 – Texto sobre o Parque dos Lençóis Maranhense

O enunciador apresenta a área do Parque sempre sob a perspectiva da exuberância, em que a natureza é um produto a ser consumido pelas qualidades excepcionais. Ainda de acordo com Diegues (2004), essa forma de conservação – que ele chama de “moderna” – bem como sua ideologia, disseminou-se pelo mundo e consolidou-se como motivo para a criação de áreas naturais protegidas ao redor do planeta. A partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, países como o Canadá (1885), a Nova Zelândia (1894), a Austrália (1879) e a África do Sul (1898) também criaram os seus modelos. A Argentina foi o primeiro país na América do Sul a criar um parque nacional: o Parque Nacional Nahuel Huapi, em 1903. O Brasil, seguindo o modelo norte-americano, aderiu a essa prática, e, em 1937, criou o Parque Nacional de Itatiaia. Dessa época aos dias atuais, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2010), foram criados cerca de 64 Parques Nacionais no Brasil.

No cenário mundial, dentro da concepção ideológica do Naturalismo, foram criadas centenas de áreas naturais protegidas agora incorporando à proteção de belezas cênicas novas propostas dentre as quais estão a preservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos. Assim, essas Unidades de Conservação (UCs) passaram a representar também laboratórios para desenvolver atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental. Ao diversificarem os objetivos de sua criação, houve a necessidade de criar políticas norteadoras e de se estabelecerem procedimentos para melhor gestão dessas unidades.

Nesse sentido, muitos foram os eventos destinados à discussão do assunto, com destaque para o Congresso realizado, em 1948, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Durante esse evento foi fundada a União

Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), que mais tarde passou a designar-se União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), tornando-se uma das principais organizações ambientais do mundo. Atualmente, com a missão de influenciar, encorajar e assistir as sociedades na conservação da natureza, aglomera dezenas de nações, centenas de agências governamentais e de organizações não governamentais engajadas na causa da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

O maior interesse e o envolvimento dos vários setores da sociedade com as questões ecológicas e a qualidade de vida humana influenciaram de maneira decisiva na diversificação das categorias de unidades de conservação. Envolvidos por essa discussão sobre a preocupação ambiental e o reconhecimento de que a salvaguarda do meio ambiente é necessária, várias áreas naturais protegidas foram instituídas no Brasil e no mundo. Além do mais, a criação desses espaços representa, na atualidade, uma das principais formas de intervenção encontradas pelos governos – municipal, estadual e federal – para reduzir o processo de degradação ambiental. Entretanto, não basta apenas criar unidades de conservação, é preciso dar a elas condições de garantir a conservação, pois muitas carecem ainda de condições mínimas e encontram-se abandonadas ou delimitadas apenas no papel. É o caso do Parque Nacional do Pau Brasil, localizado no estado da Bahia, criado em 1999 para as comemorações dos 500 anos do Brasil e que, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2010), até hoje não teve sua situação fundiária regularizada além de não possuir Plano de Manejo.

Distinguidas em níveis e finalidades e adequadas às mais diversificadas características naturais, as unidades de conservação possuem limites estabelecidos e são administradas pelo poder público ou pela iniciativa privada. Para instituição das mesmas alguns critérios precisam ser considerados e dentre eles a relevância de suas características naturais, a manutenção da diversidade biológica, a proteção de espécies de fauna e de flora ameaçadas de extinção podem ser destacados. Essas áreas nascem com a responsabilidade de promover a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A grande maioria das unidades de conservação é administrada pelo poder público em suas diferentes esferas. Exceção é a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), criada por interesse do proprietário, mas legalmente instituída como unidade de conservação e reconhecida por lei. Não há nenhum tipo de exigência no que concerne ao tamanho mínimo da área, entretanto é fundamental que esta seja considerada relevante quanto a sua biodiversidade e seu aspecto paisagístico.

Diante da multiplicidade de UCs, e considerando-se a necessidade de estabelecer critérios e normas para a criação e gestão das unidades de conservação no Brasil, em 1992 foi enviada ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.892 com propostas para a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Contudo, só em 18 de julho de 2000, foi sancionada a Lei nº 9.985, instituindo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), pela qual unidade de conservação é assim definida:

Superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros meios eficazes [Lei 9985, art 2º parágrafo I] (COSTA, 2002, p.137).

De acordo com essa lei, no SNUC estão instituídas as diretrizes e normas que deverão nortear as ações a serem desenvolvidas em unidades de conservação. Além destas, estão contemplados também os principais objetivos do SNUC, dentre os quais elencamos alguns:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- [...]
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica [Lei 9985/2000] (COSTA, 2002, p. 140).

Por suas características específicas, as unidades de conservação foram divididas em dois grandes grupos:

- a) Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é preservar a natureza, mantendo os ecossistemas livres de alterações causadas pela ação humana. De acordo com o SNUC, só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei;
- b) Unidades de Uso Sustentável, estando inseridas neste grupo as unidades de conservação que têm como objetivo básico a utilização da natureza de maneira compatível com a sustentabilidade, sem colocar em risco sua dinâmica natural, a fim de garantir a perenidade de parcela dos recursos naturais.

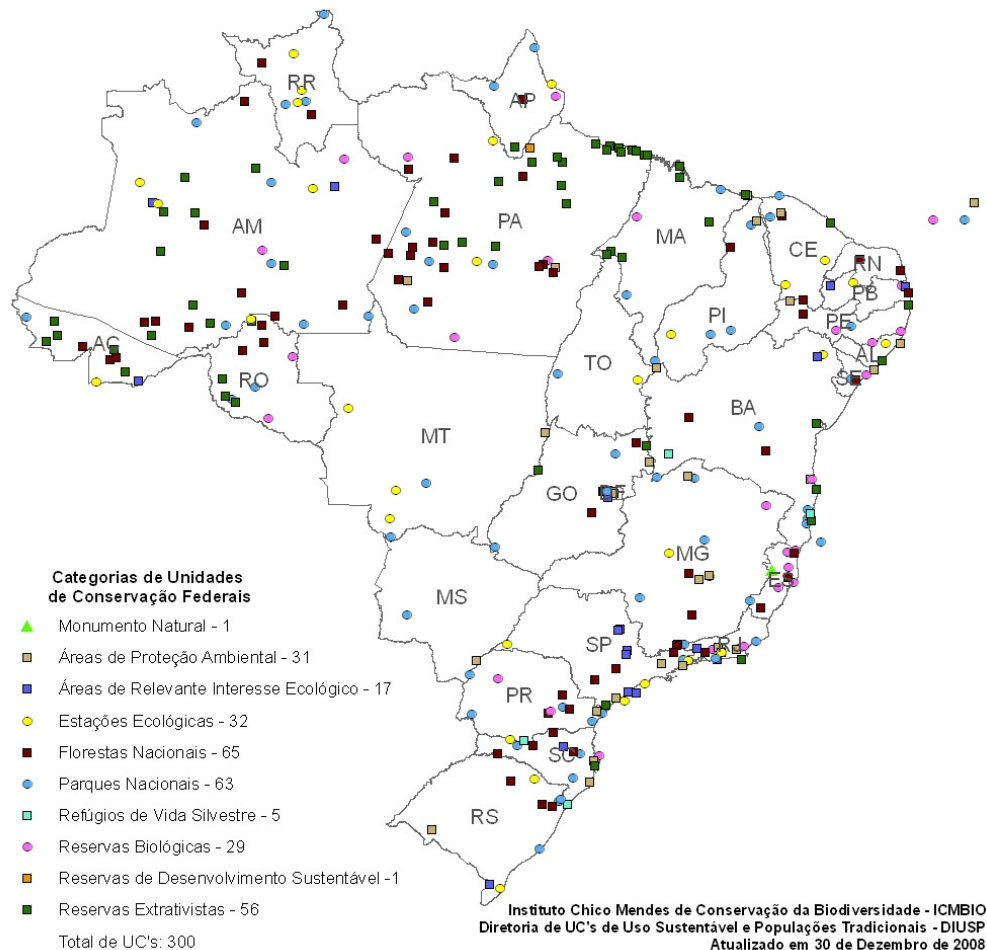
De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), em seu capítulo III, esses dois grupos abrigam distintas categorias de Unidades de Conservação, conforme quadro a seguir:

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Brasil, 2000.

Quadro 7 - Distinção das categorias de Unidades de Conservação

Tais unidades de conservação evidenciam o controle do homem sobre a natureza. As categorias “estação”, “reserva”, “monumento natural” etc. denunciam que a natureza está completamente dominada, ou “socializada”, como esses dados revelam, pois é cada vez mais intensa a intervenção do homem sobre ela.



Fonte: ICMBIO/DIUSP, 2008.

Figura 3 - Categorias de Unidades de Conservação Federais

O turismo vislumbrou nessas áreas, as unidades de conservação, lugar ideal para propagar e desenvolver os ideais do turismo sustentável, sobretudo através do segmento do ecoturismo que, integrado à noção de sustentabilidade, tem sido apontado como o segmento mais adequado para uma relação de equilíbrio entre a atividade turística e os ambientes naturais, objetivando a conservação. De acordo com as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, este significa:

um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2008, p. 16).

Essa atividade tem sido interpretada como instrumento de preservação e de promoção da sustentabilidade ao mesmo tempo em que possibilita o encontro de turistas com ambientes naturais preservados.

Dentre as unidades de conservação elencadas, é de nosso interesse destacar a categoria Parque Nacional, dentro da qual investigaremos o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, representado na cartografia abaixo:

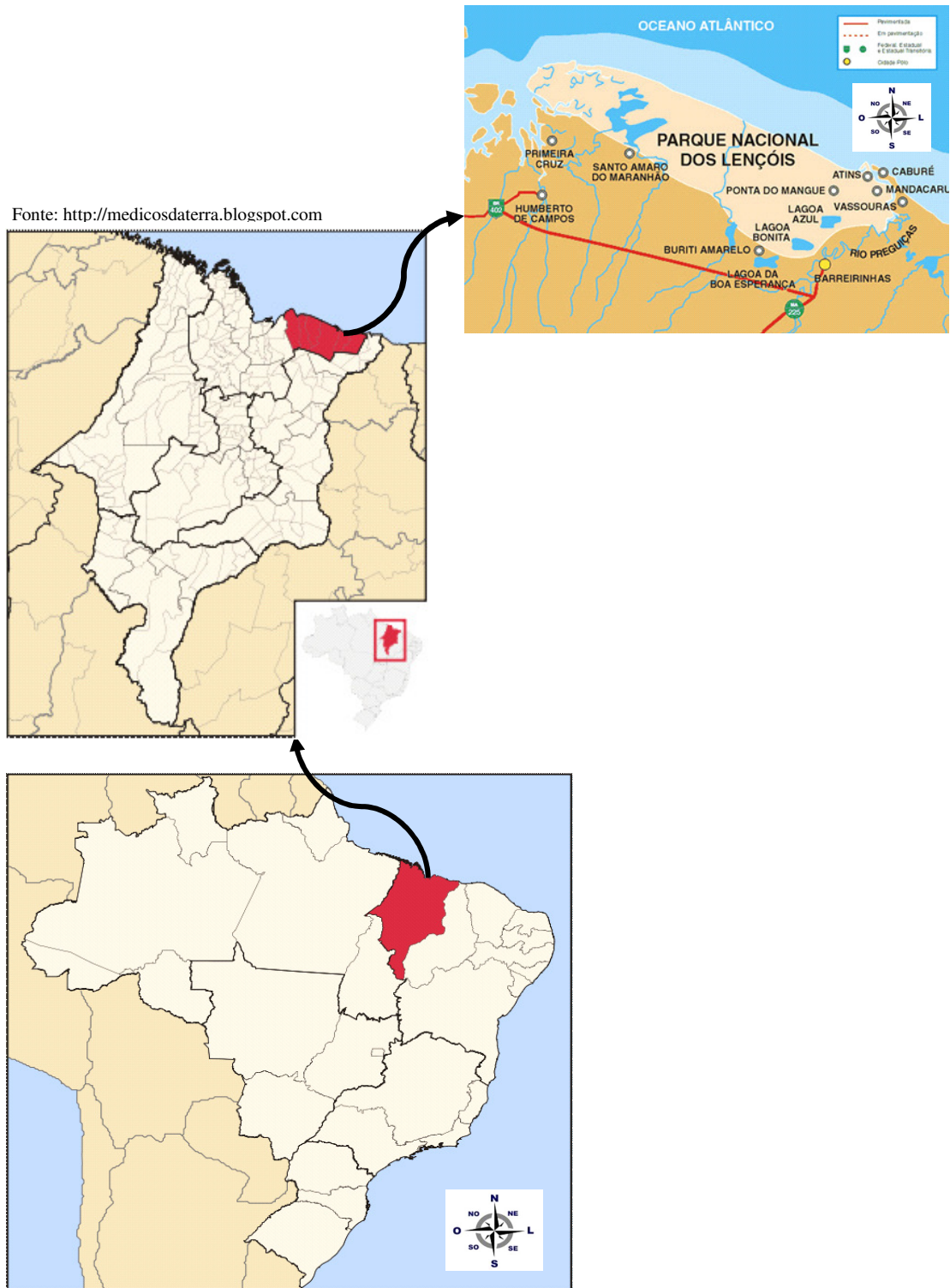


Figura 4 – Cartografia do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

No capítulo seguinte, discutiremos, à luz dos postulados de Foucault, como se deu a emergência discursiva do local, sua explosão no meio midiático e de que forma a sustentabilidade passa a ser representada nos dizeres sobre o Parque.

CAPÍTULO III

ENTRE A NATUREZA E AS PRÁTICAS DE TURISMO: dispersão e regularidade

Analisar o discurso é fazer aparecer e reaparecer as contradições; é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma aparência fulgida.

(FOUCAULT, 1986).

Neste capítulo, avaliamos inicialmente as discursividades que construíram o Parque dos Lençóis. O princípio norteador da escolha segue o conceito de discurso, de Michel Foucault, para o qual interessa buscar o discurso na superfície das coisas ditas efetivamente. Interessa-nos, nesta seção, verificar, também, como distintos dizeres discursivizam a noção de sustentabilidade no Parque dos Lençóis, avaliando, nessa trama, as relações de poder-saber, na medida em que essas materialidades são frutos de uma produção histórica e política. Buscamos regularidades (formações discursivas que falam nesses espaços, os interdiscursos mobilizados, os sujeitos postos em cena) que se articulam na dispersão dos discursos que instauram essa noção de sustentabilidade.

3.1 Dispersão e regularidade

Como afirmado anteriormente, a análise do discurso proposta por Foucault (1999a) verifica os enunciados em sua forma de existir, por meio da descrição das práticas sociais, em sua descontinuidade histórica, mergulhadas em relações de poder, produzidas pelo discurso e, ao mesmo tempo, produtoras de discurso e de saberes.

Em *Arqueologia do Saber*, o autor propõe uma inquirição que não procura encontrar princípios de unidade nos discursos, que pudessem associar um discurso a outro, mas analisá-lo como fragmentos. Essa descrição busca perceber as regras que formam os discursos, pois “o discurso apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria” (FISHER, 2001, p. 200).

Embora Foucault (1999a) compreenda o discurso como dispersão, isso não o impede de analisá-lo em sua constituição. Diante disso, o autor aponta nessa obra quatro elementos que possibilitam compreender a dispersão do discurso: a) objetos, b) modalidade de enunciação; c) estratégias; d) função sujeito, que precisam ser analisados não como elementos dados, mas como resultantes de condições de possibilidade. Esses níveis são “regulados por

regras que os constituem, determinando regularidades e características ao discurso, as quais Foucault chama de formação discursiva” (MACHADO, 1981, p.163). Nela se situam o discurso, o sujeito e o sentido.

Desse modo, para verificarmos como a sustentabilidade é discursivizada em distintos dizeres sobre o Parque dos Lençóis, cabe avaliarmos as regras que orientam essas enunciações: quem fala; sob que perspectivas; quem define o que é a sustentabilidade, como se constitui o sistema de formação das diferentes estratégias que individualizam esse discurso, os entrelaçamentos que ocorrem entre discursos de distintos campos (MACHADO, 1981).

O discurso é caracterizado por Foucault como um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. Ao definir o conceito de formação discursiva como “um feixe de relações que funcionam como regra” (FOUCAULT, 2000, p. 82), um princípio de dispersão e repartição dos enunciados segundo o qual se reconhece o que pode e o que deve ser dito, em certas condições sociohistóricas, Foucault (2000) delinea aspectos cruciais para a compreensão da constituição do saber. Ao delimitar esses conceitos, o autor aponta como um discurso se constitui dentro de certas condições de possibilidade.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1999a) vislumbra o discurso dentro de uma trama de relações de poderes. Para ele, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1999a, p. 10). Enquanto poder, o discurso não só manifesta as lutas, mas é aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos tomar posse. Desse modo, para Foucault, é preciso considerar o discurso nas suas condições de possibilidade, considerá-lo circunscrito por procedimentos de controle e delimitação, que se apresentam tanto de modo externo (como exclusão), como de modo interno (como classificação, ordenação e distribuição).

O autor alerta para o fato de que nossa sociedade, mesmo venerando o discurso, tem por ele temor, por isso construiu mecanismos que garantem o seu controle. O filósofo classifica em três grupos as formas de controle dos discursos, cujos efeitos são a *exclusão*, a *sujeição* e a *rarefação*. A vontade de verdade está inscrita no primeiro grupo, ao lado da interdição e da segregação. A interdição retrata a ligação do discurso com o desejo e o poder, instaura o princípio de que “não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode dizer tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999a, p.9). A segregação é o modo pelo qual uma sociedade instaura fissuras entre o que é normal ou patológico, certo ou errado. Subjacente a esses dois procedimentos está a vontade de verdade, elemento constitutivo de todo discurso. Essa “vontade de verdade” tem a função de

qualificar algo como verdadeiro. Vontade que deve ser interrogada, para a compreensão das condições de formação de um discurso e entendimento das razões pelas quais o sujeito luta.

[...] se levantarmos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, 1999a, p. 14).

Nessa dimensão, é preciso atentar para a oposição entre o verdadeiro e o falso que cerceia os discursos:

[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; [...] Ora, eis que um século mais tarde, a verdade já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência (FOUCAULT, 1999a, p.15).

A partir dos discursos, Foucault avalia como em cada época a “vontade de verdade” se apresenta de maneira distinta e exerce uma pressão sobre outros discursos, “[...] como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1999a, p. 18).

Os *procedimentos internos* de controle do discurso são assim denominados por Foucault, porque nesse caso os discursos exercem sobre si próprios seu controle. São eles o comentário, o autor e a disciplina.

Os comentários, ao mesmo tempo em que constroem novos discursos, permitem dizer “o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (FOUCAULT, 1999a, p. 25). No tocante ao autor, Foucault o entende como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significação, como foco de coerência. “Mas isto não impede que ele tenha existido, esse autor real, esse homem que irrompe em meio a todas as palavras usadas, trazendo nelas seu gênio ou sua desordem” (FOUCAULT, 1999a, p. 28). Trata-se de um limite instaurado pelo efeito de individualidade, de uma função discursiva. Segundo Gregolin (2004), a presença ou ausência da indicação do autor liga-se ao gênero do discurso, já que um nome de autoria caracteriza um certo modo de ser do discurso, indica que ele não é cotidiano, indiferente, flutuante e passageiro, mas que o discurso deve ser recebido de um certo modo e que, em certa cultura, deve receber certo estatuto.

As *disciplinas* configuram o terceiro *procedimento interno* de controle do discurso. Elas são “um princípio de controle de produção dos discursos” (FOUCAULT,

1999a, p. 36). Uma disciplina se define por um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, técnicas e instrumentos.

Ao descrever esses procedimentos, Foucault alerta-nos para o fato de que “[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 1999a, p. 35).

Em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2005), o autor também analisa a relação entre o discurso e o poder, concluindo que o poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Para ele, ninguém tem o controle do poder, ninguém é seu titular, pois existindo poder, ele se exercerá (FOUCAULT, 2005, p. 75). Propõe que o trabalho do analista deve ser investigar as regras que as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade; verificar como, em uma sociedade, um tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de “efeitos tão poderosos” (FOUCAULT, 2005, p. 179).

Averiguando a relação entre discurso e poder, Foucault (2005, p. 179-180) afirma que não só em uma sociedade como a nossa, mas em qualquer sociedade, “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social”. As relações de poder não podem se separar, “se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”. Só há possibilidade de exercício do poder se houver uma economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir de um poder-saber (FOUCAULT, 2005). O método genealógico busca retratar as condições de possibilidade do discurso. Como em todo discurso se manifesta um saber, nesse método é buscada a relação do saber com o poder.

Convém pontuar que o poder exercido pelo saber não é violento ou repressor. Se assim fosse, as pessoas, de um modo ou de outro, procurariam meios de resistência, mas de modo diferente, o saber age como agregador, pois as pessoas que participam de um mesmo saber o fazem porque este é capaz de persuadi-lo. “O poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2005, p. 148). O saber é instituído como verdadeiro e é aceito porque algo aparece como verdadeiro num discurso, pois obedece a regras que possibilitam seu aparecimento em saberes de determinada época.

No método genealógico, Foucault (1988) constata que há uma relação de dependência entre o poder e o discurso. A relação entre discurso e poder é acima de tudo uma relação produtiva. À medida que o poder se manifesta pelo discurso, ele [o discurso] gera mais poder. Foucault não crê em uma origem secreta do discurso. Para ele, não se trata de

fazer dividir em pares – o que se diz e o que não se diz; deve-se, sim, buscar identificar como se ordenam as maneiras de não dizer, como se distribuem “os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros” (FOUCAULT, 1988, p. 30).

Analisar o discurso, portanto, consiste em entender o silêncio de um discurso como manifestação de poderes que atuam nessa instância como acontecimento, empreitada que para Foucault consiste em mostrar forças externas que agem sobre os discursos e validam como verdades o que neles se exprimem. Tomar o discurso como objeto de análise é compreender em que campo de relações entre saber e poder está inserido um sujeito e, também, entender como este faz do seu discurso um dispositivo de poder para convencimento e governo de outras pessoas. Trata-se de verificar normas que determinam o que pode e deve ser pensado e dito. Pelo método genealógico:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legítimos, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 2005, p. 171).

Segundo Foucault (2005, p. 12), em cada sociedade é preciso identificar qual o “regime de verdade” que legitima um discurso como autêntico, que discursos ela aceita e propaga como verdadeiro, que técnicas e métodos podem ser utilizados nesse processo. Enfim, é preciso perceber qual o poder que rege a verdade, pois em todo discurso existe uma vontade de verdade que define não apenas o que pode ser dito e pensado, mas como ser dito e pensado.

Nessa direção, é preciso perceber que poder(es) rege(m) a vontade de verdade em torno do que pode/deve ser dito e pensado sobre a criação do Parque dos Lençóis.

3.2 A emergência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Criado em 1981, O Parque dos Lençóis tornou-se, nas últimas décadas, um dos grandes alvos do turismo, no Maranhão. Entretanto, esse local só despontou turisticamente a partir da década de 90, por meio de uma cadeia de significação formada por discursos que destacavam a necessidade de construção de identidades locais, dentro de uma rede de sentidos que envolvem inúmeras noções, como globalização, identidades, Nordeste, Turismo etc.

Para analisarmos como se deu a emergência do Parque dos Lençóis, do ponto de vista discursivo, é preciso pensarmos nos regimes de produção de enunciados, na produção de

verdades que constitui toda sociedade. Por essa razão, a noção de “regimes de verdade”, proposta por Foucault (1999a) é central para esta discussão. Para esse autor, a verdade está intrinsecamente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem. Toda sociedade tem seu regime de verdade, os tipos de discursos que a aceita e faz funcionar como verdadeiros. Por isso, toda sociedade desenvolve mecanismos que permitem identificar entre sentenças verdadeiras e falsas os meios pelos quais cada regime é admitido; estabelece ainda técnicas e procedimentos para difundirem verdades e determina sujeitos encarregados de dizer o que é verdadeiro em certo momento. Esse princípio articula-se a um outro, o da constituição dos saberes, amplamente discutida na obra *As palavras e as coisas*.

Para o autor, em cada época existe uma ordem que constitui os saberes, uma espécie de condição de possibilidade de aparecimento. Assim, ele define *epistême* como o aparecimento de uma ordem em determinado momento histórico e que os saberes que surgem, manifestos nos discursos, são tomados como verdadeiros. Nesse trabalho, o filósofo avalia a mudança de *epistême* entre a época clássica (séc. XVII até a segunda metade do séc. XVIII) e a época moderna (fim do séc. XVIII até nossos dias). Vislumbra nesse momento, a mudança de uma compreensão da linguagem como representação precisa e direta da natureza “verdadeira” do mundo social e natural para o entendimento de que a linguagem utilizada para entender e explicar o mundo é fruto de um contexto. Essa divisão epistêmica não é, entretanto, uma simples demarcação periódica, ela é definida por critérios delimitados pelo discurso. Foucault busca, então, os discursos para comprovar essa transformação.

O autor propõe que o discurso deve ser tomado dentro de uma perspectiva histórica, buscando sempre as coisas ditas; não interessa, no entanto, o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que independentemente recobrem.

Em *A Arqueologia do Saber* (1969), Foucault delinea o método arqueológico como a descrição das regras que dirigem os discursos e a compreensão de como estes produzem os objetos sobre os quais falam. Nesse texto, o autor busca uma proposta de análise do discurso que rompe com ideias como a de que há uma continuidade no discurso, “[...] que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente” (FOUCAULT, 2000, p. 27).

É nessa direção que vamos pensar a irrupção do Parque dos Lençóis, tentando rastrear alguns acontecimentos que produziram esse lugar. Começamos, pois, pela globalização, processo econômico e social que tem como meta integrar povos e países de todo

o mundo, que leva pessoas, governos e empresas a trocarem experiências comerciais, culturais ou intersubjetivas. Nesse contexto, insurge o conceito de Aldeia Global, a qual se relaciona à criação de uma rede de conexões, que cada vez mais encurtam as distâncias, estabelecendo relações econômicas e culturais de maneira cada vez mais rápida.

Autores como Chesnais (1996) afirmam que a globalização não é um processo recente, sem ascendências históricas. Esse processo teve início nos séculos XV e XVI, com as grandes navegações. Nesse momento, o homem europeu começou a estabelecer contato com habitantes de outros continentes e as relações comerciais e culturais começaram a ser instituídas. A globalização consolidou-se no final do século XX, logo após a queda do socialismo no leste europeu e na União Soviética. Na década de 1970, a liberdade de mercado, advinda com o neoliberalismo, ganhou força e deu grande impulso ao processo de globalização econômica.

As empresas multinacionais que já haviam conquistado seus mercados internos foram em busca de novos mercados consumidores, sobretudo nos países recém saídos do socialismo e países em desenvolvimento. A concorrência por esses novos nichos de mercado levou as empresas a buscar/investir cada vez mais em recursos tecnológicos a fim de melhorar a concorrência dos seus produtos/serviços no mercado, baratear preços e estabelecer contatos comerciais e financeiros de maneira mais rápida e eficiente. É nesse contexto que entram em cena a internet, as redes mundiais de computadores, os meios de comunicação via satélite. A globalização, que tem como característica marcante diminuir o custo no processo produtivo, fez com que muitas empresas multinacionais passassem a produzir suas mercadorias em vários países com o objetivo de reduzir os custos, sobretudo nos países onde a mão-de-obra, a matéria-prima e a energia são mais baratas.

A globalização extrapola relações comerciais e financeiras e a internet torna-se uma forte aliada, por ser uma maneira rápida de estabelecer contatos com pessoas de lugares diferentes e de várias partes do planeta. Junto com a televisão, a rede mundial de computadores rompe barreiras e, cada vez mais, liga as pessoas e espalha ideias, formando assim uma grande Aldeia Global.

No dizer de Bauman (2005), o movimento globalizador trouxe à tona uma séria questão – a identidade. O autor vê as identidades ligadas à globalização e com ela o aparecimento da modernidade líquida, fenômeno responsável por grandes transformações sociais, como a desestabilização de estruturas estatais, de condições de trabalho, de relações entre estados, de subjetividades coletivas e a noção de Segurança. Esse movimento liquefez a garantia de instituições consideradas há pouco tempo sólidas, inabaláveis, acendendo a

necessidade de debates em torno das políticas de identidade, na era moderna. Na visão do polonês, a globalização provocou um intenso fluxo dos contatos intersubjetivos, o que levou o homem a perguntar-se constantemente por sua identidade.

Quando a modernidade substituiu estados pré-modernos (que determinavam a identidade pelo nascimento e assim proporcionavam poucas oportunidades para que surgisse a questão do “quem sou eu?”) pelas classes, as identidades se tornaram tarefas que os indivíduos tinham de desempenhar (BAUMAN, 2005, p. 55).

Em tempos líquidos modernos, o mundo se faz “em fragmentos mal coordenados, enquanto nossas existências individuais estão fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2005, p. 18). Surge desse processo a necessidade de demarcar fronteiras, de estabelecer territórios que identifiquem não apenas os indivíduos, mas os locais como lugares de pertencimento. Segundo o autor, as transformações da modernidade tornaram a identidade e o pertencimento em categorias fluidas, líquidas, errantes. Nesse movimento, certos lugares emergem como obra de uma economia discursiva, que os determina os contornos. O Nordeste, por exemplo, é um território que emergiu de várias práticas discursivas.

Segundo Albuquerque Junior (2004), essa área teve sua emergência produzida por uma série de dispositivos que o transformaram em região de grandes atrativos para o mundo. O autor destaca que o Nordeste passa a existir em meados da década de 1910, e com ele a percepção dos nordestinos. Desde então, o Nordeste foi processualmente se estabelecendo como região, através de discursos oriundos dos mais distintos setores: da imprensa, da literatura, da arte. Com o fortalecimento da mídia, esse lugar ganhou um certo destaque.

Textos como *Os Sertões* (1906), de Euclides da Cunha, e toda a projeção do movimento regionalista, na Literatura, na década de 1920, além da obra de Gilberto Freyre, fortaleceram essa aparição no cenário nacional. Ligada a uma necessidade de pensar as identidades locais, ao longo do século XX, muitas imagens sobre o Nordeste foram se desenhando em dizeres de distintas e infinitas ordens. Uma estereotipada, como a do nordestino cabeça-chata, cangaceiro, messiânico (de inspiração na figura de Lampião e Antônio Conselheiro), o nordestino miserável, vítima da seca, imagens que se consolidavam em oposição ao homem educado, cosmopolita e civilizado do Sul e Sudeste, afirma o autor do livro “A invenção do Nordeste e outras artes”. Resumidamente, as regiões e territórios são próteses a serem coordenadas permanentemente, são criações eminentemente históricas. Frutos de vários aspectos econômicos, políticos, jurídicos, culturais etc. A ênfase em quaisquer desses aspectos – ou a relação entre eles – são escolhas políticas, elementos de

poder. As relações espaciais são relações políticas e então é preciso olhar para os discursos sobre o espaço como discurso da política dos espaços, é preciso entender que saber-poder sempre atravessam o que nos é apresentado como natural, como nossas fronteiras espaciais e/ou – mais especificamente, no caso que nos interessa – nossa região.

Nessa trama, a indústria do Turismo consolida-se a partir da promoção do desenvolvimento de certas regiões, com base em um jogo entre poder e saber, entre a política e a produção de identidades.

Não podemos deixar de marcar como elemento que concorreu para a emergência do Parque dos Lençóis, cuja expansão foi promovida a partir da década de 1990, o fortalecimento de discursos sobre o potencial turístico da cidade de São Luís, capital do Estado. Esses discursos se desenhavam já no início da década de 1980, com inúmeras ações estatais e municipais. Segundo Guedes (2001), a partir de acontecimentos como a implantação do Projeto Reviver, no bairro da Praia Grande, o Estado do Maranhão passou a ter certa visibilidade no cenário nacional. Ligado a esse fato, outros se configuram como elementos que concorrem para o surgimento do Parque dos Lençóis na mídia, entre os quais destacamos a valorização do passado como marca de identidade das nações, a emergência de órgãos estatais que resguardariam as heranças identitárias de algumas populações, sem contar com a formulação de leis e decretos que consolidariam a ideia de identidades, em diferentes esferas (locais, culturais etc), isso tudo em um contexto em que a noção de identidade passa por sérios abalos.

Não podemos deixar de pontuar também a proliferação dos meios de comunicação, as novas tecnologias da informação, como fatores que corroboraram esse processo, que associados a uma trama de poderes, fizeram o Parque eclodir internacionalmente como uma “grande descoberta”. Citemos, a título de ilustração, a novela *Da cor do Pecado*, exibida pela Rede Globo em 2004. Nesse folhetim, a natureza do Parque dos Lençóis serviu como cenário romântico para ambientar cenas da história de amor entre os personagens principais da novela: Taís Araújo (Preta) e Reinaldo Gianecchini (Paco).



Fonte: You Tube.

Figura 5 – Cena da novela Da Cor do pecado gravada no Parque dos Lençóis



Fonte: You Tube.

Figura 6 – Cena da Novela Da Cor do Pecado



Fonte: You Tube

Figura 7 – Cena da Novela da Cor do Pecado, gravada no Parque dos Lençóis

O poder estatal, em meados da década de 90, interessou-se por esse nicho e fez dele o representante maior do patrimônio natural e turístico do Estado do Maranhão. A escolha desse lugar e não de outro relaciona-se, sobretudo, à sua localização (relativamente próxima à capital maranhense) e à explosão dos discursos acerca da valoração da natureza, das práticas sustentáveis que norteiam os discursos turísticos contemporâneos além dos processos identitários.

O Parque também foi retratado em outra trama novelesca, desta vez, a novela “O Clone”, exibida pela Rede Globo, em 2001. Algumas cenas dessa novela foram rodadas no Parque dos Lençóis, figurativizado, na ocasião, como deserto. Nos últimos capítulos do folhetim, os personagens de Murilo Benicio e Juca de Oliveira desaparecem nas dunas do Deserto do Saara, em cenas gravadas nos Lençóis Maranhenses.



Fonte: You Tube.

Figura 8 – Cena da novela O Clone, gravada no Parque dos Lençóis

É importante notar que essas figurativizações, de paraíso e de deserto, são constantemente retomadas em dizeres sobre o Parque, como as propagandas, por exemplo, analisadas no quarto capítulo desta pesquisa.

Nos itens a seguir, avaliaremos os mecanismos discursivos e enunciativos que instauram a noção de sustentabilidade em diferentes dizeres sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, partindo de noções foucaultianas sobre enunciado e arquivo.

3.3 O enunciado, o arquivo e o método arqueológico

Na discussão sobre o funcionamento do discurso em nossa sociedade e suas relações com o poder, é fundamental retomar a noção de enunciado, proposta por Michel Foucault, em *A Arqueologia do saber*. Um enunciado se constitui pela função enunciativa, assim, é essa função que torna “uma frase, uma proposição, um ato de fala” em enunciado, isto é, “o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional”, determinado por regras sócio-históricas (FOUCAULT, 2000, p. 123).

O sujeito do enunciado não corresponde a elementos gramaticais, pois é historicamente construído. Desse modo, não é o mesmo em enunciados iguais, uma vez que a função enunciativa pode ser efetivada por distintos sujeitos. Para a apreensão de um

enunciado é necessário identificar qual é a posição que pode e deve ocupar um indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2000).

Enunciados dispersos sobre a sustentabilidade no turismo circulam em diferentes espaços discursivos e compõem o dispositivo sobre a sustentabilidade em nossa época. Distribuem-se segundo determinadas formações discursivas – sobretudo os relacionados aos campos da publicidade, da jurisprudência, da educação e travam duelos com enunciados de tantos outros campos, como o da biologia, da economia, da geografia, da mídia, dentre outros. Esses enunciados, em geral, ditam um modo de contemplar e utilizar a natureza, de praticar turismo sustentável, já que essa é uma das vontades de verdade deste momento. Cabe, pois, buscar, nesses dizeres, como se dá a sua existência, situar o dito em campos discursivos, extrair deles outros enunciados, colocá-los em relação, perguntar por que isso é dito nesse espaço, dessa forma e não de outra maneira, avaliar a posição dos falantes/sujeitos para que ocupem certos lugares no enunciado, rastreando a regularidade desse discurso.

Nesse sentido, é necessário, então, preparar um *arquivo*, um conjunto de enunciados efetivamente ditos em uma época, por certos sujeitos, para mapeamento dos ditos. A análise de um arquivo consiste em fazer um levantamento da memória desses enunciados, acompanhá-los como irrupção, descontinuidade e transformação, contemplá-los em sua dispersão e captar a regularidade que os permeia. O arquivo, por essa razão, está conectado à ideia de arqueologia, na medida em que esta é entendida como a constituição de um campo histórico, onde o analista deve operar em distintas dimensões – filosófica, econômica, política, científica etc., para que possa visualizar “as condições de emergência dos discursos de saber de uma época (REVEL, 2005). Por meio do arquivo, “o método arqueológico foucaultiano busca investigar atrás do *fato* uma rede de discursos, de poderes, estratégias e práticas” (REVEL, 2005, p.13). Um arquivo, para Foucault (1999a), não constitui um número exaustivo de textos preservados por uma sociedade ou civilização, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determina a aparição e o desaparecimento de enunciados, sua permanência, seu enfraquecimento, sua existência contraditória de acontecimentos e de coisas.

Para verificarmos as regularidades que situam os discursos sobre a sustentabilidade do Parque dos Lençóis, partiremos do seu Plano de Manejo, homologado em setembro de 2003. Trata-se de documento técnico que determina os usos que devem ser feitos da área e a forma de manejo dos recursos naturais ali existentes. Também estabelece as diretrizes gerais para a implementação da área protegida. No Plano de Manejo consta um diagnóstico da área realizado a partir de suas características históricas, ambientais, sociais e econômicas.

Esse texto foi selecionado para figurar como *corpus* desta pesquisa por apresentar as diretrizes principais que regem a forma de organização e funcionamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Conforme o próprio documento, seu objetivo é direcionar a conservação da diversidade biológica a longo prazo e se estabelecer como linha fundamental do processo de preservação. Ele deveria ser uma espécie de parâmetro para a promoção da sustentabilidade no Parque. Seu discurso apresenta vontades de verdade em relação à instauração de uma consciência sobre a preservação da área do Parque dos Lençóis, legitimada pela voz do governo estadual, em parceria com Governo Federal.

3.3.1 O Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: enunciados, sujeitos e história

Conforme já exposto, os ímpetus do desenvolvimento desenfreado e do crescimento buscado a qualquer custo resultaram em grandes problemas ambientais que têm levado o homem a refletir sobre as consequências dos usos que ele faz da natureza, razão pela qual passou a buscar subsídios para controlar a utilização dos recursos naturais, tentando evitar, assim, drásticas implicações. Esse fato contribuiu sobremaneira para a criação de unidades de conservação, a exemplo dos Parques Nacionais, por todo o mundo.

Pertencentes ao grupo de Unidades de Proteção Integral, os Parques Nacionais são considerados os de maior relevância dentre as áreas naturais protegidas, pois foram os precursores entre as unidades de conservação e também os responsáveis pelo surgimento das demais categorias. Esses espaços têm-se tornado atração turística de relevância em muitos lugares, principalmente porque, para que uma determinada área seja reconhecida como Parque Nacional, deve possuir grande relevância no que se refere às suas características ecológicas, suas belezas cênicas, seu caráter científico e cultural-educativo. Essas características representam, na atualidade, campo fértil para o turismo neste momento em que a questão ambiental e a sustentabilidade são temas recorrentes.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) prevê algumas atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito dos parques nacionais – pesquisas científicas, atividades de educação e de interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, além do ecoturismo. Tais atividades, entretanto, precisam estar regulamentadas pelo Plano de Manejo da área.

Um Plano de Manejo constitui um documento técnico onde estão estabelecidas as normas que devem determinar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, prevendo

inclusive a criação de estruturas físicas necessárias para a melhor gestão da unidade de conservação. No âmbito discursivo, esse texto é um dispositivo de controle dessas áreas, criado pelo poder público, para gerenciar os usos da natureza, atendendo aos anseios de uma sociedade que se volta para as questões da sustentabilidade. De acordo com o SNUC, a criação dos três primeiros Parques Nacionais no Brasil ocorreu no período de 1937 a 1939 e significou o início de uma preocupação nacional em relação à necessidade da implantação de espaços naturais institucionalmente protegidos.

No Brasil, o conjunto de áreas naturais protegidas por lei constituiu-se com a criação dos Parques Nacionais de Itatiaia, da Serra dos Órgãos e do Iguaçu. Esses primeiros Parques Nacionais eram administrados pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Após dezoito anos, em 1959, outros três Parques Nacionais foram criados: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra, destinados a proteger belezas cênicas excepcionais. Daí em diante muitas outras áreas destinadas à preservação e à conservação da natureza passaram a ser constituídas.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por suas características fisiográficas, com uma área de relevo plano, formado por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais se assemelham a “Lençóis jogados sobre a cama”, recebeu a denominação de **Lençóis Maranhenses**.

Para analisar o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, recorreremos à teoria do discurso, de Michel Foucault (1999a), segundo a qual os discursos não circulam de modo aleatório: eles obedecem a regras, estão sujeitos a interditos e se dobram a vontades de verdade. Para o filósofo, verdade e poder ligam-se mutuamente por meio de práticas muito específicas e estão imbricadas na produção do discurso, que é sempre regulado, selecionado, organizado e redistribuído, reunindo poderes e perigos em qualquer sociedade (FOUCAULT, 1999a). Nessa economia discursiva, o sujeito ocupa certos lugares que fazem supor determinadas posições políticas e ideológicas que, por sua vez, incluem formações discursivas atuantes entre si, determinantes do que pode e do que deve ser dito. Assim, “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999a, p.9).

Mesmo que se imagine estar falando pouca coisa, as interdições que atingem o nosso dizer revelam a relação entre vontade e poder. Essas interdições ligam-se a pelo menos três elementos: 1) **tabu do objeto** – no caso das atividades turísticas em áreas naturais, elas se configuram um tabu, caso não se associem à noção de sustentabilidade, na atualidade; 2) **ritual da circunstância** – hoje, o discurso da sustentabilidade é uma exigência ritualística nas

discursividades sobre turismo ou qualquer outra atividade que envolva os recursos naturais; 3) **direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala** – certos sujeitos estão mais autorizados a falar sobre a sustentabilidade que outros. Nesse sentido, Foucault (1999a) lembra as “sociedades do discurso”, em que os discursos eram conservados e reproduzidos, e controlados de forma que circulavam apenas no âmbito de um espaço regido por regras estritas. O número de indivíduos que falavam certos discursos era sempre limitado; só entre eles era permitido que o discurso fosse transmitido. Mesmo não existindo mais essas sociedades, Foucault (1999a) alerta que os discursos passam ainda por rituais, e são submetidos a regras.

Destarte, é feito um disciplinamento da sociedade por meio dos discursos que se espalham silenciosos e indefinidamente. No caso dos discursos sobre a sustentabilidade, incontestavelmente eles funcionam dentro de um disciplinamento da sociedade, cujo dizer é regulado em relação ao “que” e ao “como” a natureza deve ou pode ser empreendida. Esse movimento se dá por inúmeros dispositivos enunciativos como leis, sanções, decretos, propagandas, campanhas educativas, práticas de distinta natureza etc. O poder, nesse âmbito, age invisivelmente e não sabemos onde ou como localizá-lo, pois como já pontuado, ele [o poder] não é uma coisa que se detém, apenas é exercido. Nessa articulação silente, os discursos moldam os indivíduos, torna-os sujeitos, ditando-lhes o papel que ele precisa desempenhar na sociedade. Essa ortopedia discursiva, para Foucault (1999a), sempre é permeada por relações de poder.

Os discursos, ao passarem por “vontades de verdade”, apoiam-se sobre um suporte institucional: simultaneamente reforçado e reorientado por uma rede complexa de práticas que pedagogizam e patrulham a sociedade por meio da aplicação de um saber, pelo modo como esse saber é “valorizado, distribuído, partido e, de certo modo, atribuído” (FOUCAULT, 1999a, p.17).

Foucault (1999a) ressalta ainda os aspectos da verdade, mobilizada para efetivar a mecânica do poder nas sociedades do discurso e usada como forma de controlar e regular a sociedade. A verdade, para o autor, é uma construção, ponto de vista que pode se instaurar como supremo, em uma dada época, em um dado lugar. Dessa trama, um dos questionamentos que Foucault estabelece é “onde está o perigo de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?”. Essa pergunta induz-nos a refletir sobre os discursos da sustentabilidade, que por vezes parecem ser mobilizados com o intuito de atenuar os perigos de falar sobre atividades desenvolvidas em ambientes naturais.

A elaboração do Plano de Manejo do Parque dos Lençóis pautou-se em informações obtidas através de Oficinas de Planejamento que contou ainda com a participação da comunidade dos municípios da área de entorno do Parque. Foi homologado pela Portaria 48-N/2003, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Para efeitos analíticos, fizemos um recorte do documento a partir de itens que consideramos relevantes para a problemática deste trabalho – a relação sustentabilidade/turismo no Parque dos Lençóis. Destacamos, em negrito, os momentos do texto que nos interessam avaliar.

1. VISÃO GERAL

1.1 Introdução

As crescentes **ameaças à biodiversidade** brasileira e sua variabilidade genética apontam para uma contínua e preocupante redução desse **patrimônio**. Essas ameaças são observadas em quase todos os biomas brasileiros e se expressam principalmente, através do desmatamento proveniente das atividades agropecuárias, da urbanização crescente no entorno das unidades de conservação e da extração indevida de produtos da fauna e flora.

A compreensão da importância da conservação e manejo de áreas naturais, bem como da integridade dos ecossistemas e de seus processos ecológicos essenciais, são instrumentos importantes para se atingir a sustentabilidade desses ambientes.

O sucesso na conservação da diversidade biológica implica no estabelecimento de **estratégias e ações coordenadas e harmônicas**, estruturadas em um sistema de áreas protegidas, as **Unidades de Conservação**. Alguns ambientes se apresentam mais vulneráveis e sensíveis devido à existência de recursos limitados ou características singulares e por isto, necessitam de resoluções mais urgentes.

[...]

O presente documento contém as diretrizes principais para o ordenamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, visando a conservação da diversidade biológica a longo prazo e centrando-a como eixo fundamental do processo conservacionista.

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 8 - Trecho introdutório do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Iniciamos a análise do Plano de Manejo pela avaliação das posições que o sujeito ocupa no documento, tendo por base que: “No espaço entre aquilo que está enunciado e a sua enunciação movimentam-se não-ditos e interditos que ancoram o texto em seu momento histórico. Esse não dizer mostra que a história não é um discurso do contínuo, mas da ruptura e da dispersão” (GREGOLIN, 1997, p. 54).

Na dispersão manifestam-se esquecimentos voluntários ou induzidos do sujeito da enunciação, que se instaura como imagens das distintas posições e planos de onde fala. Assim, no vã das coisas ditas pelo sujeito, pode-se perceber que ele não é o ponto de partida de seu dizer, ele é apenas um efeito discursivo. A sua voz reflete a sua historicidade a cada vez que uma temática é por ele mobilizada (GREGOLIN, 1997).

As posições que os sujeitos ocupam nesse espaço estão relacionadas a vários aspectos discursivos, entre eles o gênero do discurso. Ao enunciar a partir de uma situação, o sujeito sempre o faz em um gênero, oferecendo-lhe um tom, imprimindo-lhe respostas que constituirão outros discursos, aptos a dialogarem com o seu.

Nesse sentido, devemos ponderar as origens do termo documento, que derivada do latim *docere*, significa, conforme o Aurélio, 'ensinar', 'mostrar'. O dicionário elenca vários significados ligados ao termo, como:

1. Qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc; 2. Escritura destinada a comprovar um fato; declaração escrita, revestida de forma padronizada, sobre fato(s) ou acontecimento(s) de natureza jurídica; 3. Restr. Qualquer registro gráfico; 4. Ant. Recomendação; preceito (FERREIRA, 2001).

De posse desses conceitos, podemos, então, inferir que a configuração do gênero já é, em si, uma forma de os sujeitos nele inseridos se posicionarem como aqueles que disciplinam, situando-se em lugares que determinam o que pode e o que deve ser dito ou feito por outros sujeitos. Assim, o leitor do texto, os sujeitos a quem o documento se dirige, devem acatá-lo como parâmetro na preservação do Parque.

Em termos de estrutura composicional, o Plano é elaborado pela linguagem verbal e não-verbal, esta última representada por imagens, tabelas e gráficos que facilitam o entendimento do leitor. É apresentado em forma de encartes ou fascículos, organizados de maneira a dar suporte ao planejamento da unidade. De acordo com o SNUC, ele deve ser revisado e atualizado periodicamente, haja vista a necessidade de alinhá-lo a novas tecnologias e a demandas emergentes. O documento existe em versão impressa e *on-line*.

Quanto ao estilo, a linguagem é direta, relativamente acessível, sem muito tecnicismo, objetivando o alcance de um público heterogêneo, que pode ser um estudante, um cientista, um jurista, técnicos ambientalistas, entre outros. O documento busca a forma impessoal do verbo como efeito de sentido, e o leitor passa a crer que o texto fala por si; o sujeito se esconde por trás de marcas como a terceira pessoa, edificando um efeito de distanciamento da enunciação, posicionando-se como alguém que está locado fora do que é dito. O Plano traz sugestões de como os fiscais do ICMBIO⁴ devem agir para que o local possa ser preservado.

⁴ Quando o Plano de Manejo foi elaborado, era o IBAMA o órgão responsável por administrar os parques nacionais. A partir de 2007 esta responsabilidade ficou a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007, para administrar as Unidades de Conservação do país.

O documento instaura o disciplinamento não só dos indivíduos, mas da própria natureza, enfatizando a necessidade de se implantar estratégias e ações coordenadas em um sistema de áreas protegidas. Trata-se de um biopoder, que age na domesticação da sociedade, no intuito de gerar benefícios para toda população, por meio do discurso da manutenção do ecossistema para futuras gerações.

Como todo texto, os enunciados que o constituem se correlacionam com outros enunciados. Logo no início do tópico dado, o texto dialoga com outras vozes, como as que denunciam a devastação da natureza, ao apontar que “as crescentes ameaças à biodiversidade brasileira e sua variabilidade genética apontam para uma contínua e preocupante redução desse patrimônio [...]”, articulando discursos como o do patrimônio, por exemplo, amplamente mobilizado pelo turismo, no processo de conservação e sustentabilidade de bens de uma nação.

No segundo parágrafo, o sujeito pontua a necessidade de se planejar a conservação do espaço para obtenção da sustentabilidade. Ressalta a ideia de que a sustentabilidade só é possível por meio da conservação/preservação, da manutenção da integridade do Parque. A sustentabilidade, nesse texto, filia-se, principalmente, à noção de conservação, termo que na formação discursiva do turismo significa que uma área distinta pode ser usufruída pela sociedade, desde que existam mecanismos de controle que propiciem sua integridade.

No terceiro parágrafo, o Plano destaca a urgência de estratégias de conservação e o sujeito assume a posição de quem se preocupa e pode trazer ações que garantam a sustentabilidade; de quem detém o conhecimento e pode oferecer medidas para que isso seja alcançado. A sustentabilidade é um alvo a ser conseguido, porém, não há uma explicação específica sobre o que significa o termo sustentabilidade, sugerindo que o leitor desse documento já tenha essa informação. Assim, o conceito é dado como um já-posto.

A sustentabilidade é enunciada a partir de noções como *conservação*, *manejo* e *integridade*, expressões que recobrem e reforçam o sentido de que o Parque possui riquezas naturais, mas elas precisam de cuidados para que possam ter continuidade de modo que outras gerações possam dele usufruir, conforme propõem as premissas da sustentabilidade. No documento, portanto, é possível perceber que se cruzam, pelo menos duas questões: a sustentabilidade e a não-sustentabilidade.

Segundo os postulados da AD francesa, ao se inserir em um espaço discursivo, o sujeito é guiado por formações ideológicas, que constituem um confronto de forças em dado momento histórico (MUSSALIM, 2003, p.124). Nesse documento, especificamente, temos

pelo menos duas forças em confronto: de um lado, a preocupação com a preservação da natureza e, de outro, a sinalização de uma vontade de gerar lucro, uma vez que o Parque dos Lençóis é um espaço que se constituiu como atrativo turístico, ou seja, há a “exploração” turística do Parque que pode levar a não preservação.

Uma formação ideológica consiste em um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas um lugar de relações entre as ideias (MUSSALIM, 2003). O confronto, nesse documento, não é apenas um embate entre discursos, mas um conflito entre vontades de verdade. Uma formação ideológica comanda as formações discursivas (FDs), as quais são entendidas como o lugar de articulação entre discurso e ideologia; as FDs são “a projeção na linguagem, das formações ideológicas (ORLANDI, 2006, p.17). Uma formação discursiva põe em jogo mais de um discurso. Nesse documento, podemos pensar em várias FDs – a FD político-institucional (Estado, Município, ONGS, Universidades), que estabelece, por meio de um documento oficial (O Plano de Manejo) as normas e regras a serem cumpridas, atravessada por outras FDs como a ambientalista – que reforça o discurso da conservação da diversidade biológica a longo prazo; a jurídica – que reproduz o discurso de preservação/conservação sob forma de leis, ou seja, elabora e põe em prática o cumprimento das leis; a econômica – que propõe um jogo de equilíbrio entre preservação/conservação e exploração com sustentabilidade; a científica – que destaca a riqueza da biodiversidade brasileira e também de sua diversidade genética; a sociocultural – que defende a preservação do Parque como um espaço que precisa ser mantido para as futuras gerações. Essas FDs se formam a partir de discursos como o econômico, o sociocultural, o científico que determinam distintas posições do sujeito no enunciado.

Ao propor a visitação no Parque, o Plano é tomado por um jogo de forças que impõe, de um lado, FDs que constituem os discursos das Ongs, dos ambientalistas, biólogos, de outro, FDs de diversos setores da economia.

Ao apontar a necessidade de ordenamento do espaço, ressaltado em expressões como “o ordenamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, além do próprio nome dado ao documento Plano de “Manejo”, no último parágrafo, o sujeito propõe o documento como meio capaz de instaurar a sustentabilidade do local. Nesse gesto, o sujeito trabalha a biopolítica por meio do agenciamento das mentes e do comportamento dos indivíduos, para preservar a natureza.

Michel Foucault denominou esse tipo de administração, que acontece pelo agenciamento dos corpos, biopoder. Segundo Foucault, o biopoder é uma das mais eficazes formas de dominação na sociedade moderna, e tem por base um poder que se exerce sobre

técnicas que afetam nossos comportamentos e transformam nosso dia-a-dia. O biopoder instaura novas formas de controle e efetua um patrulhamento disciplinar integral, que se realiza em pleno espaço aberto e por meio de instituições como a polícia, e de mecanismos sofisticados de monitoramento – que afeta a vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Por meio dele, vários setores da sociedade colocam em prática ações que se fazem sentir sobre os padrões de crescimento urbano, as habitações, os sistemas de transporte, a alimentação, vestuário, alterando a vida de populações. A influência desse poder determina a direção sobre o cotidiano de uma sociedade, visando normalmente sua melhoria. Como processo, a biopolítica diz respeito a um disciplinamento e controle sobre a vida das multidões.

Em relação ao fragmento abaixo, as formações discursivas têm a seguinte dinâmica: existe uma posição-sujeito situada no âmbito do discurso científico, nos primeiro e segundo parágrafos, que falam sobre o ecossistema e as espécies existentes; essa FD é atravessada por outras, no terceiro parágrafo, como a FD econômica, ao trazer ao enunciado preocupações sobre as formas de preservação da “diversidade biológica”, conforme observado na análise anterior.

2 CONTEXTO FEDERAL

O território brasileiro encontra-se recoberto pelos mais variados ecossistemas, colocando-se entre os países com maior diversidade de vida no planeta, abrigando cerca de 2% do total das espécies existentes.

A cada ano, milhares de plantas e animais desaparecem da terra e com eles a possibilidade de serem reconhecidas pela ciência. Desaparecem também as oportunidades de **fornecerem benefícios** para a humanidade e de ajudarem a manutenção da vida no planeta.

Por isso, preservar a diversidade biológica de um país é, antes de tudo, um investimento necessário para manter válidas as opções futuras, contribuindo para a evolução do conhecimento científico, econômico e social.

As unidades de conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e **patrimônio naturais**. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade.

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 9 - Contexto federal do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

No primeiro parágrafo, a diversidade biológica do país é destacada como constituinte da identidade brasileira, ao mesmo tempo em que é posta como argumento para a importância de implantação do Plano de Manejo. No segundo parágrafo, o enunciador apropria-se do discurso ambiental, não descartando a possibilidade de produzir riqueza por meio das peculiaridades que o “patrimônio natural” brasileiro oferece.

A noção de sustentabilidade desse trecho é revestida por expressões como: “manutenção da vida do planeta”, no segundo parágrafo. “Preservar a diversidade biológica”,

no terceiro parágrafo; “proteção aos atributos” e “manutenção do estoque da biodiversidade”, no último parágrafo.

O jogo de forças ideológicas continua ao longo de todo o documento.

No trecho a seguir, que discorre sobre o histórico do Parque dos Lençóis, é importante atentarmos para os atravessamentos do discurso que configura a necessidade/memória de sustentabilidade do Parque. O texto é marcado pela heterogeneidade, na medida em que o sujeito que propõe preservar, também se posiciona a favor de atividades turísticas, no local, retomando o paradoxo das atividades ecoturísticas.

6.1.4 Histórico e antecedentes legais do PNLN

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi baseada em uma proposta apresentada pelo projeto RADAMBRASIL, para preencher lacunas existentes no então sistema de Unidades de Conservação, **bem como atendendo as reivindicações da comunidade científica e instituições que atuam na área ambiental do Estado do Maranhão.**

O estabelecimento de uma Unidade de Conservação implica na delimitação de áreas geográficas que englobem elementos da fauna e flora silvestres ou marinhas e de seus ecossistemas, e constitui **um ato governamental.**

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado em 02 de junho de 1981 e está inserido na região do litoral oriental maranhense, apresentando uma linha de costa regular e tendo parte de sua extensão coberta por uma vasta área de dunas de areia. Possui uma área de 155.000ha, abrangendo os municípios de Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas.

Com a efetiva operacionalização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em toda sua extensão de 155.000ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), serão conservadas em sua integridade as múltiplas comunidades bióticas de plantas e animais, próprios das dunas, além de assegurar o seu processo de continuidade.

Dessa maneira, a área preservada contribuirá com a **educação ambiental**, através da investigação dos valores naturais, baseada num extenso **programa de interpretação desses recursos na região.**

A implantação do Parque Nacional oferecerá atrativos de variadas opções criando considerável fluxo de visitantes e turistas para o local, incrementando, assim, o desenvolvimento regional.

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 10 - Histórico e antecedentes legais do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O primeiro parágrafo desse item ressalta os sujeitos citados como proponentes da criação do Parque, demonstrando que o assunto sustentabilidade do Parque era preocupação de um grupo seletivo, restringindo-se à comunidade científica, e a algumas instituições voltadas para as questões ambientais.

Os segundo e terceiro parágrafos têm caráter informativo. O sujeito, didaticamente, explica o que é uma UC e quando o Parque foi criado. Há, também, no segundo parágrafo uma ressalva de que o estabelecimento de uma UC “constitui um ato governamental” o que implica num biopoder.

No penúltimo parágrafo é declarada a preocupação em criar dispositivos de disciplinamento de usos do Parque por meio de “educação ambiental”, investigações etc.

Instaura-se nesse enunciado uma teia de relações interdiscursivas entre ciência, (bio) política, educação, em constante diálogo com a preocupação em manter a continuidade da “comunidade biótica” local.

No último parágrafo, a FD que busca a conservação do Parque é atravessada por outra, que propõe apresentar atrativos para o “fluxo de visitantes e turistas para o local”, como promessa de desenvolvimento, recuperando o eterno paradoxo entre desenvolvimento e sustentabilidade. O documento se faz, pois, pelas presenças de diferentes FDs.

No quadro a seguir, o documento relata de que forma a comunidade do entorno recebe a proposta de preservação da área.

5.6 VISÃO DA COMUNIDADE DO ENTORNO SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A questão central da conservação da biodiversidade e seu uso sustentável está no desafio de implementar meios de gestão e manejo que garantam a continuidade de espécies, formas genéticas e ecossistemas. A realidade tem mostrado que, quando os meios de ação são bem manejados, podem, de fato, servir como formato para a conservação da natureza, e quando os recursos são explorados sem nenhum critério, a consequência é o empobrecimento genético, perda de habitat e redução das espécies (MMA, 1999)

A participação da comunidade na manutenção do equilíbrio e proteção dos recursos naturais em uma Unidade de Conservação, constitui-se de fundamental importância para a implementação do modelo de gestão descentralizada e participativa proposta pelo IBAMA, como estratégia para assegurar o manejo e a sustentabilidade dos recursos ambientais.

Neste contexto, a percepção da comunidade do entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com relação à conservação dos seus recursos, ficou evidenciada na participação efetiva durante a Oficina de Planejamento, com objetivo de subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Polo Ecoturístico da região.

Os representantes da comunidade residente na área de influência do Parque identificaram os principais atrativos culturais e históricos, bem como os problemas que dificultam ou comprometem o desenvolvimento sustentável do PNLN. Nas discussões inseriu-se como elemento central o fortalecimento de sistemas de **manejo participativo**, como a valorização dos recursos ambientais e culturais, por meios de benefícios diretos, indiretos e induzidos. Observa-se um **razoável grau de conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento da Unidade de Conservação**, o sustentável estado de conservação e a diversidade de ambientes naturais.

Durante os trabalhos da Oficina de Planejamento a comunidade mostrou ter consciência sobre a importância do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como uma Unidade de Conservação. **A maioria dos participantes identificaram o PNLN como um patrimônio natural de elevada beleza que deve ser preservado, considerando, ainda, que a UC é um santuário ecológico com grande potencial para o desenvolvimento do turismo na região.**

As evidências que emergem das discussões da comunidade indicam a necessidade de implementação de programa de proteção e fiscalização, que envolvam a participação das populações do entorno, gerando a capacitação do pessoal e o melhoramento da infra- estrutura da UC. Assim, fundamentados nas áreas estratégicas identificadas no seminário, **a comunidade sugere o desenvolvimento de algumas ações a serem implementadas para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.**

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 11 - Visão da comunidade do entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses sobre a unidade de conservação

Não podemos deixar de considerar que esse é um olhar do Plano de Manejo sobre a visão da comunidade. Não podemos ignorar que há um filtro nessa descrição, o qual delimita o grau de conhecimento dos moradores sobre o Parque como razoável e associa sua visão a uma visão religiosa do lugar, ao destacar, que a comunidade: “identifica o PNLM como um patrimônio natural de elevada beleza que deve ser preservado, considerando, ainda, que a UC é um santuário ecológico com grande potencial para o desenvolvimento do turismo na região”.

Neste outro item, são previstas ações que envolvem a exploração econômica da região, principalmente as atividades do Turismo.

4.4 Planos e empreendimentos existentes na área de influência

Os planos e projetos previstos para a região envolvem as iniciativas pública (União, Estado e município) e privada. Em nível estadual destaca-se o Plano de Desenvolvimento Turístico Integral do Maranhão (Plano Maior) que se propõe a consolidar a atividade turística enquanto indutora de economia. Com efeito, tem-se a obra da MA-402 (Translitorânea) que pretende ligar São Luís às demais capitais da região Nordeste através do litoral ocidental, incluindo em sua rota as cidades de Rosário, Morros, Humberto de Campos e Barreirinhas. Esta rodovia facilitará a visita ao PNLM e, também, materializará a revalorização de terras, induzindo o uso e a ocupação do solo. Igualmente, vale notar que estas observações são válidas para o trecho Sede Municipal de Barreirinhas/Povoado de Atins onde é prevista a implantação de uma estrada que substituirá as duas vicinais existentes, transitáveis apenas no verão.

Na esfera municipal, a principal referência é concernente à Prefeitura de Barreirinhas que pretende construir um aterro sanitário, bem como implantar o plano diretor. O primeiro encontra-se em fase de estudo, enquanto o segundo está em fase de definição de propostas. A mencionada prefeitura tem o propósito de se articular com o Governo Estadual e este, por sua vez, com o PRODETUR-NE com o intuito de construir um aeroporto que comportará aeronaves comerciais e deverá consumir R\$ 10 milhões. **No que tange à Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão, o objetivo é incrementar as ações das secretarias de turismo.**

A iniciativa privada amplia suas estratégias no sentido de adquirir/alocar terras a fim de viabilizar o turismo. Este fato é mais expressivo em Barreirinhas, sobretudo em Caburé e Atins. Neste último povoado existe uma pousada construída e funcionando ativamente, uma embargada e outra em construção, a qual deverá ocupar uma área de 1,5ha. Em Primeira Cruz, um grupo argentino adquiriu uma ilha localizada próxima ao povoado Areinhas objetivando a edificação de uma pousada. Em Santo Amaro, as informações revelam que grupos europeus levantam dados a fim de comprarem terras e viabilizarem empreendimentos turísticos.

A União, com efeito, ao mesmo tempo em que tenta induzir o uso e a ocupação do solo baseado no turismo através do PRODETUR-NE, por outro lado, almeja discipliná-lo por intermédio do IBAMA. Neste caso, merecem ser relevadas a construção do Posto de Informação e Controle (PIC) em Atins, assim como do Centro de Visitantes em Cantinho, ambos em Barreirinhas.

Fonte: BRASIL, 2003.

Quadro 12 - Planos e empreendimentos existentes na área de influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O item apresenta um diagnóstico das formas de empreendimento da atividade turística, apontando que o espaço está sendo apropriado sem muita racionalização. A única menção de manejo consciente do local, segundo a pesquisa, diz respeito ao modo como a União busca disciplinar o uso espacial, por meio do IBAMA. Esse texto mostra, portanto, que o processo de visitação turística do Parque dos Lençóis, até o momento da formulação do

Plano, pouco tinha de sustentável. O diagnóstico revela também que a ocupação do Parque baseava-se, naquele momento, principalmente, na exploração econômica do lugar, sem muito foco sobre a preservação.

O documento expõe, no penúltimo parágrafo, que o Parque era tomado por empreendimentos da iniciativa privada, visando à exploração turística da área e auferimento de lucros, conseqüentemente. O documento não identifica um uso sustentável do lugar, entretanto, aponta que o poder público, representado pelo IBAMA, agiu de maneira disciplinar, ao embargar uma pousada em construção, provavelmente por transgredir as determinações impostas para edificações na área de entorno do Parque.

As formações discursivas nesse item se articulam aos poderes estatal, municipal e da iniciativa privada. Além dessas formações, há ainda FDs de ordem jurídica, que se reflete na proibição de ocupações irregulares, e econômica, que se materializa na “revalorização de terras” – com a construção da MA 402 –, na construção de um aeroporto para receber aeronaves comerciais, na comercialização de terras para grupos estrangeiros, no incentivo da União quanto a ocupação do solo com vistas à viabilização do turismo local.

Em tom de diagnóstico, são apresentadas as formas de manutenção do local, a organização das práticas efetuadas à área. Nesse quadro, o sujeito aponta a heterogeneidade, os conflitos existentes no Parque dos Lençóis, principalmente no tocante aos modos de disciplina para a preservação do lugar.

No trecho do encarte abaixo, são expostos os objetivos do Plano de Manejo do Parque. Toda proposta de manejo do local se sustenta na ideia de que é possível minimizar impactos negativos, para que vantagens possam surgir daí. A fim de alcançar a conservação do local, o Plano propõe medidas preventivas ou de correção, dimensionadas, sobretudo, no disciplinamento dos corpos.

6.1 Objetivos específicos do manejo da UC

Os temas abaixo relacionados foram elaborados e identificados de acordo com os objetivos do Sistema Nacional de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985 de 18/07/2000) e baseados no conhecimento obtido resultante das pesquisas realizadas.

- Proteger as amostras representativas dos ecossistemas terrestre e marinho, os quais conferem ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) posição única no SNUC, por apresentar um dos maiores campos de dunas e paleodunas costeiras formadas ao longo do Quaternário em áreas de transição entre três biomas;
- Proteger amostras da transição entre os biomas Floresta Amazônica, Cerrado e Caatinga;
- Proteger o mosaico cênico formado pelas dunas, lagoas, lagunas, rios, praia, mar e vegetação associada;
- Proteger o ambiente resguardando as adaptações da biota, a exemplos de roedor *Proechimys* sp. e indícios de albinismo, observado em raposa *Cerdocyon thous*;
- Garantir a **continuidade** da dinâmica natural dos campos de dunas livres e fixas;

- Manter os processos que **assegurem a existência** das paleodunas;
- Garantir a manutenção dos rios, lagoas e lagunas ocorrentes no Parque, fundamentais na fixação das dunas;
- Garantir a proteção de dunas costeiras com grande número de lagoas interdunares em região de elevado índice pluviométrico;
- Proteger espécies endêmicas, tais como: pininga *Trachemys adiutrix*, vegetação *Polygala adenophora*, *Hybanthus solccolaris* e fitoplâncton;
- Proteger amostra significativa do manguezal, um dos ambientes naturais mais ameaçados do Brasil;
- Proteger testemunhos de manguezal que ocorreram na região em tempos geológicos pretéritos (Paleomanguezal);
- Propiciar oportunidades para o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicos sobre a dinâmica ambiental e **cultural**, retratada em testemunhos pretéritos atuais ocorrentes na Unidade de Conservação (UC);
- **Proporcionar oportunidades para o visitante desenvolver atividades controladas de visitação, lazer, educação ambiental e ecoturismo em ambientes de transição sobre dunas costeiras pretéritas e atuais;**
- **Contribuir para o desenvolvimento local e regional atuando como pólo difusor das atividades de ecoturismo;**
- **Contribuir para o desenvolvimento regional através de difusão e incentivo de práticas de uso sustentável dos recursos no entorno, valorizando a cultura local, expressa no artesanato, ecoturismo e produtos alimentícios.**
- **Propiciar a integração das UC's de uso sustentável (APA's) contíguas ao Parque de modo a exercitar o mosaico formado pela conectividade das áreas ressaltando-se a importância do Parque, como área nuclear, de maior grau de proteção da biodiversidade.**

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 13 - Objetivos específicos do manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

De acordo com o Plano de Regionalização do Turismo (2007, p. 20), elaborado pelo Ministério do Turismo (MTur), a sustentabilidade deve se efetuar sob quatro perspectivas, na atividade turística: sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional. A sustentabilidade ambiental é a mais ressaltada no Plano de Manejo. De acordo com o Plano de Regionalização, ela visa à compatibilidade entre o desenvolvimento e os processos ecológicos fundamentais à diversidade dos recursos.

A sustentabilidade sociocultural tem como objetivo assegurar a preservação da cultura e fortalecimento da identidade da comunidade. Segundo o documento do Ministério do Turismo, tal sustentabilidade propõe equidade na distribuição de renda e de bens, com vistas a minimizar as diferenças entre ricos e dos pobres. No Plano de Manejo, o aspecto socio-cultural apresenta-se com ênfase em questões como a preocupação com o “desenvolvimento local e regional”, atuando como “polo difusor das atividades de ecoturismo”; “incentivo a práticas de uso sustentável dos recursos no entorno”; a valorização da cultura local, que se manifesta em produtos artesanais e alimentícios. Desses olhares, surge a via de constituição de uma identidade local, exigida pelo contexto globalizador. Essa sustentabilidade dialoga com a perspectiva política do governo federal vigente, cuja proposta

é fazer do “Brasil um país de todos”. Esse diálogo é possível porque, conforme Foucault (2000, p.112), o enunciado “tem sempre suas margens povoadas de outros enunciados”. Esse entorno forma uma complexa trama de retomadas e ressignificações, que cabe ao leitor recuperar.

A sustentabilidade econômica, também apontada pelo Plano de Regionalização do Turismo, propõe um desenvolvimento economicamente eficaz, que seja capaz de garantir a distribuição igualitária dos benefícios oriundos desse desenvolvimento e produza recursos que possam suprir as necessidades de futuras gerações. Nos objetivos de Plano de Manejo ela aparece de modo implícito, sendo vista a partir das medidas sugeridas em relação aos aspectos socioculturais, principalmente.

No que diz respeito à sustentabilidade político-institucional, sua proposta é garantir a estabilidade e continuidade das parcerias firmadas entre os diversos agentes governamentais, nas três esferas de poder público, além dos atores da sociedade civil. No encarte em foco, essa sustentabilidade é aludida, principalmente, por meio da referência ao SNUC, cujo objetivo é ordenar o uso de áreas protegidas no âmbito das diferentes esferas públicas. A sustentabilidade político-institucional também é identificada na proposta de desenvolvimento local/regional.

Conforme afirma Foucault, os enunciados se movimentam em “círculos concêntricos”. Nesse sentido, os objetivos do Plano de Manejo relacionam-se a discursos como o científico, econômico, ambiental e sociocultural como o da regionalização do turismo e da valorização do local, frente ao global.

Por meio desses objetivos, é criado um efeito de democratização em que o espaço é pensado como fonte de riqueza para todos, inclusive com o forte apelo à inclusão social, quando o Plano destaca a necessidade de se aproveitar recursos naturais, artesanatos, alimentos como marcas peculiares do local. Desse modo, o Parque é projetado, no documento, como um lugar democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade.

O próximo item retrata ações direcionadas aos diversos usos da área interna do Parque, entre as quais destacam-se visitas, pesquisas e ações de educação ambiental.

6.4 Ações de manejo por áreas de atuação

6.4.1. Ações Gerenciais Gerais

Este item engloba as ações que asseguram os meios para o bom funcionamento do Parque e que se aplicam ao conjunto de todas as Áreas Funcionais (AF) e Áreas Estratégicas (AE) da UC. Todas as ações referem-se à **proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, educação ambiental e visitação e operacionalização** interna do Parque. No espaço externo, que mantém uma relação de influência sobre a UC, as ações estão direcionadas para o controle ambiental, sensibilização e/ou conscientização ambiental, alternativas de desenvolvimento, integração externa e operacionalização.

Objetivos Específicos

- Garantir o bom funcionamento do Parque.
- Prover o Parque de pessoal necessário para a execução de suas atividades.
- Fomentar a implementação do Plano de Manejo e seus ajustes.
- **Ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais e sócio-culturais do Parque.**
- Proteger os recursos naturais dos ecossistemas marinhos, fluviais e terrestres.
- Coibir a pesca predatória, arrastões e a caça.
- Coibir o uso de agrotóxicos no interior do Parque, até que as populações sejam indenizadas.
- Controlar o cultivo de espécies vegetais, exóticas ou não, que utilizam técnicas de alto impacto negativo como insumos agrícolas e outros.
- Coibir a criação de animais domésticos dentro do Parque, controlar a criação de animais domésticos na Zona de Amortecimento e **orientar para o seu confinamento.**
- **Conscientizar visitantes e moradores da área de entorno da importância dos ambientes do Parque e da necessidade de sua preservação.**
- Proporcionar atividades de uso público diversificadas buscando atender a diversos tipos de visitantes.
- **Proporcionar ao visitante o acesso às ações interpretativas dos recursos do Parque.**
- Possibilitar a realização de atividades de divulgação e valorização do Parque.
- Promover a cooperação interinstitucional do Parque com entidades afins.
- Assegurar a integração da UC com a Zona de Amortecimento e Área de Influência, dentro do mosaico cênico.
- **Promover a divulgação e valorização dos recursos culturais locais e regionais.**

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 14 - Ações de manejo por áreas de atuação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Os objetivos estabelecidos pelo Plano apontam para dois processos de gerenciamento da área – um, que age por meio do policiamento das ações dos sujeitos, ao propor que irá “coibir a pesca predatória, arrastões e a caça”; “coibir o uso de agrotóxicos no interior do parque, até que as populações sejam indenizadas”. Outro que visa ao controle da consciência desses sujeitos, por ações como: “ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais e sócio-culturais do parque”; “proporcionar ao visitante o acesso às ações interpretativas dos recursos do Parque”.

No item a seguir, verificamos a ratificação desse projeto de construção de consciência ambiental no Plano de Manejo.

Educação Ambiental e Uso Público

41) Implementar programação de educação ambiental.

- a) Deverão ser firmados parcerias e convênios com secretarias municipais e Sub-Gerência de Turismo, Gerência de Meio Ambiente e Fundação de Cultura.
- b) Os Centros de Visitantes poderão desenvolver programação específica de educação ambiental definidos por temáticas especializadas e demandada de características próprias do local em que se encontra (informações sobre as atividades previstas encontram-se detalhadas no item Áreas Funcionais).
- c) os programas de educação ambiental devem apresentar os seguintes passos para sua elaboração:
 - Identificação do público alvo.
 - Identificação dos objetivos ou resultados esperados para cada público.
 - Escolha do tema ou mensagem.
 - **Seleção de atividades** e técnicas a serem utilizados na transmissão da mensagem.
 - Avaliação dos resultados e reformulação do Programa, caso necessário.
- d) Os programas devem definir **ações que busquem mudanças de comportamento** do público-alvo em prol da conservação do ambiente e do seu envolvimento na proteção do Parque.
- e) As atividades de educação devem ter como base os seguintes aspectos:
 - O compromisso em sempre apresentar um tema ou uma ideia principal, como por exemplo: **“Como manejar o lixo e a saúde do homem e do meio ambiente”**.
 - O relacionamento dos fatos com as experiências anteriores das pessoas, por exemplo: **“A contaminação das águas dos rios compromete o equilíbrio da fauna e flora”**.
 - A combinação de **conhecimentos sobre o Parque e entorno com a história natural**, estilos arquitetônicos e modos de vida regionais.
 - A inclusão da informação sempre pautada **em exercícios de questionamentos**, inter-relações e significados, visando sempre a construção de conceitos e valores.
 - O compromisso em **sempre apresentar uma mensagem ao final da atividade**, como por exemplo: a destruição da vegetação ameaça seriamente o equilíbrio das dunas.
 - Atividades diferenciadas para os diversos tipos de públicos: crianças, adultos, idosos, pessoas com habilidades diferenciadas, e outros

Os condutores deverão ser capacitados, treinados e apresentar conhecimento sobre o local, questões ambientais e culturais.

Fonte: Brasil, 2003.

Quadro 15 - Ações de Manejo – área interna do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O Plano de Manejo busca uma formação de consciência ambientalista, pautando-se em dispositivos de disciplinamento das mentes e dos corpos dos visitantes, estabelecendo uma ordenação do espaço, do tempo e dos corpos que para se inscreverem nesse local, necessitam entrar em uma ordem, mediante a interpretação do ambiente natural. Por essa razão, o documento elenca uma série de procedimentos que devem ser adotados a fim de garantir a sustentabilidade no Parque dos Lençóis, como a disciplina imposta aos visitantes por meio de “atividades controladas de visitação, lazer, educação ambiental e ecoturismo em ambientes de transição sobre dunas costeiras pretéritas e atuais”. Isso demonstra que a forma de sustentabilidade pensada para o Parque tem em sua base um poder-saber que se manifesta em mecanismos discursivos e que o sujeito que desejar se inserir na ordem desse discurso deve se submeter a essas regras, a menos que crie formas de resistir a elas.

Como a biopolítica depende de uma disciplina dos corpos e da mente, a proposta do Plano pauta-se em mecanismos necessários para a manutenção, denominado de “ações de manejo”, em que se inscrevem uma série de mecanismos de controle dos sujeitos e do próprio espaço. Essas ações são “direcionadas para o controle ambiental, sensibilização e/ou conscientização ambiental”.

É explícita a necessidade de “mudança de comportamento do público-alvo”, a fim de se conservar o ambiente, por meio de dispositivos como programas de educação ambiental. Aqui, já é notória a preocupação com a gerência do corpo como forma de sustentabilidade do espaço, projeto que se reforça pelo entrelaçamento de discursos como o da higiene, da ciência, e da identidade.

Acontece nesse espaço um gerenciamento de um poder que se faz presente de forma capilar, por meio do que Foucault (2000) denominou “governamentalidade”, isto é, a arte de governar pelo controle das mentes. Um recurso empregado para garantir a sustentabilidade na área, o qual se estende em diferentes tópicos do Plano de Manejo.

Nos próximos enunciados, são expostas as estratégias de construção de consciência ambiental do Plano. Entre essas estratégias destacam-se as “placas educativas” cuja grande finalidade é pedagogizar o visitante do Parque. Estas placas configuram parte do aparelho de interpretação ambiental – para o PARNA Lençóis Maranhenses. Aqui, também, vemos como o biopoder se inscreve por discursos que ditam as regras para que o visitante possa entrar na ordem do Parque.

PLACA 9

BEM-VINDO AO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

A partir **daqui** você está entrando em área protegida pelo Parque Nacional.

O principal objetivo dos parques nacionais é preservar áreas naturais, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Isto é, obtemos o benefício do recurso natural sem o seu consumo, por meio do ecoturismo, da educação ambiental e da pesquisa científica.

Circuito Lagoa Azul

Para visitar a Lagoa Azul os usuários deverão passar **pelo Centro de Visitantes Barreirinhas, onde receberão informações da equipe do Parque, com o apoio dos painéis fixos, sobre o comportamento adequado de visitação e demais normas de manejo da Unidade e da exposição de banners, que explorará a temática socioambiental da região.** No caminho até as lagoas, de cerca de 10 km, o visitante poderá apreciar vegetação de Restinga, característica da região. As lagoas Azul e da Preguiça são as opções mais procuradas para banho, em decorrência do fácil acesso às mesmas.

Segundo o Plano de Manejo, esse circuito poderá ser realizado de forma guiada ou autoguiada. A atividade guiada deverá ser feita em veículo 4x4 e se dará em dois períodos: matutino, com início às 8 horas e término às 12h30; e vespertino, com início às 14 horas e término às 18h30. No horário de verão o Parque poderá fechar mais tarde, para que os visitantes possam contemplar o pôr-do-sol.

Durante o banho nas lagoas, os visitantes deverão ser alertados sobre o uso de produtos químicos (óleos bronzadores, repelentes, sabonetes, xampus, entre outros), já que, principalmente na época da seca,

a água não se renova, podendo comprometer a qualidade de vida das plantas, algas e até dos peixes encontrados nesse tipo de ambiente, além de também afetar a qualidade da água para o banho dos visitantes.⁵

Para esse circuito, no estacionamento da Lagoa Azul, junto à estrutura de descanso e sombra, a ser projetada pela arquiteta Roberta Sado, propõem-se um painel vertical, com 100 cm (L) x 160 cm (A), com um croqui dos atrativos indicando as lagoas da Preguiça, Azul, Peixe e Bonita e também as normas de comportamento para visitantes, com relação ao banho nas lagoas e procedimentos com o lixo.

A seguir, no Quadro 3, encontram-se as informações de localização dos pontos de interpretação ambiental (pontos geograficamente referenciados), bem como os tópicos a serem desenvolvidos para cada ponto interpretativo.

Fonte: Projeto Interpretação Ambiental, 2003.

Quadro 16 - Placa Interpretativa 9 do Projeto Interpretação Ambiental

O parágrafo abaixo reforça que a preservação do espaço se dá a partir de um controle dos corpos e das mentes dos visitantes. O disciplinamento é, ao longo de todo o texto, enfatizado:

Para visitar a Lagoa Azul os usuários deverão passar pelo Centro de Visitantes Barreirinhas, onde receberão informações da equipe do Parque, com o apoio dos painéis fixos, sobre o comportamento adequado de visitação e demais normas de manejo da Unidade e da exposição de *banners*, que explorar  a temática socioambiental da região [...]

Neste outro item, a sustentabilidade é condicionada à disciplina dos visitantes, reunindo   conceitos como os de corpo, saúde e meio ambiente.

Durante o banho nas lagoas, os visitantes deverão ser alertados sobre o uso de produtos químicos ( leos bronzeadores, repelentes, sabonetes, xampus, entre outros), já que, principalmente na época da seca, a água não se renova, podendo comprometer a qualidade de vida das plantas, algas e até dos peixes encontrados nesse tipo de ambiente, além de também afetar a qualidade da água para o banho dos visitantes.

O fato de usar o protetor solar inadequado, no Parque, pode vir a “comprometer a qualidade de vida de plantas algas e até dos peixes encontrados nesse tipo de ambiente”, além de também afetar a qualidade da água para o banho dos próprios visitantes. Importante notar que há nesse princípio a transferência de responsabilidade pela destruição do meio ambiente ao indivíduo, e não apenas ao Estado, conforme reiterado na placa abaixo.

⁵ Verificamos durante visitas ao parque, que a sede interna do Parque não existe mais e não há nenhum tipo de treinamento ou palestra anterior à entrada dos visitantes ao parque.

PLACA 2

<p>COLABORANDO COM AS LAGOAS E COM O DIVERTIMENTO DE TODOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteja-se do sol, use chapéu e leve água. • No período da seca a água das lagoas fica acumulada durante meses: ao usarmos produtos químicos (bronzeadores, repelentes, xampus), estaremos comprometendo a vida na lagoa e a qualidade do banho dos turistas. • É fácil perder-se no campo de dunas, por isso mantenha sempre um ponto de referência. • Traga de volta todo o seu lixo. Assim você contribui para manter a bela paisagem dos Lençóis e evita ferimentos causados por latas e garrafas. • Os animais silvestres podem engolir plástico, isopor ou filtro de cigarro e morrer por asfixia.

Fonte: Projeto Interpretação Ambiental, 2003.

Quadro 17 – Placa Interpretativa 2 do Projeto Interpretação Ambiental

Podemos depreender que a instalação de placas educativas é posta como recurso essencial para a obtenção do equilíbrio dos ecossistemas e, conseqüentemente, essenciais para a sustentabilidade.

Os destinatários do Plano de Manejo são turistas de diferentes grupos. O conceito de sustentabilidade proposto pelo documento ora se liga à conservação do espaço, por meio de diferentes estratégias, como a disciplina do espaço, do tempo, dos corpos e das mentes; ora se articula ao capitalismo, que busca mecanismos para produzir riquezas a partir do consumo desse patrimônio natural e cultural.

Para a AD, o caráter ideológico do discurso é constitutivo de seu sentido, isto significa que o sentido de uma FD depende da relação que ela estabelece com as FDs no interior do espaço interdiscursivo. A heterogeneidade constitutiva do discurso o impede de ser um espaço estável, fechado, homogêneo, mas não o redime de estar inserido em um espaço controlado e demarcado pelas possibilidades de sentido (MUSSALIM, 2003). As redes de sentido a que as falas analisadas no Plano se filiam ligam-se à política, à economia, à ciência e à educação.

A sustentabilidade é configurada nesse espaço como algo cuja condição de existência depende, preponderantemente, de efeitos de sentidos operados sobre as mentes e os corpos dos indivíduos. A cadeia discursiva tramada no Plano de Manejo visa a uma sustentabilidade que será alcançada por meio do disciplinamento do próprio espaço, o qual passa a ser inscrito em uma ordem do discurso da preservação, ao mesmo tempo em que é posto na ordem do capital. Assim, termos como conservação, preservação, continuidade apontam para práticas compatíveis com a qualidade de vida futura e desejável.

Também observamos um diálogo desse documento com a Carta Verde da Terra, escrita em 2001 pelo Partido Verde, que destaca a necessidade de se estabelecer uma sustentabilidade que vise, primordialmente, à justiça social e aos aspectos sociais que se associam ao meio ambiente.

Como na visão de Foucault, um enunciado nunca funciona aleatoriamente, mas se constitui dentro de uma rede de sentidos, memórias e significações, pontuamos o fato de esse documento ter sido elaborado na época em que Sarney Filho era Ministro do Meio Ambiente e filiado ao Partido Verde, conforme ele ressaltou em entrevista sobre a eleição do Parque dos Lençóis como “A Primeira Maravilha Natural do Brasil”⁶:

Sonora do deputado Sarney Filho: 04:28 “Eu devo dizer e é importante que diga que foi como Ministro do Meio Ambiente que eu consolidei o Parque Nacional dos Lençóis, **nunca nenhum ministro até hoje mandou tanto recursos para** o Parque Nacional dos Lençóis e foi através desses recursos que se fez o Plano de Manejo, **que se criou o parque, que se deu estrutura para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**”.

Tal contexto leva-nos a identificar as relações interdiscursivas entre o Plano de Manejo do Parque dos Lençóis e sua aproximação com os princípios de sustentabilidade propostos pela Carta Verde da Terra, por exemplo.

No capítulo seguinte, analisaremos as propagandas, e outras falas. Verificaremos de que modo esses discursos se opõem ou se aliam à vontade de verdade inscrita no Plano.

⁶ Entrevista disponibilizada pela Assessoria de imprensa do deputado Sarney Filho, em 8 de agosto de 2007.

CAPÍTULO IV

O PARQUE DOS LENÇÓIS E A SUSTENTABILIDADE: olhares transversos

Há sempre batalhas discursivas movendo a construção dos sentidos na sociedade

(GREGOLIN; BARONAS, 2003).

Neste capítulo, buscamos as regularidades que constituem a noção de sustentabilidade nos dizeres sobre o Parque dos Lençóis em propagandas impressas oficiais e não-oficiais, em sites oficiais e não-oficiais e em uma reportagem. Verificamos as condições de existência da sustentabilidade nos dizeres sobre o Parque, nesses enunciados.

4.1 Propagandas do governo estadual

Na sociedade contemporânea, a proliferação em escala mundial de manufaturas concebidas pelas revoluções tecnológicas produzem recursos capazes de provocar mudanças nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Tais recursos alteraram os padrões de trabalho, de lazer, de consumo, a relação do homem com o ambiente natural e promoveram uma verdadeira revolução cultural. Essas mudanças interferiram no processo de compreensão que temos de mundo e modificaram as atividades que buscam se adaptar a esse novo cenário. Nesse contexto, atividades como o turismo ganharam enorme relevância na sociedade, ascenderam a níveis jamais vistos e encontraram na plasticidade da indústria cultural uma poderosa ferramenta para se promover, por meio de um discurso tecido por uma linguagem sedutora, acompanhado de belas imagens e estratégias de persuasão.

O entendimento de indústria cultural, apreendido neste trabalho, é o proposto no livro *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer (1985), para o qual as formas de produção, os meios de comunicação e até a indústria do lazer estão subordinados a um controle, que se apresenta de forma sutil e rigorosa, com o intuito de conduzir os interesses dos consumidores para os produtos ofertados, sem que estes percebam tal estratégia, deixando sempre a impressão de que a escolha foi feita pelo próprio consumidor, que tem liberdade para isso. Esse mecanismo faz com que os consumidores acreditem ter feito escolhas individualizadas, únicas. Entretanto, o que ocorre de fato é uma velada padronização nesta oferta das supostas “múltiplas escolhas”, na medida em que estas fazem parte de uma já estabelecida gama de possibilidades.

Em parceria com a mídia, o turismo se solidifica como atividade indispensável na sociedade contemporânea. Torna-se cada vez mais difícil concebê-lo sem constatar que suas atividades são edificadas em nossa imaginação por uma gama de mecanismos discursivos.

Nesse jogo da indústria cultural há um incessante trabalho de produção de identidades, um trabalho que representa a dinâmica de uma força que se desenvolve de modo estratégico, a partir do século XVII, conforme já apontado (FOUCAULT, 1999c). Isso aconteceu porque o poder tornava-se cada vez mais invisível, porém mais eficaz, ao instaurar modos disciplinares sobre os indivíduos pela organização do tempo e do espaço, para produzir subjetividades. O poder, na sociedade ocidental, deixou de gerir a população de forma punitiva e iniciou um processo de agenciamento das “almas” e dos “corpos”, que foi chamado por Foucault de biopoder. Nessa visão de poder, o corpo assume uma posição relevante em uma sociedade que busca a produtividade a qualquer custo.

Desde a época em que as leis trabalhistas instauraram o descanso, o tempo livre passou a ser entendido como elemento necessário para a boa produtividade do trabalhador. O capitalismo transformou o tempo livre em mercadoria e o lazer passou a ser agenciado como biopolítica, na medida em que o descanso começou a ser considerado necessário para a produção ou quando o lazer foi instituído como forma de gerir o espaço e a população (RODRIGUES, 1998). Por meio da difusão de experiências de lazer veiculadas em nossa sociedade por TV, rádio, cinema, jornais, revistas e internet, são operadas uniformização e massificação de comportamentos, agenciados por uma indústria que se fundamenta no consumismo, que leva o homem ao trabalho com o objetivo de satisfazer fantasias, fabricadas por intermédio de vários mecanismos responsáveis por construir no indivíduo o desejo de possuir objetos, muitas vezes sem necessidade.

Nesse contexto, é criado o lazer espetáculo, um lazer fantasioso, produzido pela mídia, que domestica o uso do tempo e impõe imagens alheias ao mundo vivido pelo espectador. Isso ocorre porque a realidade, no campo das comunicações, não passa de um simulacro, uma simulação do que poderia ser a realidade. Debord (1997) afirma que o espetáculo passou a ser um ornamento indispensável para a modelagem de uma grande multidão de imagens, objetos capazes de gerar necessidades.

Os meios midiáticos exercem então importante papel nesse processo. Por meio de seu poder de comunicação, estimulam a procura por novos destinos turísticos, em busca do (re)conhecimento de paisagens e culturas diversas, incentivando, assim, o desenvolvimento do turismo aos mais distintos rincões do planeta. De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), em 2006, esta atividade movimentou cerca de 840 milhões de pessoas ao

redor do mundo e gerou cerca de 234 milhões de empregos, significando 8,7% da força de trabalho no mundo. No que se referem aos números nacionais, o lucro do setor em 2007 foi cerca de R\$ 184 bilhões⁷. A força do turismo, enquanto um vetor de sustentação da economia mundial e nacional parece inquestionável, motivo pelo qual países emergentes como o Brasil têm reconhecido o setor como indutor no caminho para o desenvolvimento econômico e para a geração de recursos econômicos através da criação de emprego e renda. O turismo contemporâneo torna-se, assim, um importante vetor de políticas públicas, adotadas nos âmbitos federal e estadual no país, sobretudo porque se apresenta como uma atividade capaz de acelerar o crescimento econômico com mínimo impacto ambiental, de forma sustentável.

Os espaços e as paisagens que a indústria turística vende midiaticamente são configurados por discursos que, estrategicamente, criam determinadas identidades para os lugares. Assim, turismo e indústria cultural realizam um trabalho incessante de produção de identidades, um trabalho que representa a dinâmica de uma força que se desenvolve de modo estratégico. Conforme aponta Jameson (2006), nesse cenário, a propaganda mostra-se como mediadora essencial entre a cultura e a economia, podendo ser incluída entre as inúmeras formas de produção estética. Os produtos, inclusive os oferecidos pela atividade turística, apresentam-se como espetáculos sedutores ao consumidor, como propulsores de felicidade. Aos discursos da propaganda turística são agregados atributos psicossociais desejados pela sociedade contemporânea, tais como: status, poder, reconhecimento social e felicidade, provocando atitudes de identificação e fascínio.

As propagandas turísticas são meios de divulgação muito utilizados na publicidade do Parque dos Lençóis. Esses elementos, como toda peça textual, se fazem pelo diálogo entre muitos outros textos e por isso, a interpretação do gênero propaganda depende fundamentalmente do reconhecimento do interdiscurso, na tentativa de estabelecer vínculos entre as redes de memória que os constituem. Ao reinserir, num determinado momento histórico, temas e imagens do passado, a propaganda os ressignifica, atualizando-os por meio de efeitos de repetições e paráfrases, reconfigurando, desse modo, uma memória social. Memória que se apresenta como expressão do passado e ao mesmo tempo como representação seletiva, que nunca é somente de um indivíduo, mas de todo um contexto social (LE GOFF, 2003). No próximo item, verificaremos como nessa rede de significações ocorrem regularidades na dispersão de memórias inscritas nas propagandas do Parque dos Lençóis.

⁷ Informação da WTTC World Travel & Tourism Council.

4.2 Discurso, diálogos e memórias

Para a Análise do Discurso, um texto será inteligível se ele apresentar algo que o leitor já conheça, ou seja, traços legíveis que permitam sua interpretação. A produção de sentidos depende do reconhecimento desses traços, que exigem a memória de outros textos, de outros discursos. A AD designa essa memória de interdiscurso, definido como

série de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraçando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciativo na formação dos enunciados ‘pré-construídos’, de que sua enunciação apropria-se (COURTINE, 1999, p. 18).

Como todo texto se constrói a partir de um já-dito, isto é, um texto retoma outro, que ressoa em outro, em uma cadeia infinita, o sentido não está no texto, mas na relação que este mantém com quem o produz, com quem o lê, com outros textos, em uma trama intertextual, e com outros discursos possíveis, denominando-se esse fenômeno interdiscursividade. Essas redes de sentido se caracterizam pela heterogeneidade e dispersão.

Dizer que o sentido é constitutivamente heterogêneo e disperso significa entendê-lo sempre como dialógico, múltiplo, fugaz; ora se mostrando, ora se escondendo, na materialidade do texto. Os sentidos dos textos devem ser rastreados em elementos que o constituem, como o contexto histórico-social, o qual implica, entre outros aspectos, na identificação das condições em que o texto foi produzido, quando foi produzido, por quais sujeitos, em que gênero discursivo ele está inscrito etc.

Para efeitos analíticos das propagandas selecionadas nesta pesquisa, consideraremos inicialmente o fato de a propaganda turística ser um gênero do discurso, com forma de funcionamento muito próprio. Ela possui regras que controlam seu *modus operandi* e circulação. O gênero do discurso, de acordo com o Círculo de Bakhtin, institui-se a partir de três aspectos: o conteúdo temático; o estilo e a construção composicional.

Segundo Leite (2004b), a propaganda turística apresenta regularidades enunciativas que, dimensionadas dentro desses aspectos propostos pelo Círculo, confere-lhe o estatuto de gênero. No âmbito do “conteúdo temático”, a propaganda turística apresenta-se como anúncio do espaço nordestino. Em relação ao “estilo”, esse gênero constitui-se por uma linguagem coloquial, trabalhada esteticamente, cuja “composição” é construída a partir de

elementos heterogêneos, pelo “cruzamento de vários textos e discursos”, agenciados por um enunciador que fala de lugares dispersos (LEITE, 2004b, p.165).

A eloquência publicitária vale-se usualmente de táticas argumentativas que projetam uma hiper-realidade, exacerbando aspectos naturais ou culturais, produzindo sentidos, simbologias de magia, mito e ritualização em torno do ato de consumir. Nesses textos, valorizam-se memórias, histórias, verdades de certas épocas que ajudam a compor o mosaico de sentidos atribuídos ao produto. Como um artefato cultural, o discurso propagandístico é a representação de valores de uma sociedade; nele encontramos vozes que significam a realidade de cada povo. Como elemento do mundo capitalista, a propaganda é um dispositivo de construção de subjetividade; ela é capaz de moldar identidades e vender essas identidades, que são edificadas de acordo com certos poderes. A propaganda no turismo, assim como no mercado em geral, é “a alma do negócio”. Elemento fundamental nas vendas e forma de buscar um diferencial, por meio dela, o turismo divulga seus produtos e leva o turista a “escolher” seu destino, a elaborar um roteiro de viagem. As estratégias de comunicação, nesse gênero, devem levar em conta a concorrência do mercado e posicionar a localidade receptora em um lugar de destaque. Nesses textos, é imprescindível destacar a singularidade de cada local.

Conforme acentuado, ao considerarmos as condições de produção do texto e do discurso é mister avaliar o contexto no qual são produzidos. No caso das propagandas sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, é preciso considerar o suporte de leitura, pois, conforme Chartier (2000), os suportes, sendo diferentes, produzem distintos efeitos. Todos os gêneros necessitam de um meio de circulação. As propagandas sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses circulam em locais como *folders*, revistas, catálogos e *sites* eletrônicos. Esses diferentes *locus* (MARCUSCHI, 2004) têm finalidades semelhantes – divulgar produtos e serviços do *trade* turístico. Os suportes distinguem-se em geral quanto ao público-alvo, forma de circulação e formato de sua estrutura. Uns são fixos, como os *sites*; outros móveis, como os *folders*, revistas, catálogos.

A propaganda afeta nossas práticas, comportamentos, condutas. Como dispositivo midiático, ela produz em nós identidades. Por meio dela é possível identificar uma síntese da história, dos costumes e valores de uma dada sociedade, pois ela é uma interpretação de um dado momento social. Desse modo, não há uma relação transparente entre o homem, o mundo e a linguagem, essa tríade inseparável é construída no discurso da propaganda. Isso ocorre porque a linguagem é uma armadilha, um jogo de sedução que objetiva enredar o consumidor

de modo que ele adquira o produto anunciado e com ele os valores simbólicos que a publicidade oferece ao leitor/consumidor.

O discurso publicitário⁸ desempenha um importante papel na construção da imagem de um lugar, tendo em vista que a função da mensagem publicitária é produzir efeitos de sentido e criar um mundo ideologicamente favorável e perfeito com a contribuição do produto a ser vendido. E conforme Marchezan (2002, p. 218), “a publicidade caracteriza-se como um discurso que constrói ou reforça diferenças: cria a identidade de uma marca, particulariza um produto, singulariza um acontecimento, destaca uma ideia definindo suas feições e qualidades”.

O caráter ideológico das propagandas determina um conjunto de mecanismos que atravessa o texto em sua materialidade estrutural e discursiva. A propaganda é um texto que possui uma materialidade verbal e outra não-verbal, em que a produção de sentidos acontece a partir do entrelaçamento dessa dupla materialidade. Somos afetados pelo discurso da propaganda quando buscamos, enquanto consumidores, pertencer ao mundo “criado”, idealizado no texto publicitário, ou seja, quando buscamos fazer parte da imagem, da fantasia produzida pela indústria publicitária. Comungar homem e paisagem, homem e preservação da natureza em seu discurso é um dos simulacros construídos pela propaganda que vende o Parque dos Lençóis.

Uma estratégia que a propaganda turística do Nordeste tem mobilizado para a divulgação do litoral é a forte retomada de uma memória sobre o paraíso tropical, o Éden redescoberto, a partir de um cenário composto por praias extasiantes, gente simples e hospitaleira, comida farta e exótica para o olhar estrangeiro (LEITE, 2004a). Esse recurso pauta-se no que Orlandi (2001, p.12) denomina discursos fundadores, matrizes de significado, como a Carta de Pero Vaz de Caminha, que funcionam como construtores de um imaginário sobre o “país como lugar pródigo em riquezas, terra fértil”. Essa marca, que persiste na atualidade, é utilizada pelo turismo por meio de paráfrases e recitações constantes.

A noção de paraíso nos discursos que permeiam a divulgação do Parque surge de inúmeros acontecimentos discursivos, entre os quais se destaca o que Chauí (2000) denomina mito fundador, relacionado ao fato de a América, assim como o Brasil, serem invenções históricas e construções culturais. Para a autora, o Brasil foi uma criação dos conquistadores europeus. “O Brasil é instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”. Essa construção a autora designa como mito fundador (CHAUÍ, 2000, p. 35).

⁸ Estamos considerando, neste trabalho, propaganda como sinônimo de publicidade.

Segundo a filósofa, o sentido da palavra *mito*, vai além do seu teor etimológico (do grego *mythos*), que diz respeito à narração pública de feitos lendários de uma comunidade. É necessário apreciar o termo em seu aspecto antropológico, o qual atribui a essa narrativa a capacidade de resolução imaginária de tensões, conflitos e contradições, sem perspectivas de soluções no âmbito da realidade. Um “mito fundador” liga-se ao passado como origem, isto é, a um passado que não se esgota jamais, eternamente presente, atemporal. Para a autora, um mito fundador está sempre retornando, encontra novas roupagens, meios de exprimir-se, novas linguagens. A ele são acrescentados sempre novos outros valores, de modo que, mesmo parecendo ser outro, “é a repetição de si mesmo”.

Nas retomadas constantes de lugar perfeito onde a natureza é imperativa, a noção de paraíso oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica do Brasil, diz Chauí (2000).

Nas propagandas, essas representações adquirem o tom do discurso da indústria turística, e tem seus elementos reorganizados.

Segundo Chauí (2000), no período da conquista e colonização da América e do Brasil surge a visão do paraíso como um dos elementos formadores da construção de um mito fundador. A “visão do paraíso” é o que a autora chama de elaboração mítica do símbolo “oriente”. Esse paraíso terrestre configura-se, antes de tudo, como jardim perfeito:

vegetação luxuriante e bela (flores e frutos perenes), feras dóceis e amigas (em profusão inigualável), temperatura sempre amena (“nem muito frio, nem muito quente”, repete toda a literatura), primavera eterna contra o “outono do mundo” de que falava o fim da Idade da Média, referindo-se ao sentimento de declínio de um velho mundo e à esperança de restituição da origem, idéias vigorosamente retomadas pela Renascença, particularmente pelos neoplatônicos herméticos que, como Campanella, elaboraram utopias de cidades perfeitas guiadas pelo Sol e pelos “sete planetas”, fonte da futura elaboração da imagem do Brasil como Eldorado (CHAUÍ, 2000, p.37-38).

Essas imagens são constantemente retomadas e atualizadas, em diferentes espaços discursivos. Nas propagandas turísticas do Parque, elas são mobilizadas para enfatizar os atrativos turísticos peculiares a cada estado.

O Parque dos Lençóis é apresentado sempre como sinônimo de oásis. Em uma perspectiva ufanista, os textos que o descrevem são permeados de efeitos semânticos, que edificam uma noção de natureza intocada, descobertas, aventura, e exotismo, inserindo um jogo de silenciamentos da realidade local, em que pobreza e riqueza convivem paradoxalmente. Isso ocorre na propaganda porque existem condições de possibilidades específicas, existe uma ordem nesse gênero que só permite mostrar uma parte da realidade e

obriga a silenciar outra. Como o objetivo da propaganda é vender o espaço, não é conveniente destacar os problemas sociais do atrativo turístico.

4.2.1 (Re)significações do espaço maranhense

A impossibilidade de o cliente conhecer o produto antes de comprá-lo mobiliza a indústria midiática no sentido de levá-lo a consumir um produto ideal. O discurso publicitário fetichiza as mercadorias (objetos), transformadas em marcas de sedução, por meio de um apelo psicossociológico, visto que a mensagem se dirige a um sujeito psíquico (dotado de afetos, defesas e projeções, identificações e desejos) e social (de uma cultura, de um contexto sócio-histórico), com valores de pertencimento, compartilhada por todos como um ideal de existência. Segundo Tavares (2007, p. 25):

o discurso publicitário transforma o social; a ideologia e a hegemonia fazem parte da produção simbólica de sentido, na qual se mitologizam os sonhos, os desejos e as frustrações que estão presentes no imaginário coletivo. Para tal efeito, o discurso publicitário tem um papel estratégico nessa produção de sentido. Isto porque ele é extremamente politizado como uma forma de controle social.

Considerando que os textos publicitários, que tem por alvo a venda do espaço turístico, constituem-se a partir de uma busca, de uma identificação com o que o turista almeja encontrar – tendo em conta muitas vezes ter a viagem de turismo como motivação principal para escapar do turbilhão do dia a dia, do estresse cotidiano – a construção do lugar de destino é feita por meio de elementos simbólicos que o aproximam de seu desejo. Daí as relações com o discurso cristalizado sobre o paraíso, o diferente, o exótico, o ideal.

O trabalho do analista consiste em reconstituir unidades da dispersão, explicar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de certo conjunto. Construir unidades não significa, entretanto, uma operação de simplificação e ordenação de enunciados díspares, pelo contrário, trata-se de multiplicar discursos e sujeitos.

As margens da propaganda turística sobre o Parque dos Lençóis estão povoadas de um “já-dito”, um interdiscurso pautado em uma memória social fundante da nação Brasil, por vezes cruzada pelo “mito do paraíso tropical”. Um imaginário brasileiro nutrido por uma representação do país como “paraíso terrestre”, que se repete infinitamente em vários discursos, sempre reconfigurado historicamente.

O trabalho com a linguagem instaura inúmeros efeitos de sentido. Na produção dos espaços turísticos, particularmente, cujo objetivo é levar o consumidor a comprá-lo como

produto, a linguagem é tecida com o auxílio de várias memórias e, assim, exerce um grande poder de sedução. No caso dos Lençóis Maranhenses, os fios discursivos que tecem as propagandas dialogam com o a ideia de paraíso e ao mesmo tempo ressignifica o lugar, particularizando-o.

Essas propagandas promovem sempre um efeito de singularidade por meio de manobras enunciativas, a exemplo de enunciados como estes: *o mais apaixonante; o único deserto do mundo; paisagem sem igual*. A adjetivação bastante explorada, reforça o caráter preservado do ambiente e ajuda a transmitir a ideia de natureza intocada, visto que em tempos de devastação, são cada vez mais raros espaços naturais nessas condições. Apesar da recorrência comum a outros discursos publicitários sobre destinos turísticos, que ressaltam a beleza do lugar, na propaganda dos Lençóis Maranhenses, essa característica – a singularidade – torna-se bastante evidente.

A partir de textos fundadores como o da descoberta do Brasil, nas propagandas dos Lençóis somam-se imagens deslumbrantes, como a “Lagoa Azul”, sempre em harmonia com o “lençol de areia branca” e o “céu claro”. Sobre essa arquitetura de imagens existe um trabalho discursivo que projeta na memória social efeitos de sentido do lugar como um paraíso tropical, uma terra idealizada.

Há também uma *operação da memória* que se dá por meio da imagem de “um lençol de areia”. Nessas imagens, há a presença humana configurada como prolongamento da paisagem que contempla, numa relação simbiótica. Desse modo, homem e natureza formam um cenário em perfeita harmonia, estabelecendo diálogos com o discurso bíblico: a relação harmônica de Adão no paraíso, antes do pecado. Emerge daí um efeito de sentido pautado na ideia de perfeição: o homem pode conviver de forma sustentável com o planeta, discurso difundido no mundo globalizado, e reproduzido no setor turístico.

As posições ideológicas colocadas em jogo na enunciação inserem-se nas condições de produção do discurso. O que fazemos ao usar a linguagem é produzir discursos em certas condições que não visam apenas ao estudo das formas de organização dos elementos que constituem o texto, mas, principalmente, as formas de instituição de seu sentido. Na análise de um texto, cumpre considerar a enunciação de um sujeito como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores podem ser substituíveis. Ele dialoga com a alteridade, portanto.

As condições de produção do discurso não devem ser entendidas apenas como sendo a situação empírica que está em jogo, mas como sua representação no imaginário histórico-social. Os protagonistas do discurso (interlocutores) não devem ser considerados

seres empíricos, mas representação de lugares determinados na estrutura social: o lugar de chefe de estado, de marqueteiro etc. As relações entre esses lugares acham-se representadas no discurso por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro, a imagem que fazem do referente. O emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar as estratégias do discurso (PÊCHEUX, 1997, p.79-82).

Essas e outras questões referentes à composição das condições de produção da propaganda serão analisadas em diferentes enunciados a seguir:



Fonte: Catálogo Maranhão, [s.d].

Figura 9 – Lençóis Maranhenses – Maravilha natural do Brasil

A propaganda acima é composta por duas páginas, uma à direita e outra à esquerda. Para efeitos analíticos, inicialmente avaliaremos a composição dos sentidos da página à esquerda, seguindo informações da sociosssemiótica visual, em estudo de Almeida (2009). Nesse trabalho, a autora informa que:

O lado direito da imagem geralmente contém a informação-chave, a qual o leitor deve prestar atenção, pois nela se situa o elemento novo, aquilo que ainda não é conhecido por ele. O lado esquerdo, por sua vez, contém o elemento já dado, conhecido pelo leitor e com o qual ele já está familiarizado (KRESS; VAN LEEUWEN apud ALMEIDA, 2009, p.186).

No lado esquerdo da página, a informação já dada configura-se no texto verbal, que será avaliado mais a seguir. O lado direito, que sustenta o novo, nessa propaganda, é composto por duas imagens: a primeira trata-se de uma embarcação, que faz referência à rusticidade e ao primitivismo do lugar, imprimindo-lhe efeitos de identidade local, e certo ar exótico, se pensarmos que o enunciatário é um turista de uma metrópole, por exemplo. A rusticidade sugerida ou metaforizada pela imagem da embarcação corresponde ao outro do enunciatário/leitor, àquilo que esse sujeito não é, ou não tem. Essa rusticidade insere-se, ainda, na dinâmica da globalização que apresenta o local como produto universal. Assim, os jogos de imagem são constituídos no texto oficial. Esse cenário institui uma arquitetura de efeitos sedutores ao ambiente, busca atrair o turista, que procura a tranquilidade, em um lugar fora da agitação urbana. A vela do barco está desativada, e os espaços dos assentos podem ser preenchidos pelo turista.

Mais abaixo, há a imagem do pequeno vilarejo de Atins, flagrada do alto e de um ângulo em plano aberto. Almeida (2009, p.183) caracteriza esse ângulo como *long shot*, o qual retrata os participantes de forma distanciada, como se esses fossem “tipos e não indivíduos”. Desse modo, os participantes da cena, são representados como turistas. A autora também explica que o ângulo *long shot* tem uma significação muito específica, na ótica da gramática visual. Em geral, ele sugere a perspectiva do poder do observador da imagem. O enunciatário dessa propaganda, então, é colocado como aquele que tem poder em relação ao produto que lhe é apresentado; é instaurado assim mais um “jogo de imagens”, na enunciação.

Para Davallon (1999), a imagem representa a realidade, mas pode também conservar a força das relações sociais e impressiona o espectador. Uma imagem é uma produção cultural, tem, pois, uma eficácia simbólica muito intensa. Aquele que observa uma imagem produz significação. A imagem nunca lhe é dada pronta, por isso seu conteúdo varia de acordo com as várias possibilidades de leituras do espectador. A imagem oferece um “programa de leitura”, assinala ao espectador lugares que ele pode ocupar, fato bastante conhecido pelos publicitários. O autor também acentua que cada leitura é uma pequena recitação, exige uma retomada de inúmeras memórias, portanto. Com efeito, para o autor, se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a ocupar, isso instaura “uma comunidade – um acordo – de olhares”, como se a imagem pusesse no horizonte de seu alcance espectadores que possuem o mesmo ponto de vista (DAVALLON, 1999, p. 31).

Mergulhada numa miríade de informações, a sustentabilidade é configurada nesse texto em uma FD mercadológica, que dialoga com outras FDs (a política, a ambiental, a

econômica, a sociocultural) e configura-se na cena pela parca presença de pessoas, informação que sugere ao leitor que o Parque é pouco visitado e, portanto, pouco explorado. Na mesma página, há o título “Lençóis Maranhenses – maravilha natural do Brasil”, enunciado que estabelece diálogos com a memória das Sete Maravilhas do Mundo, cujo desejo é aproximar o Parque a lugares de beleza ímpar, no mundo.

Segue um texto verbal composto de três parágrafos, que se detêm, sobretudo, à descrição dos aspectos geográficos da área. O texto, inclusive, utiliza dados geográficos como mecanismo de persuasão, na medida em que os usa como lugar de autoridade, marcado pela cientificidade, estabilizada como verdade em nossa sociedade.

O primeiro parágrafo ressalta

A **beleza singular** de uma imensa região de dunas no litoral ocidental do estado é um **lugar único**. Com uma área de 155 mil hectares, que se transformou em Parque Nacional em 2 de junho de 1981, **os Lençóis Maranhenses têm recebido a visita de gente de todo o mundo**. É simplesmente deslumbrante. Sua formação aconteceu por **processos geológicos** ao longo de milhares de anos. Conhecido popularmente como **deserto brasileiro** atualmente é reconhecido como a mais bela maravilha natural do Brasil. Este ambiente magnífico reúne dunas, rios, mar, manguezais, além de lagoas de águas cristalinas que se formam no período chuvoso (entre março e julho). (grifo nosso).

Nesse segmento, o enunciador/sujeito coloca-se, inicialmente, no primeiro período, em um lugar que dialoga com as propostas da globalização, ao realçar a singularidade de produtos para vendê-lo. No segundo e terceiro períodos: “com uma área de 155 mil hectares, que se **transformou em Parque Nacional** em 2 de junho de 1981, **os Lençóis Maranhenses têm recebido a visita de gente de todo o mundo**. É simplesmente deslumbrante” (grifo nosso).

Chama atenção o fato de o enunciador sugerir que a área é responsável por sua própria transformação, utilizando a voz sintética do verbo “transformar”; silenciando, por esse meio, as questões políticas que levaram a tal resultado. A afirmação da transformação da área em “Parque Nacional” também é interessante, pois pressupõe que o leitor sabe o que significa ser um “Parque Nacional”, como um já posto, fato conhecido por todos.

Em “[...] os Lençóis Maranhenses têm recebido a visita de gente de todo o mundo”, o enunciador sugere que a sustentabilidade do local é atravessada por um diversificado fluxo de turismo. Além disso, o enunciador destaca que o Parque Nacional é conhecido “popularmente como deserto brasileiro”. Nesse caso, o termo deserto possui duas significações, uma que remete a noção de lugar despovoado, e outra que se refere às

características do Parque, como região que recebe pouca chuva, caracterizada pela vegetação xerófila.

O advérbio “popularmente” controla esses sentidos, remetendo a interpretações de que, na visão popular, o local assemelha-se a um deserto. Ressaltemos que, em termos argumentativos, o enunciador mobiliza sempre aspectos geográficos desse espaço.

No segundo parágrafo, é destacado o acesso ao local:

A porta de entrada a esse **paraíso** é através do município de Santo Amaro a 170 km de São Luís pela Br 402, de **modo bastante rústico** percorrendo 38 km do percurso em **estrada carroçal** dentro do Parque; e de modo mais confortável por Barreirinhas, com duração de três horas partindo de São Luís pela MA-402. A cidade conta com uma boa infra-estrutura de hotéis, restaurantes e lojas onde o visitante pode adquirir **peças artesanais da palha do burití**, uma **das matérias-primas mais tradicionais** do Maranhão. A partir dali as opções são diversas, uma delas é descer o rio Preguiças até onde este desemboca no mar. O passeio pode ser em lancha ou “voadeiras”, facilmente contratadas no local. No percurso, paradas obrigatórias para apreciar as dunas, banhar e visitar comunidades como Mandacaru cuja grande atração é um farol de onde se tem um belíssimo visual da região. Atins, o ponto de apoio mais próximo ao Parque pelo litoral. E se preferir pernoitar nesse mundo de **puro contato com a natureza**, em Caburé, por exemplo, existem diversas pousadas com agradáveis chalés, comida saborosa e banhos inesquecíveis (grifo nosso).

O enunciador se põe em um lugar informativo, descrevendo inicialmente de que forma o turista pode chegar ao Parque, apresentando-o como um paraíso. Como a grande maioria das propagandas sobre o litoral nordestino, que o revela como um local paradisíaco, nesse texto também há o retorno à ideia de paraíso, um lugar para poucos. A interpretação desses valores associada a essa imagem de paraíso, no texto, é estabelecida a partir de uma rede de indicadores textuais, que moldam representações acerca desse espaço. Esse elemento é tomado como foco de construção de identidades, tanto do lugar, como do próprio leitor, projetado como alguém que tem poder para desfrutar desse paraíso.

Através das retomadas e das paráfrases um jogo de força simbólico, que constitui uma questão social, é produzido na memória (ACHARD, 1999). Nesse sentido, Achard (1999) explica que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação, que deve ser tomada não como originada do locutor, mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso. Dessa concepção, emerge o fato de que um texto dado funciona através de sua circulação social, a qual se diferencia e estabelece diferenciações das memórias e das produções de sentido a partir de uma forma única (ACHARD, 1999). O enunciador dessa propaganda cria uma cena que, mediada pela cultura – faz confluír uma memória, os valores de uma comunidade que se vale da memória dos mitos edênicos. O enunciador propõe uma imagem paisagística balsâmica, paradisíaca, incrustada no fluxo contínuo da tradição.

Uma memória originada de um discurso religioso, o Éden, é constantemente regulada pelo discurso midiático/turístico, para por o seu produto – o espaço – à venda. Para isso, o enunciador mobiliza operações, interdiscursos, que visam ao reconhecimento por parte do consumidor. O Parque dos Lençóis será muito mais desejado se oferecer traços familiares ao leitor/consumidor.

Esse lugar paradisíaco materializa-se ao longo da descrição que realça suas características físicas. A imagem do paraíso instaura outras discursividades como a de que a vida urbana é estressante e só um lugar rústico, de intensa presença da natureza, poderia proporcionar prazer ao visitante que quer fugir de uma rotina estressante. Assim, a natureza é posta como produto de consumo para os que buscam tranquilidade.

No terceiro parágrafo, o enunciador prossegue com a promoção do espaço, agora mediante a “Lagoa azul”, parte constituinte do Parque:

Outra opção é o passeio que tem como destino as lagoas, como **a já famosa** Lagoa Azul. A viagem de cerca de uma hora é somente em carros de tração, através de trilhas, que levam a um **cenário encantador**. A lagoa, com suas águas convidativas ao mergulho, **é cinematográfica**. (grifo nosso).

A “Lagoa Azul” inclusive remete ao título de um filme, dos anos 80, com Brook Shields. O cenário era uma ilha deserta, onde duas crianças, sobreviventes de um naufrágio, passam as suas vidas. A história hollywoodiana de um menino e uma menina, que quando adolescentes passam a viver uma linda história de amor, remete os telespectadores à narrativa de Adão e Eva, que, conforme texto bíblico, estavam juntos no Jardim do Éden (Genesis, 2:7). O texto da propaganda dos Lençóis dialoga com essa produção ao aproximar, metaforicamente, a paisagem do Parque a um “cenário cinematográfico”, recobrando de sentidos espetaculares o lugar. Essa aproximação dos Lençóis ao cinema também faz parte de uma discursividade do homem pós-moderno, que busca o espetáculo, a visibilidade.

Na página à direita, complementando a propaganda no catálogo, há a imagem do Parque, também enquadrada em ângulo superior.



Fonte: Maranhão, [s.d].

Figura 10 - Lagoas naturais do Parque dos Lençóis Maranhenses

Essa imagem destaca apenas três turistas, que parecem usufruir da paisagem, às margens de uma das lagoas naturais, em tom azul. O texto alude à sustentabilidade na medida em que põe poucos visitantes no local, destaca o aspecto desértico da área, sugerindo que o local é de fato uma área de preservação, marcando formações discursivas como a ambientalista, a política e a econômica. De maneira implícita, o texto reforça o discurso de que o local é pouco frequentado. Entretanto, conforme destacado anteriormente, ao retomarmos o primeiro parágrafo, observamos que, apesar de o enunciador do texto não-verbal ressaltar o lado desértico do local, o enunciador do texto verbal destaca que o Parque “recebe a visita de gente de todo o mundo”, opondo-se à ideia de um deserto.

Sobreposta a essa imagem é apresentada outra figura do Parque, em tamanho menor, também flagrada a partir de um ângulo que situa o olhar do espectador em um enquadramento superior, delegando poderes e posições discursivas a esse espectador, conforme já acentuado. Essa cena assim montada revela uma imagem do Parque que faz lembrar os movimentos de um tecido, remetendo a memória do leitor à ideia de um grande lençol. O enunciador que apresenta essa cena parece situar-se em um ponto distante da paisagem e a natureza passa a ser o *lá* dessa enunciação, o produto que deve ser objeto de desejo do enunciatário. Essa dimensão fotográfica constrói um efeito de lugar deserto, pouco explorado pelo homem e onde a natureza sobrevive suprema, longe das interferências

humanas. A imagem comunica que o lugar ainda pode ser um dos poucos redutos de profunda harmonia entre homem e natureza.

Outro catálogo, cujo título “Maranhão. Quem conhece se apaixonou”, traduzido para o inglês e o espanhol, traz como imagem de capa também um recorte do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Desta vez a imagem oferecida pelo enunciador não é dada de um ângulo superior (Figura 11), mas é enquadrada frontalmente, ângulo que sugere uma relação simétrica entre o produto anunciado e o enunciatário. No dizer de Almeida (2009, p. 184), a utilização do ângulo frontal estabelece “um envolvimento entre o leitor e o participante da cena”. Nessa perspectiva o Parque é entendido como participante da cena, que convida leitor a visitá-lo.



Fonte: Maranhão, [s.d].

Figura 11 - Catálogo “Maranhão. Quem conhece se apaixonou”

O enunciado escrito na areia remete à ideia de que a presença do homem nesse ambiente precisa ser tão sutil quanto as pegadas na areia, que se apagam com o simples sopro de vento, sem deixar vestígios. Expressa também que a atividade turística praticada no Parque é sustentável e tem suas bases assentadas no ecoturismo. Nos remete ainda a uma frase comumente utilizada em áreas naturais protegidas: “**Neste lugar nada se tira a não ser fotos, nada se deixa a não ser pegadas, nada se leva a não ser lembranças**”. Esse

enunciado instaura, também, uma metonímia: o Parque passa a significar o Maranhão, já que, do ponto de vista do enunciador, o Parque é o representante maior das belezas naturais de todo o Estado.

No centro do catálogo, existe a mensagem: “A natureza aqui é festa para os olhos e para a aventura”. Lençóis Maranhenses, Maravilha Natural do Mundo – a identidade do local é apresentada como um bem mundial e como o outro texto, dialoga com a noção de maravilha do mundo.

A NATUREZA AQUI É **FESTA** PARA OS OLHOS E PARA A AVENTURA.

Quando se está no Maranhão a palavra natureza expressa-se em toda sua **pujança** de vida e magia.

Em cores, formas e movimentos que seduzem o olhar do visitante.

Esse **lugar exuberante** contém a **maior diversidade de ecossistema** de todo o Brasil.

E é **banhado pelo sol o ano todo**. (MARANHÃO, [s.d.]).

Em tom ufanista, esse enunciado dialoga com um imaginário historicamente construído sobre o Nordeste como o lugar da festa – conforme destaca o dêitico “aqui” – palco de pouco trabalho e muita diversão. A festa é, então, incluída no pacote de prazer que o turista pode encontrar nos Lençóis. Nesse texto, é preciso notar que o enunciador expõe a biodiversidade do lugar, mas não são propostos mecanismos discursivos que levem a pensar em sua sustentabilidade. A singularidade do espaço é dada a partir de frases como “lugar exuberante”; que “contém a maior diversidade de ecossistema de todo o Brasil”. As FDs que o constituem pautam-se em saberes geográficos alinhavados com boa dose de discurso mercadológico, que ressalta os diferenciais do local.

Lençóis Maranhenses

Chega-se ao Parque dos Lençóis pela rodovia BR-135/Ma-402, e de avião, por vôo charter e regulares que saem de São Luís em aeronaves de pequeno porte.

Chegando de avião, você vai ficar fascinado com a visão de um **imenso véu de noiva** estendido por 155 mil hectares. São as dunas entrecortadas por lagoas formadas pelas águas das chuvas que, devido à vegetação e ao solo, ganham cores azuladas ou verdes. Para conhecer **essa maravilha**, tem-se que enfrentar dunas e ventos.

Os passeios podem ainda ser feitos a pé ou de jumento, animal de carga, comum no local. De Barreirinhas, saem barcos que navegam pelo rio Preguiça, um passeio imperdível.

Outra maravilha da região – o rio recebeu o nome pela calma das águas. Ao longo dele, pode-se apreciar a **flora nativa** e **incríveis manguezais**, com **destaque para o buriti, uma espécie de palmeira que dá um ar bucólico ao passeio...**

Os Lençóis podem ser apreciados o ano inteiro. Entre dezembro e junho, período de chuvas, as lagoas estão cheias, mornas e ótimas para um banho.

As águas dos Lençóis são habitadas por cardumes, que são vistos de longe nas **águas transparentes**.

Aves migratórias como o maçarico a marreca de-asa-azul o trinta-réis visitam as lagoas para descansar e alimentar-se. Nas praias da região, você também tem a **companhia agradável** dos caranguejos e tartarugas. (MARANHÃO, [s.d.], grifo nosso).

Destacamos nesse texto como o enunciador edifica a noção de sustentabilidade por informações como a de que existem elementos naturais no Parque, que imprimem ao local uma tonalidade pura, como “a flora nativa e incríveis manguezais”. O enunciador ressalta ainda as marcas da identidade local com “destaque para o buriti, uma espécie de palmeira que dá um ar bucólico ao passeio” e que “Os passeios podem ainda ser feitos a pé ou de jumento, animal de carga, comum no local”. A noção de lugar protegido da degradação ambiental é reforçada ao afirmar que as águas da lagoa são “transparentes”.

O rio Preguiça é outro elemento que mobiliza o aspecto de paz que o turista pode encontrar, durante o passeio. O texto transforma elementos que seriam estranhos a um turista, como um caranguejo, em companhia perfeita, com o intuito de por a fauna como marca da identidade local. Em relação aos silenciamentos no texto, vale notar que não há referências às mazelas sociais. Não é dito que o calor é intenso em certos momentos, o que remete às observações de Chauí sobre a noção de paraíso construída para o país tropical como Brasil. Essa construção é ratificada pela informação de que “os Lençóis podem ser apreciados o ano inteiro”. A imagem do lençol é substituída pela figura do véu de noiva, mas em ambas as imagens a motivação se sustenta na ideia de um tecido.

Ao destacar os meios de passeio pelo Parque, o enunciador constrói uma representação de seu enunciatário, insinuando, por exemplo, que esse leitor desconhece elementos da cultura local ou nacional, como o jumento, explicando o que é o animal. Representa, assim, o enunciatário como um sujeito de cultura restrita.

O texto abaixo, lançado no caderno “Roteiros do Maranhão”, em iniciativa da Secretaria Municipal do Turismo. Trata-se de uma paráfrase do texto do governo estadual, que ressalta os aspectos geográficos da área.

► **Pólo Lençóis Maranhenses**




Lençóis Maranhenses

O que fazer e ver

- Conhecer as Lagoas Bonita e Azul em Barreirinhas (ficar até o Pôr do Sol);
- Conhecer as dunas e lagoas de Santo Amaro, especialmente a Lagoa das Gaivotas e a do Reflexo;
- Descer o Rio Preguiças para admirar a vegetação, os Pequenos Lençóis, o Farol de Mandacaru e Caburé;
- Fazer o *trekking* pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, de ponta a ponta;
- Fazer o sobrevôo panorâmico sobre os Lençóis;
- Surfar e mergulhar nas praias da região, principalmente a Praia de Travosa;
- Pernoitar em Atins e conhecer os atrativos do lugar;
- Conhecer as cachoeiras temporárias de água doce em Atins e Santo Amaro;
- Acampar nas dunas em noites de lua cheia;
- Provar o camarão da Luzia;
- Flutuar no Rio de Cardoso em um bóia-cross;
- Apreciar e comprar o artesanato da região;
- Visitar Betânia e Espigão, em Santo Amaro;
- Fazer um passeio náutico até as Ilhas de Santana e Carrapatã, em Humberto de Campos;
- Conhecer a Lagoa do Cassó, em Primeira Cruz.

É seu encanto paradisíaco

Aventura, deslumbramento, misticismo, pessoas simples e belezas naturais fazem parte do belo cenário do pólo Lençóis Maranhenses, composto pelas cidades de Barreirinhas, Humberto de Campos, Santo Amaro e Primeira Cruz.

Dentre as principais atrações que o pólo oferece aos seus visitantes, além das belíssimas lagoas do Parque – Lagoa Azul, do Peixe, Bonita, destaca-se pela sua sinuosidade o seu principal rio, o esplendoroso Preguiças. Com tantas possibilidades, torna-se um roteiro democrático, capaz de atender a diversos gostos.

As belas paisagens como praias, dunas, campos, rios, lagos e lagoas, situadas em meio à mata de restinga, cerrado e manguezais são também de tirar o fôlego. Detalhe: de janeiro a julho, no período chuvoso, as lagoas estão mais cheias e melhores para o banho. Elas se formam entre dunas de areia de até seis metros de altura. As visitas ocorrem no sentido da margem esquerda do Lago Santo Amaro e são realizadas em pequenos barcos. O visitante pode apreciar a rica e diversificada flora e fauna aquática da região.

Já o período, que vai de agosto a dezembro, as áreas mais visitadas situam-se à margem direita do Lago Santo Amaro, e os passeios podem ser realizados a pé, de bicicleta, a cavalo ou em carros traçionados. A Lagoa da Gaivota é outro local bom para dar uns mergulhos e amenizar o calor. Para alcançá-la, pode margear o rio Alegre ou partir da Praça da Igreja N. S. da Conceição de carro, de anil ou a pé. E da lagoa até o mar são 15 quilômetros. É necessário um guia por saberem os melhores caminhos e para não cair nas armadilhas que as dunas aprontam para os afoitos.

20 **Roteiros do Maranhão** www.turismo.ma.gov.br

Fonte: Maranhão, [s.d].

Figura 12 – Caderno “Roteiros do Maranhão”

A logomarca, situada na parte superior da página, inscreve a voz oficial, a qual informa que os Lençóis são “o único deserto com milhares de lagoas” é uma paráfrase dessa ideia, que situa em muitos outros dizeres sobre o lugar. Trata-se de uma função discursiva que se liga ao gênero propaganda turística. Esse emblema determina um certo modo de ser do discurso, indica como o texto deve ser recebido, pelo leitor.

O enunciador do texto imagético situa seu leitor em posição simétrica ao Parque e enfoca poucos turistas desfrutando da paisagem. Esse enunciador também ressalta a biodiversidade dos Lençóis como atrativo do lugar.

Ao indicar quais atividades o turista pode fazer no lugar, o sujeito/leitor entra em uma ordem discursiva, que determina o que deve e o que pode ser feito ali. Esse mecanismo constrói, simultaneamente, uma identidade para o local.

Também selecionamos o site oficial do governo do Estado

O Pólo Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, belo e intrigante fenômeno da natureza, que tem Barreirinhas como principal portão de entrada. O Parque Nacional dos Lençóis é **um Paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas**, rios, lagoas e manguezais. Raro fenômeno geológico, foi formado ao longo de milhares de anos através da ação da natureza. Suas paisagens são deslumbrantes: imensidões de areias que fazem o lugar assemelhar-se a um deserto. Mas com características bem diferenciadas. Na verdade chove na região, que é banhada por rios. E são as chuvas, aliás, que garantem aos Lençóis algumas das suas paisagens mais belas. As águas pluviais formam lagoas que se espalham em praticamente toda a área do Parque formando uma **paisagem inigualável**. Algumas delas, como a Lagoa Azul e Lagoa Bonita já são famosas pela beleza e condições de banho. Os povoados de Caburé, Atins e Mandacaru são pontos de visita obrigatórios.

Atrativos

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses 155 mil hectares de pura natureza e muitas surpresas para o viajante, num roteiro que inclui visuais sedutores e por de sol inesquecível, flora e fauna abundantes. Grandes vastidões de dunas, lagoas, banhos de mar esperam pelo turista neste **verdadeiro santuário da natureza**.

Praias - Ponta do Mangue, Moitas, Vassouras, Morro do Boi, e Barra do Tatu são algumas das belas praias que esperam pelo turista em Barreirinhas. Chega-se de barco a todas elas, partindo-se da sede do município.

Mandacaru - Vila de pescadores onde a maior atração é um farol de 54 metros de altura, de onde se tem um belo visual do Parque.

Caburé - Um delicioso refúgio onde o visitante pode tomar banho de mar e tirar o sal do corpo em água doce. Boa opção de pernoite. Existem chalés e boa comida.

Fonte: <http://www.turismo.ma.gov.br/pt/polos/lencois/index.html>

Quadro 18 – Pólo Parque dos Lençóis

No site oficial, ora o enunciador destaca o aspecto paradisíaco do local: “O Parque Nacional dos Lençóis é um Paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais”, ora o aproxima a um deserto:

Suas paisagens são **deslumbrantes**: imensidões de areias que fazem o lugar assemelhar-se a um **deserto**. Mas com características bem diferenciadas. Na verdade chove na região, que é banhada por rios. E são as chuvas, aliás, que garantem aos Lençóis algumas das suas paisagens mais belas. As águas pluviais formam lagoas que se espalham em praticamente toda a área do Parque formando uma paisagem inigualável [...].

Como a ideia de deserto pode remeter a um sentido negativo, de lugar pouco salutar, o texto deixa apenas entrever a noção de que o lugar é muito quente, amenizando a informação com a afirmativa de que os Lençóis lembram um deserto, “mas com

características diferenciadas”. No período seguinte, o enunciador usa a expressão “na verdade”, como recurso para modalizar, controlar esse sentido.

O enunciador apoia-se em discursos científicos para descrever o Parque e fala a partir da geografia – “fenômeno geológico, foi formado ao longo de milhares de anos através da ação da natureza”.

O tom ufanista do anúncio é produzido em comentários como “verdadeiro santuário da natureza”, paisagem inigualável.

Além dessas materialidades, produzidas no campo dos discursos oficiais, muitas outras, no campo não-oficial, fazem circular a promoção do Parque dos Lençóis como área de fluxo turístico, inscrevendo de forma particular representações de sustentabilidade no Parque, a exemplo da Revista Informatudo, distribuída pelas Farmácias da Rede Pague Menos, uma das maiores redes de farmácias do Brasil, com mais de 290 lojas, presentes em 23 estados da federação.

Essa revista traz informações gerais e didáticas sobre os Lençóis. Retrata, por exemplo, a ideia de que o Parque lembra um oásis, com uma área de 155 mil hectares, e que surgiu em 1981. Como em textos oficiais, o periódico também informa o porquê do nome Lençóis Maranhenses e como chegar ao lugar. Também mobiliza as vozes da ciência, para explicar a geografia do local. É, entretanto, um dos poucos textos selecionados, nesta pesquisa, que destacam que o Parque é uma tentativa de preservação da natureza local, ao explicar que “a necessidade de preservar a área foi o pontapé inicial para a criação do Parque em 1981”.



TURISMO **LENÇÓIS MARANHENSES**

Mar de dunas

Um roteiro por paisagens impressionantes que incluem rios e manguezais nos Lençóis Maranhenses

Dunas por todos os lados, entrecortadas por lagoas de água doce. O cenário, que parece de um oásis, é um dos lugares mais belos do litoral nordestino e faz parte do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Na realidade, os Lençóis formam o único deserto brasileiro, e se torna cheio de água durante alguns meses do ano. A necessidade de preservar a área foi o pontapé inicial para a criação do Parque em 1981. O nome se deve à visão das dunas, ao observar o Parque do alto, lembrando um lençol jogado com desleixo sobre a cama.

São paisagens impressionantes redesenhadas constantemente pela ventania, que incluem ainda rios, manguezais, flora e fauna abundantes. Ao todo, o Parque possui 155 mil hectares que guardam esse ecossistema tão particular.

Raro fenômeno geológico, o lugar foi formado ao longo de milhares de anos através da ação da natureza. O vento forte e incessante muda constantemente a posição das dunas, que chegam a atingir mais de 20 metros de altura, e mascara as altas temperaturas – 30°C a 38°C – porque o ar, sempre fresco, dá a impressão de que o sol não está tão quente.

As chuvas, por sua vez, formam lagoas que se espalham em praticamente toda a área. Portanto, a melhor época para visitar a região é no período chuvoso – de dezembro a julho – quando as lagoas, de águas azuis e mornas, estão cheias.

Para se conhecer a região é preciso ir até Barreirinhas, aonde se chega de ônibus, por linha regular saindo de São Luís – são 272 km por estradas asfaltadas – ou de avião fretado (40 minutos de voo). Em Barreirinhas pode-se alugar um barco, lancha (voadeira) ou usar a barca regional (tipo gaiola) para descer o Rio Preguiça que margeia o Parque dos Lençóis até desembocar no Oceano Atlântico.

O roteiro inclui ainda manguezais com garças, caranguejos e mergulhões, a praia do Alazão (aonde o vento chega trazendo as areias, soterrando os mangues e formando dunas fantásticas) e a região de Vassouras (com areias e piscinas naturais). Separe o protetor solar, a máquina fotográfica e boa viagem a um verdadeiro santuário da natureza...

INFORMATUDO Março/Abril, 2008 **5**

Fonte: Revista INFORMATUDO, da Farmácia Pague Menos.

Figura 13 – Lençóis Maranhenses: mar de dunas

Esse texto se singulariza pelas distintas posições que o sujeito assume em seu interior. Em dado momento, o sujeito filia-se à voz do poder estatal, repetindo informações que circulam em nosso meio, como a de que o lugar lembra um oásis, é deslumbrante etc. Em outro momento, ele se distancia desse lugar e ocupa centros opostos, quando fala sobre as altas temperaturas do Parque, o que não é citado em textos oficiais, mesmo que esses

comentários possam ser pensados como uma estratégia de venda de protetores solares, citados ao final do texto, já que o texto é de uma revista de Farmácia.

Merece ser pontuado ainda o enquadramento da imagem nesse texto, apresentado frontalmente, marcando a simetria entre o observador, e o produto (ALMEIDA, 2009). O enunciador dirige-se ao leitor, representando-o como turista, ao afirmar: “separe o protetor solar, a máquina fotográfica e boa viagem a um verdadeiro santuário da natureza” (ALMEIDA, 2009, p.184). Importante, ainda, atentarmos para essa metáfora, que aproxima o lugar da esfera religiosa.

O enunciador deixa entrever uma biopolítica, ao apontar o cuidado que o enunciatário deve ter com o corpo, por meio de um discurso da saúde, que é disciplinador e preconiza o uso do protetor solar, como medida de saúde. Vale destacar, também, que, nesse momento, o enunciador filia-se à FD do campo econômico, já que com o propósito de vender, e portanto, lucrar com a venda de protetor solar, ele não informa o consumidor que não deve tomar banho nas lagoas do Parque, em período de seca, porque assim estará poluindo a lagoa e prejudicando os ecossistemas ali existentes. O poder disciplinar pode ser vislumbrado, ainda, pelo gerenciamento do tempo, quando o enunciador aponta a estação mais adequada para visitação, demarcados como ideais os meses de dezembro a julho, “quando as lagoas de águas azuis e mornas estão cheias”.

Abaixo, dando continuidade a série de discursos não-oficiais, analisamos dois sites não-oficiais:

Informações

Lençóis Maranhenses

Sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Não existe nada comparável aos fascinantes Lençóis Maranhenses. O Pólo Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas, este último sendo o principal portão de entrada para esta fantástica beleza natural.

Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, às margens do Rio das Preguiças, no Maranhão. São 155 mil hectares de paisagem deslumbrante, cheio de altas dunas com até 40 metros de altura e lagoas de água doce, cujas águas variam entre os tons de verde e azul.



Os Lençóis Maranhenses assemelham-se um grande deserto, se não chovesse aqui 300 vezes mais do que no Saara africano. São estas águas que, aprisionadas entre as dunas, formam verdadeiros oásis tropicais, paradas obrigatórias para quem caminha nas dunas. Algumas lagoas chegam até a ter peixes.



As águas pluviais formam lagoas que se espalham em praticamente toda a área do Parque formando uma paisagem inigualável, sendo um raro fenômeno geológico formado ao longo de milhares de anos através da ação da natureza.



As lagoas mais conhecidas são as chamadas Lagoa Azul e Lagoa Bonita, famosas pelo seu encantamento e condições de banho.

[Ver comentários\(1\)](#) [Quero comentar](#)

Fonte: http://www.parquelencois.com.br/lencois_maranhenses_sobre.php.

Figura 14 – Parque dos Lençóis Maranhenses

O texto destaca, como no discurso oficial, a extensão do lugar: “são 155 mil hectares de paisagem deslumbrante, cheio de altas dunas com até 40 metros de altura e lagoas de água doce, cujas águas variam entre os tons de verde e azul”. Apoiar-se em FDs científicas, como a geografia para descrever a área – “fenômeno geológico formado por [...]”, e destacar a singularidade do lugar, como nos textos oficiais. Também repete a aproximação do lugar a um deserto e seu oásis.

Uma das diferenças desse texto, em relação aos textos oficiais, são os ângulos que retratam o lugar. As imagens são feitas de pontos mais próximos, frontais, como se o enunciador estivesse dentro do Parque. Diferentemente das fotos dos catálogos oficiais, em que o enunciador se mantém distante da paisagem. As sustentabilidades que se destacam são a ambiental e a econômica, pois ao mesmo tempo em que o enunciado ressalta a beleza do lugar, promove, no enunciatário, o desejo de conhecê-lo.

Este outro *site* segue o mesmo modelo dos enunciados anteriores. Vale-se de FDs como a política, a científica, a sociocultural. A imagem do deserto repete-se, mas revestida, também, pelo sentido de oásis (deserto com lagoas cristalinas).

Lençóis Maranhenses – Agora é a hora!

Por Claudia Severo

Faça um tour virtual pelos Lençóis Maranhenses

.O que dizer de um deserto com lagoas de águas cristalinas, onde os peixes brincam de aparecer e desaparecer, "guiados" pelas chuvas? De um lugar especial onde labaredas noturnas parecem beijar o céu, é o Fogo-Fátuo, um raro fenômeno que alguns moradores disseram já ter visto.

A área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é infinitamente bela e é um destino sobre o qual não se tem a típica dúvida: qual é a melhor época para estar lá?

...Todas. Agora se você quer unir o útil ao agradável pode escolher a época de festejos juninos no Maranhão, onde é forte a manifestação de um dos folclores mais ricos e preservados do país. De quebra vai pegar as lagoas cheias o que além de deixar suas fotos um espetáculo, dará um dos mergulhos mais inesquecíveis de sua vida! Nossa equipe esteve lá quando as lagoas estavam começando a secar (outubro). Depois de um verdadeiro "shake" no jipe rumo ao Parque, apanhar caju do pé, bater papo com outros viajantes... descemos com nossas botas, um calor de rachar e o guia diz: é melhor ir descalço! Descalço? Imagine (diz nosso pretencioso pensamento) meu pé vai torrar! Três passos e... bota carregada de areia!!! O negócio foi atolar o pé e seguir pelas dunas do nosso deserto entre o Atlântico e o Maranhão.

O acesso e os jegues!

....O principal acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é pela cidade de Barreirinhas (272 Km de São Luís) e foi facilitado (cerca de 3h de viagem em carro ou ônibus), por um estrada nova a MA-402, com sinalização de chão em perfeito estado...encaramos a viagem à noite, mesmo depois de perder duas rodas e três pneus entre Piauí e Maranhão (BR 222). Só faltou a placa indicando "animais na pista", e depois da curva... Dois jegues! Apesar da prudente direção foi inevitável a pancada nas ancas de um dos animais que saiu ileso do local como se tivesse sob o efeito de Prozac. Ufa! Passado o susto, nenhum animal morto, sem lanterna e com o capô amassado, seguimos rumo à Barreirinhas.

Barreirinhas

....Num primeiro momento a cidade mostra de turístico apenas as placas com a palavra pousada. Fomos para a nossa. Na manhã seguinte outra cidade se revela. Simples, de infra-estrutura modesta, com sua praça, igreja, casas antigas e pequenos comércios, Barreirinhas parece estar passando por uma revolução em obras e

investimento, postergadas por muitas gestões, é claro. Um sopro ao léu comenta... é porque a senadora Roseana Sarney está concluindo seu hotel por essas bandas!!! "Agora sim Barreirinhas vai virar cartão postal" dizia uma placa informativa. De fato a cidade ainda deve melhorar; a orla às margens do rico Rio Preguiças por exemplo, será reurbanizada e lixo por ali (pasmee, deixado por "ecoturistas" e moradores) não pode mais ocorrer.

..... Apesar disso, o lugar é um dos mais propícios para sentir de perto o cotidiano do povo dali; no corre-corre das crianças, no lavar panelas e roupas das donas de casa e no vai e vem das voadeiras (pequenas lanchas) que levam os turistas para passear pelo rio (imperdível) e à povoados como Atins, Caburé e Mandacarú (básicos).

..... Agito por lá? Só nos barcos ou nos jipes em meio ao areial. Pra se ter idéia do movimento, entre 12h e 15h nada fica aberto na cidade. Você corre o risco de encontrar até restaurante fechado para almoço (brincadeira!). O calor é intenso neste horário.

Silnei Laise/Mochila Brasil



Passeio à tarde: Calor ameno, menos turistas e por-do-sol inesquecível

Passeios básicos

- **Em barco (voadeira):** descer o Rio Preguiças passando por igarapés e mangue. Pedir para o piloto desligar o motor por um momento proporcionará cena inesquecível. Preço: R\$ 170. Geralmente levam aos povoados de Mandacarú e Caburé, com possibilidade de estender o passeio até Atins. Todos estes povoados possuem geradores de energia elétrica.

Mandacarú - do alto de seu farol visão espetacular do Parque nacional.

Caburé - vilarejo com poucos pescadores e meia dúzia de pousadas. É uma faixa de areia entre o rio e o mar. O mais interessante do local além da beleza cênica, é que daqui a alguns anos ele não vai mais existir. As pousadas no local têm funcionários exclusivos para tentar conter a areia movida pelo vento.

Atins - uma tarde de descanso no Atins é o tipo de coisa que você pára e pensa naquela frase cômica: "eu me permito..." Dali partem algumas trilhas por dunas.

- **Em jipe:** Barreirinhas tem pelo menos oito receptivos e cinco deles estão na rua principal (Av. Joaquim Soeiro de Carvalho). Todas fazem os mesmos passeios e praticamente nos mesmos veículos, a maioria dos guias são nativos "free-lancers" não exclusivos de X agência, o mesmo ocorre com os carros que são alugados de gente que os comprou para viver disso. R\$ xxx ou R\$ 35 por pessoa no caso de lotação.

- **Avião:** sobrevôo que proporciona bela vista dos Lençóis, sobretudo com as lagoas cheias. Custa em média R\$ 150 por pessoa.

Rotas alternativas

..... Se está com o orçamento folgado e um certo preparo físico pode encarar uma expedição de uma semana pela imensidão do Parque por exemplo.

Uma expedição de três dias, a pé, com acampamento, partindo do Atins por exemplo custa cerca de R\$ 200 por grupo. Chegando lá procure por Tealbes, 33, nativo que há 20 anos trabalha como guia nos Lençóis.

..... No vai e vem deste paraíso se escondem praias desertas, povoados (Santo Amaro, Queimada dos Britos...) e até nômades (pescadores que em determinadas épocas do ano se mudam para as margens do Preguiças na "altura" de Vassouras).

Não pode faltar na mochila:

Bermudas, camisetas, chinelos, chapéu e roupa de banho, repelente, protetor solar e óculos escuros. Lanches leves e muuuuuuuita água devem acompanhá-lo nos passeios.

Onde ficar

Barreirinhas é o local onde há mais opções de hospedagem. A maioria das pousadas é simples, porém têm o mínimo de conforto para quem quer uma boa noite de sono. O preço delas varia de R\$ 50 a R\$ 70 o casal ou quarto para duas pessoas (alta temporada).

As que já possuem o famoso "trio-elétrico": frigobar, TV e ar condicionado, podem chegar até a R\$ 100 o casal ou quarto para duas pessoas.

Já o padrão "trio elétrico + piscina", você pode encontrar por R\$ 140 (duplo na alta).

Em nosso guia, trazemos por exemplo a opção de flat para até 5 pessoas, que sai por R\$ 150 a diária (cozinha, piscina, churrasqueira etc)

Para conhecer as melhores opções de hospedagem em Barreirinhas, Caburé, Atins e Paulino Neves, [clique aqui!](#) **Todos os estabelecimentos deste link foram visitados por nossa Redação.**

Onde comer

Pizza Nômade: Tudo que você pede no local, tem qualidade. Pizzas deliciosas, porções e pratos do dia (no horário do almoço - R\$ 7). Fica na orla.

Restaurante do Carlão: Famoso, faz jus. Pratos simples e exóticos como peixe ao molho de manga. Fica na Pousada Victória do Lopez. Rua Coronel Godinho, s/n.

Restaurante Bela Vista: Com deck sobre o Rio Preguiças vale pela vista.

Restaurante do Hotel Pousada Buriti: Cardápio internacional, com pratos e doces regionais. Rua Rua Inácio Lins, s/n.

Restaurante do Hotel Rio Preguiças: Cardápio internacional. Av. Brasília, 80 - Pça da Matriz.

Experimente

Tiquira - no Maranhão você encontrará a Tiquira, super-aguardente feita da mandioca.

Jesus - sim, não há dúvidas de quanto Ele é Bom, mas estamos falando do refrigerante. Criado em 1920 tem gosto de canela é cor-de-rosa e vende como água por todo o Estado.

Arroz com tatioba – arroz com uma espécie de fruto do mar. Especialidade do restaurante da Pousada Rancho dos Lençóis, no Atins.

Arroz de cuxá – camarão seco e gergelim fazem parte da receita da iguaria africana que se instalou de vez no Maranhão.

....No Maranhão você pode experimentar várias frutas como o murici, o sapoti, o bacuri, mas só não peça açáí, porque lá ele é conhecido como juçara!

Como chegar

.....A partir de São Luís pela MA 402 chega-se em Barreirinhas em cerca de 3 horas de viagem. Caso alugue um carro ou esteja no seu, cuidado com os animais na pista.

.....Ônibus partem diariamente do terminal rodoviário da capital. A empresa que faz a linha é a Cisne Branco. A passagem custa R\$ 21 (ida) R\$ 22 (volta).

.....Para quem quer chegar vislumbrando os Lençóis de cima, pode utilizar um bimotor ou monomotor; a viagem dura cerca de 50 minutos.

Serviços

Banco: há apenas uma agência na cidade; a do Banco do Brasil.

Internet: Cyber-café Lençóis na Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho, próximo à única duna no centro de Barreirinhas.

Lavanderia: não há profissional, mas algumas pousadas e/ou hotéis oferecem o serviço ou indicam pessoas

+ DICAS DO MOCHILA BRASILEIRO

1- Evite os passeios com agências pela manhã. Você estará no centro do "vulcão" em pleno sol do meio-dia! Além disso os carros partem em comboio (tipo 12 jipes com 25 pessoas cada) rumo às lagoas. Os passeios vespertinos seguem com menos pessoas e com o sol mais ameno e você ainda pode contemplar o por do sol de cima das dunas.

2- Barco "de linha" leva ao povoado de Atins passando por outros pontos. R\$7 por pessoa. É para quem não está com pressa. Saídas da orla, no centro de Barreirinhas.

3- Toyota "de linha" leva ao Atins. R\$6 por pessoa. Saída da praça na Av. Joaquim Soeiro de Carvalho.

que o fazem.

Receptivos: Santur - Av. Joaquim Soeiro de Carvalho, s/n. Centro - Barreirinhas - MA. Tel: 98 349-0199 ou 98 246-1393. E-mail: santurma@terra.com.br

Lopez Turismo - Travessa Marcelino Almeida, 85 - Praia Grande - Centro - São Luís. Tel: 98 221-0942. E-mail: reservas@lopezturismo.com.br

Aluguel de carros 4x4: Locaventura - E-mail: locaventura@locaventura.com.br Para fazer os passeios convencionais é melhor ir com os receptivos, que saem mais barato. Caso tenha autorização do IBAMA, um motorista experiente à bordo e um pouco de dinheiro sobrando pode alugar um carro para fazer alguma rota alternativa (...).

Fonte: <http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/lencois-maranhenses.shtml>

Quadro 19 - Parque Nacional dos Lençóis – *site* Mochila Brasil

O local é apresentado como palco de espetáculo ao turista, que “vai pegar as lagoas cheias o que além de **deixar suas fotos um espetáculo**, dará um dos mergulhos mais inesquecíveis de sua vida!”.

O enunciador desse site não silencia os problemas que esperam o visitante:

Depois de um verdadeiro "shake" no jipe rumo ao Parque, apanhar caju do pé, bater papo com outros viajantes... descemos com nossas botas, um calor de rachar e o guia diz: é melhor ir descalço! Descalço? Imagine (diz nosso pretencioso pensamento)...

Agito por lá? Só nos barcos ou nos jipes em meio ao areial. Pra se ter idéia do movimento, entre 12h e 15h nada fica aberto na cidade. Você corre o risco de encontrar até restaurante fechado para almoço (brincadeira!). O calor é intenso neste horário.

A ausência de infraestrutura, como sinalizações, animais na pista, revelam o descaso com a ordem sustentável do lugar.

Só faltou a placa indicando "animais na pista", e depois da curva... Dois jegues! Apesar da prudente direção foi inevitável a pancada nas ancas de um do animais que saiu ileso do local como se tivesse sob o efeito de Prozac (...).

Barreirinhas. Num primeiro momento a cidade mostra de turístico apenas as placas com a palavra pousada. Fomos para a nossa.(...).

Agora sim Barreirinhas vai virar cartão postal" dizia uma placa informativa. De fato a cidade ainda deve melhorar; a orla às margens do rico Rio Preguiças, por exemplo, será reurbanizada e lixo por ali (pasmé, deixado por "ecoturistas" e moradores) não pode mais ocorrer.

O enunciador não deixa de marcar que ações banais, como jogar o lixo no lugar apropriado, poderiam fazer do local um lugar de visitação agradável.

Na primeira imagem que compõe o *site*, abaixo da foto, ao dizer que há menos turistas, em certo horário do dia, o enunciador revela que o fluxo de pessoas no local é bem intenso. Além disso, o enunciador também revela que o Parque está mais para deserto que paraíso, ao falar do calor ameno, ao fim da tarde.

Esses comentários desvelam sentidos que são silenciados nos textos oficiais. Mas, o enunciador desse texto não silencia as mazelas sociais e a fragilidade da sustentabilidade político-institucional do lugar:

Na manhã seguinte outra cidade se revela. Simples, de infra-estrutura modesta, com sua praça, igreja, casas antigas e pequenos comércios, Barreirinhas parece estar passando por uma revolução em obras e investimento, **postergadas por muitas gestões, é claro. Um sopro ao léu comenta... é porque a senadora Roseana Sarney está concluindo seu hotel por essas bandas!!!** (grifo nosso).

As FDs desse texto têm caráter econômico, político, ambiental e sociocultural reveladas ao longo do texto, que destaca aspectos do cotidiano da cidade como elemento que pode ser interessante ao turista, a exemplo do que ele vai encontrar em termos de alimentação, produtos regionais etc.

Este outro texto dialoga diretamente como a proposta de sustentabilidade do Plano de Manejo. Trata-se de um reportagem realizada pelo Jornal da Mirante e veiculada em cadeia nacional pelo Jornal Nacional.

PNLMA - Reportagem Jornal Nacional exibida dia 08/08/2009

Um dos roteiros turísticos mais bonitos do Brasil – o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – sofre com a falta de fiscalização. A reportagem é de Honório Jacometto

De qualquer ângulo o que se vê é uma imensidão de areia. É o maior deserto brasileiro. 155 mil hectares de dunas. O tamanho da cidade de São Paulo.

O Parque Nacional dos Lençóis maranhenses foi criado 28 anos atrás. **O plano de manejo proíbe criação de animais, mas estima-se que 12 mil cabeças de gado estejam dentro e no entorno do Parque Sem pontos de coleta de lixo, banheiros, estrutura para receber o turista, que vem se divertir e deixa pra trás muita sujeira.**

Circular sobre as dunas também é proibido, mas a regra é ignorada por algumas empresas de turismo e por quem tem caminhonete com tração nas quatro rodas.

Os quadriciclos são ainda mais ameaçadores. Não respeitam trilha, entram em qualquer lugar. Viraram um perigo para os ninhos e os filhotes de aves que se reproduzem e se alimentam no Parque.

“Os animais dependem da alimentação, depende de local de moradia, de por os seus ovos, no caso das aves, e quando você perturba este ambiente, no turismo desordenado como está, você pode levar à extinção de várias espécies”, explica José Maria Maia Filho, biólogo da UFMA.

Dentro do Parque Nacional foram construídos dois postos de fiscalização do Ibama. Eles deveriam estar cuidando da fiscalização, monitorando os visitantes que entram no Parque. Mas eles não funcionam, foram desativados em 2006. Agora – no lugar dos fiscais – trabalha apenas um segurança vigia o prédio pra evitar que ele seja destruído.

Em 2006 o Ibama deixou de cuidar do Parque, a responsabilidade passou para o Instituto Chico Mendes. Atualmente os funcionários do Instituto trabalham numa casa alugada em Barreirinhas. Vivem quase sem nenhuma estrutura, carro quebrado, lancha parada.

“A gente tem muitas dificuldades. Nós precisamos aumentar o efetivo de fiscais, buscar melhorar a estrutura de veículos pra poder estar dentro do Parque”, explica Carolina Alvite, responsável pelo Parque Nacional Lençóis Maranhenses

À beira do Rio Preguiças – ao longo dos últimos anos – políticos e empresários ergueram mansões numa área que deveria ser protegida. Ações na Justiça federal pedem a demolição das casas.

"Essa falta de fiscalização deixa o Parque numa figura de papel, é necessário que o estado ofereça uma fiscalização adequada de fiscalização para a região", afirma Alexandre Soares, Procurador da República-MA.

Fonte: Jornal Nacional – g1.com/jornalnacional.

Quadro 20 – Reportagem sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Em termos de condições de produção do texto, vale avaliar a reportagem como um gênero jornalístico, que pode se apresentar na modalidade escrita ou falada; sustenta-se no testemunho direto dos fatos e em situações explicadas em palavras (MELO, 1985). O gênero relata fatos em perspectiva atual, em histórias vividas por pessoas, relacionadas com o seu contexto. Na reportagem é dada ao autor a possibilidade de expressar sua opinião. Uma reportagem é uma notícia mais aprofundada, que pode conter opiniões de terceiros.

A reportagem data de agosto de 2009, poucos meses depois de a governadora Roseana Sarney, uma das proprietárias do sistema de comunicação que divulgou a reportagem, assumir o governo do estado, após a cassação do governador Jackson Lago.

O enunciador toma o Plano de Manejo como o termômetro – que mede o grau de incompatibilidade entre o que ordena o documento e o que de fato ocorre no local. O plano configura-se, pois, como o já-dito da enunciação, o que torna a reportagem um espaço de múltiplas vozes.

O enunciador constrói a argumentatividade por meio das vozes de autoridade sobre o assunto; mobiliza a voz biólogo, da responsável pelo Parque, e do Procurador da Justiça. Isso significa que para discorrer sobre a (in)sustentabilidade do Parque é necessário por em cena sujeitos autorizados a avaliá-la.

Os animais dependem da alimentação, depende de local de moradia, de por os seus ovos, no caso das aves, e quando você perturba este ambiente, no turismo desordenado como está, você pode levar à extinção de várias espécies, explica José Maria Maia Filho, biólogo UFMA.

Como se trata de um texto que expõe a não sustentabilidade do Parque, não são repetidas imagens como a do paraíso, imagem que é aludida quando o enunciador insinua “essa falta de fiscalização deixa o parque numa figura de papel? [...]”.

As FDs que se manifestam nessa reportagem articulam-se aos discursos ambiental, econômico, jurídico e político-institucional, em que se destacam as vozes de diferentes partidos, o Estado, a Universidade e órgãos responsáveis pela preservação do local. A sustentabilidade do Parque torna-se, nesse espaço, alvo e palco de uma luta política.

Neste outro texto, o sujeito assume também uma posição explicitamente crítica em relação ao tratamento dado ao Parque:

E haja prece.

Por Walter Garcia

*Não porque existe o risco de a água acabar, mas para que as pessoas comecem a tomar consciência de como esse líquido, que chega em abundância pelas torneiras e chuveiros, é importante para nossa existência e parem de desperdiçá-lo e de contaminá-lo e, o mais importante, passem a cobrar das autoridades responsáveis, mesmo que através de **e-mails**, a preservação dos mananciais existentes.*

Em São Luís (MA), por exemplo, uma capital cercada de água por todos os lados, todo o esgoto produzido é jogado nos Rios Anil e Bacanga e no mar, sem qualquer tipo de tratamento. Nem mesmo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, apontado como um dos pontos mais lindos do mundo – capaz de atrair com sua beleza turistas como Athina Onassis Rousset (a jovem mais rica do planeta) e a estilista Stella McCartney (filha do ex-beatle Paul McCartney) –, e as áreas circunvizinhas têm recebido uma atenção especial.

Em **Barreirinhas**, distrito onde se localiza o aeroporto e que é considerado uma espécie de porta para os Lençóis, 100% do esgoto é jogado in natura no **Rio Preguiça**. Essa realidade atinge também as três cidades que integram o Parque.

O descaso em relação a esse frágil ecossistema é tão grande que, apesar de o Parque existir há 22 anos, só há pouco tempo foi feito um **Plano de Manejo** visando à sua preservação. Mesmo assim, como ainda não foi assinado pelo presidente do Ibama, ele não tem qualquer serventia.

O plano traz até mesmo sugestões de como os fiscais do Ibama deveriam agir para que o Parque — com suas dunas, lagoas, igarapés e rios — pudesse ser preservado.

Atualmente, para fiscalizar os **150 mil hectares de área** (mais ou menos o tamanho da cidade de São Paulo), o Ibama mantém na região sete funcionários e uma estrutura mínima. O posto de Atins, por exemplo, não possui telefone, rádio, carro para percorrer a área ou computador. O único veículo disponível é um pequeno barco de alumínio, sem motor. Dessa forma, enquanto os turistas transitam impunemente com suas pick-ups e jipes realizando verdadeiros ralis sobre as dunas, a “fiscalização” nada pode fazer.

“O ecossistema no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é muito frágil e, a menos que o Plano de Manejo seja adotado em caráter de urgência, no máximo em 50 anos – isso sendo bem otimista – o equilíbrio na região ficará seriamente comprometido”, diz o professor Antonio Carlos Leal de Castro, 48, coordenador do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Fonte: <http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/lencoismaranhenses/default.asp>

Quadro 21 - Posição crítica em relação ao tratamento dado ao Parque

O enunciador transfere o tom de súplica da prece para o da ironia, em “E haja prece”. Ele usa esse tom para questionar as providências políticas – denotando o descaso do poder com a sustentabilidade: “em Barreirinhas [...], 100% do esgoto é jogado *in natura* no rio Preguiça. Essa realidade atinge também as três cidades que integram o parque”.

Ao dialogar com o Plano do Manejo, o enunciador cobra a execução e eficácia do Plano, refletindo sobre sua proposta disciplinadora:

O descaso em relação a esse frágil ecossistema é tão grande que, apesar de o Parque existir há 22 anos, só há pouco tempo foi feito um Plano de Manejo visando à sua preservação. Mesmo assim, como ainda não foi assinado pelo presidente do Ibama, ele não tem qualquer serventia.

Esses dois últimos textos desconstruem a imagem dos Lençóis como lugar sustentável, vendida pelas vozes do governo do estado e nas propagandas analisadas. Eles problematizam a sustentabilidade construída nas propagandas oficiais, por exemplo, quando questionam a falta de controle de visitação do Parque, o excessivo fluxo de turistas, a

ausência de infraestrutura das cidades dos entornos e até as altas temperaturas, silenciadas nos textos oficiais.

Mas há enunciados não-oficiais que parafraseiam as vozes oficiais. Os diferentes enunciados sobre o Parque aqui avaliados remetem a uma regularidade que nos leva a reconhecer uma memória do “paraíso tropical”. Esse tema está sempre presente por meio de efeitos de paráfrase e deslizamentos de sentido, releituras e ressignificações. Há uma retomada ininterrupta da ideia de Oasis, opondo-se ou atenuando a noção de deserto.

A biodiversidade do Parque é uma característica apresentada em todos os textos. Às vezes, ela se configura como metonímia da sustentabilidade local, nas propagandas oficiais, apresentada como um diferencial do Parque dos Lençóis.

Outra recorrência nesses enunciados é a noção de “maravilha”, palavra que aproxima o Parque das “Sete maravilhas do mundo”, famosa lista de majestosas obras artísticas e arquitetônicas erguidas durante a Antiguidade Clássica, cuja origem atribui-se a um pequeno poema do poeta grego Antípatro de Sídon.

Os enunciados analisados apresentam uma noção de sustentabilidade no Parque dos Lençóis que a reforça ou a refuta. A noção de turismo sustentável, nas propagandas, é construída a partir de elementos como os sujeitos que falam nesse espaço discursivo – cientistas (biólogos, geógrafos, sociólogos); poder público (estado, município, iniciativa privada); poucas vezes ouvimos, nesses textos, a comunidade carente falar; ela é falada quando os textos se referem à identidade local.

Os poderes estatal, federal e municipal se inscrevem como organizadores das vozes que habitam esse discurso, assumem uma função-autor, na regência de vozes que vêm de lugares distintos – ciência, educação, ambientalismo, empreendedorismo.

Para tornar o Parque um produto lucrativo, a propaganda turística oficial cria efeitos homogêneos para esse espaço. Por uma espécie de interdito, ela promove apagamentos de áreas ou situações indesejadas, uma exigência do gênero discursivo, e valorizam atrativos turísticos que, no caso do Maranhão, são o patrimônio cultural e natural. Nesses espaços, a sustentabilidade é construída com base no discurso sobre o exótico, o lugar é configurado como um potencial de riquezas, em múltiplos sentidos, por sua natureza exuberante e ainda intocada, rica em biodiversidade. A sustentabilidade é assim configurada como algo que é inerente ao lugar, por isso é apresentada como um já-posto nestes textos.

Na maioria dos dizeres não-oficiais, a sustentabilidade é apresentada como um bem ameaçado, algo cuja existência está agonizando, daí serem recorrentes relatos sobre a ausência de uma política de sustentabilidade eficiente. Vimos também que esses discursos

ressaltam que a sustentabilidade do Parque não está distante das lutas políticas do estado. Convém, nesse sentido, destacar o papel dos meios de comunicação. Alguns sites, por exemplo, como espaço democrático, demonstram que a mídia pode ser usada como instrumento de reclamação dos poderes públicos, estabelecendo diálogos entre a comunidade e os órgãos responsáveis pela conservação do Parque. O autor do *site* Mochila Brasil, por exemplo, cumpre a tarefa institucional de controle das ações públicas. Desse modo, a sustentabilidade no Parque dos Lençóis é instaurada a partir de olhares transversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, vimos que o conceito de sustentabilidade emergiu paralelamente à noção de desenvolvimento, o qual ao longo da história adquiriu diversas faces, como a do progresso e da destruição. O caráter destruidor do desenvolvimento gerou, a partir dos anos de 1960, uma preocupação com os rumos do desenvolvimento, com os limites do crescimento econômico do planeta, com os efeitos negativos da acumulação e do desperdício, e com os riscos da degradação da natureza. A ideia de sustentabilidade surge, pois, da necessidade de um modelo de desenvolvimento que passa a ser o referencial adotado para a melhoria e o bem-estar dos indivíduos, ao mesmo tempo comprometida com os preceitos do sistema capitalista e do consumismo.

É na esteira desses acontecimentos que o Turismo se inscreve. Sua relação com a natureza é vinculada, dentre outras questões, às econômicas, pois para a atividade turística, o ambiente natural representa uma fonte de negócios, daí a importância de propagar o discurso de preservação, de conservação e de sustentabilidade. Vimos pelas análises dos diferentes enunciados que o equilíbrio desta relação encontra ainda fortes dificuldades na prática, no cotidiano da atividade turística, sobretudo, quando essa atividade é praticada em áreas naturais protegidas, como é o caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Verificamos que o Parque dos Lençóis foi estabelecido a partir de uma cadeia de significação. Embora criado institucionalmente em 1981, o Parque só despontou no cenário turístico a partir da década de 1990, por meio de uma rede de significação formada por discursos que destacavam a necessidade de construção de várias identidades locais, dentro de uma rede de sentidos que envolvem inúmeras noções, como globalização, identidades, Nordeste, Turismo etc. Assim, a emergência do Parque dos Lençóis, do ponto de vista discursivo, é resultado de um regime de produção de enunciados, como a promoção do desenvolvimento de certas regiões, com base em um jogo entre poder e saber, entre a política e a produção de identidades.

Os discursos sobre o potencial turístico da cidade de São Luís, capital do estado, os quais se desenhavam já no início da década de oitenta, com inúmeras ações estatais e municipais, a partir de acontecimentos como a implantação do Projeto Reviver, no bairro da Praia Grande, projetaram o Estado do Maranhão na rota dos destinos turísticos, no cenário nacional. Ligado a esse fato, também se destaca a valorização do passado como marca de identidade das nações, a emergência de órgãos estatais que resguardariam as heranças identitárias de algumas populações, sem contar com a formulação de leis e decretos que

consolidariam a ideia de identidades, em diferentes esferas (locais, culturais etc). Vimos ainda que a proliferação dos meios de comunicação, as novas tecnologias da informação foram fatores que consolidaram esse processo.

Muito embora, neste trabalho, tenhamos inserido o Plano de Manejo no mesmo eixo das propagandas (por terem vindo de lugares oficiais), é preciso pontuar que, pela sua natureza genérica, o Plano não visa o silenciamento da insustentabilidade observada atualmente no Parque, como fazem as propagandas. A sustentabilidade é apresentada no Plano de Manejo como princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na diversidade cultural, na proteção, conservação do meio ambiente e na equidade social, mas é possível observarmos que esta é apresentada como algo ainda a ser conquistado, um por vir. Quanto aos fatores econômicos, não aparecem de modo explícito, estão subjacentes a essas outras questões, como se delas fossem uma consequência. Termos como “preservação”, “conservação”, “manutenção” são citados constantemente ao longo do documento, apontando que a sustentabilidade é algo a ser conquistado, futuramente. Eles se sobrepõem ao termo sustentabilidade. Esta será fruto de uma vontade de disciplinamento dos sujeitos que visitam o Parque, bem como uma produção dos Lençóis como espaço socializado, civilizado. Uma cadeia discursiva tramada no Plano de Manejo visa a padronização de comportamentos dos sujeitos e do próprio espaço, que passa a ser inscrito em uma ordem do discurso da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que é posto na ordem do capital.

Existe uma vontade de verdade nesse documento que visa instituir o Parque como um lugar em que as desigualdades sociais serão apagadas face ao uso sustentável das riquezas naturais. Não há explicitamente no Plano a ideia de paraíso, pois o documento não dialogaria bem com esse discurso, de caráter fictício, já que é um documento de natureza científica, voltado para um leitor específico que busca informações técnico-científicas sobre a área. O Plano de Manejo, ao contrário das propagandas, tem a verdade do poder.

O biopoder é a base do Plano de Manejo, atravessado constantemente pela ideia da necessidade do adestramento da natureza e dos corpos. Esse recurso de ordenamento do espaço mostra-se como mecanismo de produção da sustentabilidade do local. Disciplinar os usos da natureza é uma forma de torná-la sustentável. Essa estratégia de poder não se configura como uma ação opressora, pois promete à sociedade trazer-lhe muitos benefícios, como a equidade social, alcançada por meio da distribuição, justa, da renda que poderá ser gerada a partir de um consumo sustentável do espaço. O Plano propõe a ideia do efeito multiplicador da atividade, fazendo alusão à inclusão social e à preservação ambiental como argumentos para validar suas ações. O biopoder é acionado no documento pela via da

disciplina dos comportamentos dos indivíduos, estabelecendo regras na relação entre corpo, lazer, turismo e economia.

Nas propagandas buscamos identificar regularidades na dispersão dos discursos sobre turismo e sustentabilidade. As imagens reveladas nesse espaço discursivo constroem uma identidade paradisíaca para essa parte do litoral maranhense, como um verdadeiro Éden, estabelecendo, diálogos com o discurso religioso. A relação homem-natureza, aliada ao discurso da singularidade, de paraíso terrestre registram a idéia do mito e constroem uma representação de lugar ideal: um produto vendável e desejável para o consumo. As propagandas têm o poder da verdade, ou seja, instauram a verdade pelo poder que a mídia tem, passam a ser entendidas como verdade mesmo quando esta não é um fato.

A atividade turística envolve necessariamente a produção de identidades dos consumidores e representações dos lugares. Também envolve a divulgação e promoção dos ícones que identificam determinado produto turístico – praias, natureza intocada – manipulados pelo mercado. Os ângulos das imagens são elementos de significação no jogo de imagens que a propaganda estabelece com os leitores. As do governo do Estado põem o leitor em posição de superioridade. As imagens dos sites não-oficiais põem o leitor em posição simétrica ao produto.

Vimos que o turismo é uma atividade marcadamente capitalista, um dispositivo que se afirma de modo microfísico, e que, propondo prazer, *status* social e bem-estar ao consumidor, enreda-o nas tramas de um biopoder. Esse poder, instaurado nas propagandas turísticas, nos *sites* e em documentos oficiais, propõe a comercialização do espaço, dos produtos e serviços ligados à natureza.

Na propaganda oficial, o discurso se constrói para o turista enquanto cidadão/consumidor e está voltado para atender aos interesses comerciais, predominantes na publicidade. Mais do que uma sustentabilidade ambiental nas propagandas, o que é ressaltada é uma sustentabilidade econômica. Nesse espaço, o governo constrói uma imagem de si como um enunciador que tem “autoridade” para falar sobre as belezas – naturais e culturais – do Estado. Esse destinador dirige-se a um leitor – o turista – antecipando as representações que este faz de um lugar ideal e diferente para visitar, por meio de estratégias discursivas que ressaltam a expectativa do turista em que a ideia de unidade é uma constante.

Nas propagandas avaliadas é vendida a imagem do Parque Nacional dos Lençóis como um “paraíso”, visitado sempre por grupos pequenos. Trata-se de uma vontade de verdade, que se impõe pela circulação de muitos enunciados desse tipo.

É importante notar que nesses textos não é feita nenhuma alusão ao controle de visitação para o Parque, nenhum enunciado remete ao disciplinamento dos visitantes. Ao mesmo tempo em que a propaganda vende a ideia de sustentabilidade, ela se dissemina em vários idiomas, o que denota apelo ao amplo consumo.

Para tornar o Nordeste um produto lucrativo, a propaganda turística cria efeitos homogêneos para esse espaço e transforma, por uma espécie de metonímia, o litoral em região. As propagandas analisadas transformam o Parque em sinônimo de Maranhão.

Nas propagandas do Nordeste existe uma regularidade que nos leva a reconhecer uma memória do “Éden Tropical”, mas esse tema está sempre presente por meio de efeitos de paráfrase e deslizamentos de sentido, releituras, ressignificações. Outra imagem recorrente nesses textos é a do Parque como um deserto, mas é um deserto ressignificado, em que a aridez é silenciada pela “chuva”, que faz dele um oásis, repleto de lagoas coloridas. Maravilha é um termo também recorrente nos textos avaliados e situa o Parque em um movimento que o aproxima dos lugares mais inusitados do planeta.

A biodiversidade dessa parte do litoral brasileiro é apresentada como atrativo turístico, às vezes, como ícone de uma sustentabilidade local.

Nos sites não-oficiais, os sujeitos que se manifestam em relação à noção de sustentabilidade do Parque dos Lençóis mostram o descaso dos agentes públicos em relação à preservação do local, tão acentuada no Plano de Manejo e nas propagandas oficiais. Essas vozes revelam que não existe uma relação entre pobreza, ambiente e desenvolvimento, portanto não há sustentabilidade no Parque dos Lençóis. Essas vozes deixam entever ainda os impactos negativos do turismo na região, resultado da falta de planejamento, o que provavelmente afasta o turista.

Em geral, os textos oficiais selecionados apresentam uma noção de sustentabilidade no Parque dos Lençóis construído a partir de elementos como os sujeitos que falam nesse espaço discursivo: cientistas – biólogos, geógrafos, sociólogos – poder público, iniciativa privada, comunidade local (falada pelos textos ao se referirem às características do local, seus produtos, sua cultura). Os poderes estatal/federal/municipal, que se inscrevem como organizadores das vozes que habitam esse discurso, também têm seus enunciados povoados por vozes de cientistas, educadores, ambientalistas, empreendedores.

No que concerne ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a fala oficial tem propagado a lógica da sustentabilidade, entretanto tem seguido os parâmetros do mercado, deixando evidente um distanciamento significativo entre aquilo que é dito e aquilo que é praticado. Em vista do exposto, o turismo sustentável representa, muitas vezes, mais uma

estratégia utilizada pelo mercado com o intuito de identificar e direcionar novas abordagens para a interação entre a humanidade e o meio ambiente do que propriamente um defensor da conservação do ambiente natural. Nesse contexto o mercado se apropria dessa fala para tirar proveito na fabricação de produtos ditos “ecologicamente corretos” mantendo assim um ciclo de produção tão explorador quanto o anterior, agora com vestes de sustentável. Nesse processo de validação, o turismo sustentável surge como uma expressão de fácil aceitação, como uma palavra mágica que o simples fato de ser pronunciada já é suficiente para dar cabo aos inúmeros problemas socioambientais e econômicos do país.

Vimos que, como todo discurso, o da sustentabilidade também é controlado e selecionado por procedimentos que o organizam para produzir certos efeitos de sentido. Mecanismos de controle, em linhas gerais, associam a sustentabilidade a produtos, projetos e condutas que precisam ser comercializados. Além disso, a ideia de sustentabilidade está associada a um determinado modelo de desenvolvimento que passa a ser o referencial adotado para a melhoria e o bem-estar dos indivíduos, ao mesmo tempo em que está comprometido com os preceitos do sistema capitalista e do consumismo.

O trabalho mostrou três noções de sustentabilidade: a) o Plano de Manejo aponta para uma sustentabilidade futura; b) as propagandas demonstraram uma sustentabilidade que é presente no Parque; c) dizeres não-oficiais, com exceção de um único site, traduzem uma sustentabilidade que está ameaçada ou talvez, nem exista mais.

Os discursos sobre a sustentabilidade, em linhas gerais, apresentam uma operação político-normativa e diplomática, e se propõem a resolver um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento. Seus princípios têm como base a gerência da reprodução econômica do capitalismo ante os efeitos da degradação ambiental. A sustentabilidade figura como uma proposta em torno da qual gravitam múltiplas e diversas forças sociais, interesses e leituras que disputam entre si o reconhecimento e a legitimação social como “a interpretação verdadeira” sobre o tema.

Diante desses aspectos, constatamos que a) existe uma tensão entre o dizer oficial sobre a sustentabilidade do Parque dos Lençóis e uma prática turística que não corresponde a esse dizer; b) existem embates entre o dizer oficial (Plano de Manejo do Parque, propagandas oficiais) e o dizer não-oficial (as reportagens sobre o Parque, fala dos agentes ambientais, representantes da comunidade e outros sujeitos); c) a AD oferece grandes contribuições não só aos estudos sobre turismo, mas ao próprio funcionamento dessa prática no Brasil, à medida que suas ferramentas são capazes de mostrar contradições entre o que é dito e o que é realizado pela população.

A partir dos postulados da AD francesa foi possível verificar que a sustentabilidade e o turismo podem ser parceiros se medidas como o disciplinamento forem disseminadas na sociedade. A título de sugestão, a pesquisa propõe que as autoridades atentem para o fato de que a circulação das propagandas poderia auxiliar o controle da visitação, por meio de notas articuladas nesse gênero, que indicassem não só a importância de preservação do local, mas dicas de preservação do Parque dos Lençóis.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Ed. Pontes, 1999.

ACSERALD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALMEIDA, Daniele Barbosa. Do texto às imagens: as novas fronteiras do letramento visual. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Org.). **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

ÁNGEL, Miguel Artufo. Ciudad. In: OLAMENDI, Laura Baça et al. **Léxico de La Política**. Cidade do México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2000.

ARAÚJO, Eduardo Gelner Farah de. **Turismo fundamental**. Rio de Janeiro: LBM, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os nãoolugares. São Paulo: Ed. Aleph, 2001.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 10. ed. Campinas: São Paulo: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007. (Coleção Arte e comunicação).

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENI, Mario. Como certificar o Turismo Sustentável. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 37, jun. 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico**: etimológico da mitologia grega. Petrópolis: Vozes, 1991.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 6 ago. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=11>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Plano de Regionalização do Turismo**. Brasília: MTur, 2007.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. A Genealogia do Patrimônio em São Luis: da Atenas à capital da diversidade. 2009. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2009.

CASASOLA, Luis. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo**: análise e organização. Porto Alegre: Sulina, 1975.

CHARTIER, R. **A leitura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed.Unesp, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidade de conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

COURTINE, Jean J. "O Chapéu de Clémantis". Trad. Bras. In **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (Orgs.). Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

CRUZ, M. S. **O discurso pela f(r)esta**: espaço e produção de identidades. 2005. Tese (Doutorado em Ciências e Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2005.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 23-34.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

ESTAMOS devorando o planeta. **Revista Veja**, São Paulo, ano 42, v. 2143, n. 50, 16/ dez. 2009.

FALCON, F. J.C. **Illuminismo**. São Paulo: Ática, 1996.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Nobel, 1997.

FEIFER, Maxine. **Going places**. London, Macmillan, 1985.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico**. São Paulo: Positivo, 2001.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. L. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. 21. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. Outros espaços. In: MOTA, M. B. (Org.). **Michel Foucault e a Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.411-422.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999c.

GARCIA, Walter. **Lençóis maranhenses**. Disponível em: <<http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/lencoismaranhenses/default.asp> />. Acesso em: 1 nov. 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EDESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GLOBAL GREENS. **Carta Verde da Terra**. Canberra, 2001. Disponível em: <<http://www.global.greens.org.au/GGportuguese.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2010.

GREGOLIN, M. R. V. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p.33-52.

_____. Discurso e memória: movimentos na bruma da História”. In: POSSENTI, S.; CHACON, L. **Análise do discurso**. Marília: FCF-UNESP, 1997. p.45-58. (Cadernos da FFC; 2).

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, M. R.; SARGENTINI, V. (Org.). **Análise do Discurso**: heranças, métodos, objetos. São Carlos: Claraluz, 2009.

GREGOLIN, M. R.V.; BARONAS, R. (Org.). **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUEDES, B. D. K. Políticas de preservação do Centro Histórico de São Luis. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

GUEDES, Klautenys. **Patrimônio da humanidade**: a edificação discursiva da *cidade* de São Luis nas políticas de preservação do Estado. 2010. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010. Em elaboração.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERSCOVICI, Alain. A sociedade em redes e a universalização do mercado: elementos de análise. **EPTIC – Revista Eletrônica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información**, v. 2, n. 2, p. 17-40, jul./ago. 2000. Disponível em: <www.eptec.he.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2009.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Parque Nacional do Pau Brasil**. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 6 ago. 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Parques Nacionais no Brasil**. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/menu/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 6 ago. 2010.

INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES - IBM. Além do espaço e do tempo. **Band News**, 11 out. 2009.

JAMESON, F. **A virada cultural**. Tradução Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LA TORRE, Oscar de. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LEITE, Regina Baracuhy. A propaganda turística é um gênero do discurso?. **Revista do GELNE**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 135-148, 2004a.

_____. **Entrevendo oásis e silêncios no discurso da propaganda turística sobre o Nordeste**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2004b.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2003.

MACCANNELL, Dean. **The Tourist: a new theory of the Leisure Class**. London: Macmillan, 1976.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio Janeiro: Graal, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave de análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARANHÃO. Governo do Estado. Secretaria de Turismo. **Maranhão. Quem conhece se apaixonou**. São Luís, [s.d]. Cartilha.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Turismo. Comitê Pró-Lençóis. **Lençóis maranhenses. Maravilla natural sin igual**. São Luís, [s.d]. folder.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Turismo. **Maranhão - Brasil**. São Luís, [s.d]. Folder.

_____. Secretaria de Turismo. **Parque dos Lençóis: o único deserto do mundo com milhares de lagoas**. Disponível em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/pt/polos/lencois/index.html>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Emoção a toda prova: um caso de publicidade e teatro. **Rev. da Anpoll**, São Paulo, n. 12, p. 217-235, jan./jun. 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Recife: Departamento de Letras, UFPE, 2004.

MAR de Dunas. **Revista Informatudo**, São Luís, mar./abr. 2008. p. 5.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

MOLINA, Sergio. **O pós-turismo**. Tradução de Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: BENTES, A, C.; MUSSALIM, F. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2003.

NOSSO FUTURO COMUM. **O Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva (Org.). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. Traduzido por Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

ORLANDI, E. P. Introdução aos estudos da linguagem. In: ORLANDI, E. P.; RODRIGUES, S. L. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Ed. Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 1996.

PAVEAU, M. A; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006. p.201-210.

PÊCHEUX, M. et al. **Papel da memória**. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1997.

REJOWSKI, Miriam; SOLHA, Karina T. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, Miriam (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. São Paulo, n. 268, p. 52-59, ago. 2009.

REVOLUÇÃO Industrial - imagens. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 31 out. 2009.

ROCCO, Rogério (Org.). **Legislação brasileira do meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. In: CORIOLANO, Luiza Neide M. Teixeira. **Turismo com ética**. Fortaleza: UFCE, 1998.

ROMERO, Tereza Incháustegui. Desarrollo social. In: OLAMENDI, Laura Baça et al. **Léxico de La Política**. Cidade do México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTANA, Augustín. **Antropologia y turismo**: nuevas hordas, viejas culturas. Barcelona: Ariel, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, S. **Da Atenas à Jamaica Brasileira**: imaginários sobre São Luís na mídia maranhense. 2003. Dissertação (Mestrado de Ciências e Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cutrix, 1979.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**: república – da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SUASSUNA, Dulce et al. A relação corpo-natureza na modernidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 23-38, jan./abr. 2005.

TAVARES, Fred. **O discurso publicitário**: uma análise crítica. Disponível em: <<http://www.marketing.com.br/fred dez.html>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

TÉTU, Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Ed. UNB, 1979.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2003.

VALE, Luiza Vilma Pires. Mito e Literatura. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 42, p. 45-64, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciasletras>>. Acesso em: 4 abr. 2009.

WERNECK, C. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed. UFMG/CELAR-DEF/UFMG, 2000.

YOU TUBE. [**Vídeos das novelas Da Cor do Pecado e O Clone**]. Disponível em: <www.youtube.com.br>. Acesso em: 30 jul. 2010.

Câmara, Rosélis de Jesus Barbosa

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: olhares transversos sobre sustentabilidade e turismo / Rosélis de Jesus Barbosa Câmara – 2010

173 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Eva Ucy Miranda Sá Sotto

1. Turismo. 2. Discurso. 3. Sustentabilidade. 3. Parque Nacional Maranhenses. I. Título.